

A revista que pensa a Educação.

ANO 12 • Nº 25 • 2023



# EDUCATRIX

# CONVIVÊNCIA

## E COMBATE À VIOLÊNCIA

**A ESCOLA** COMO AMBIENTE DE ACOLHIMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA COMUNIDADE.



**PANORAMA: MEU ALUNO COMETEU BULLYING. E AGORA?**  
**PENSAMENTO ACADÊMICO: SAIBA COMO PROMOVER A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NA SUA ESCOLA**

# FORMAÇÕES

**EDUCATRIX**

*ATUALIZAÇÃO PRÁTICA*

A formação do aluno começa com o desenvolvimento do professor. Pensando nisso, criamos as **Formações Educatrix**, uma forma inovadora de transformar sua revista favorita em uma ferramenta de formação para professores.





Apresentação disponível em Formações Educatrix:

GESTÃO ESCOLAR



[WWW.MODERNA.COM.BR/EDUCATRIX](http://WWW.MODERNA.COM.BR/EDUCATRIX)



Você encontra o selo **Formações Educatrix** em reportagens que se transformam em apresentações.

Acesse gratuitamente no portal **Educatrix** e aproveite.

[www.moderna.com.br/educatrix](http://www.moderna.com.br/educatrix)





# EU SOU A ESCOLA PÚBLICA

**A EDUCAÇÃO PÚBLICA ENFRENTA  
DESAFIOS QUE PRECISAM DE ATENÇÃO  
TOTAL. E A MODERNA SABE DISSO!**

Por isso, está 100% focada em atender você  
com uma equipe dedicada, desde o editorial  
até o atendimento pedagógico.

**Acesse:**

<https://mod.lk/sou>



# NÓS SABEMOS CONVIVER?

**O BULLYING NAS ESCOLAS** é um problema que afeta a vida de milhões de jovens. Dados do 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em julho deste ano, mostram que cerca de 38% das escolas brasileiras afirmam ter enfrentado problemas com bullying. O mesmo estudo, que ouviu 74 mil escolas no Brasil, mostra que Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul lideram os índices de escolas com ocorrências de bullying. Justamente Santa Catarina e São Paulo registraram dois chocantes ataques em escolas entre março e abril de 2023, o assassinato de uma professora em uma escola paulistana e de quatro crianças em uma creche em Blumenau (SC).

A violência nas instituições de ensino não apenas compromete o bem-estar dos alunos, mas também prejudica seu desenvolvimento cognitivo e emocional, além de criar um ambiente educacional disfuncional. Nesta edição da *Educatrix*, ao ampliar o debate sobre inclusão, vamos entender o que envolve a convivência e como podemos, juntos, melhorar os momentos e as histórias compartilhadas na escola. Para iniciar a conversa, convidamos Leandro Karnal, renomado historiador e filósofo, para uma entrevista exclusiva sobre sua perspectiva a respeito da convivência e das dificuldades que temos em aceitar as diferenças. Na seção Pensamento Acadêmico, convidamos a equipe da Sinergia Comunicativa para falar sobre como a comunicação não violenta nas escolas e a formação profissional dos professores para uma educação antibullying podem transformar o ambiente escolar, proporcionando um olhar crítico sobre estratégias eficazes de prevenção.

A seção Tendências, assinada pelo autor de livros didáticos Eduardo Amos e a especialista Nadia Freire, traz à tona a importância da cultura da paz e a função social da escola. Afinal, como essas instituições podem se tornar agentes de mudança na construção de uma sociedade mais pacífica e inclusiva? Para complementar essa reflexão, a seção Linha de Raciocínio enfatiza o papel da escola como transformação do entorno e a relevância da participação da comunidade e da família na criação e execução do currículo escolar, apresentando dois exemplos reais da educação paulista que demonstram como a parceria entre escola e família pode fortalecer a convivência harmoniosa.

Para quem quer se aprofundar no tema, a seção Conexão conta com um panorama abrangente sobre o bullying no Brasil, apresentando dados, tendências e iniciativas



que buscam soluções eficazes. Em Plenos Saberes, aterrissamos em Joinville para conhecer os protocolos de segurança criados pelo município que se tornaram referência para cidades de todo o estado de Santa Catarina para tornar as escolas locais ambientes mais saudáveis e seguros.

Ainda tem uma reportagem especial sobre a Inteligência Artificial na educação e a formação do jovem do futuro na seção Na Tela. A edição também propõe uma reflexão sobre a relevância dos livros didáticos na formação humana e cognitiva dos alunos, demonstrando como escolher materiais adequados também pode contribuir para a prevenção da violência nas escolas. Na seção Fio da Meada, o autor Daniel Munduruku compartilha sua própria história e os desafios da convivência, enriquecendo nossa compreensão sobre essa temática.

Convidamos todos os educadores a explorar as próximas páginas desta edição e adentrar nestas propostas para ampliar a boa convivência. Esperamos que o compartilhamento de informações, exemplos reais e visões de especialistas inspire e ajude na formação e capacitação dos nossos leitores a enfrentar os desafios da convivência e a combater a violência nas escolas, criando um ambiente educacional mais seguro, inclusivo e empático para todos os estudantes. □

**Ivan Aguirra Izar**

DIRETOR ACADÊMICO E DE MARKETING

# SUMÁRIO

EDUCATRIX

A revista que pensa a Educação.

- SAIBA+ | HUMANOS INVISÍVEIS PÁG. 8
- FIO DA MEADA | NUNCA GOSTEI DE SER "ÍNDIO" PÁG. 10
- ENTREVISTA | LEANDRO KARNAL: "A VIOLÊNCIA É UMA MARCA DA NOSSA ESPÉCIE" PÁG. 12
- FOCO | COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS: EFETIVIDADE E AVALIAÇÃO ANDAM DE MÃOS DADAS PÁG. 20
- GESTÃO ESCOLAR | LIVRO DIDÁTICO: A DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO PÁG. 26
- CONEXÃO | CONVIVÊNCIA QUE APRISONA: A JORNADA PARA ENFRENTAR O BULLYING NAS ESCOLAS PÁG. 36
- TENDÊNCIAS | EDUCAR PARA A PAZ? PÁG. 42
- PENSAMENTO ACADÊMICO | ELOS: A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NA EDUCAÇÃO PÁG. 50

- PANORAMA | PÁG. 56

## MEU ALUNO COMETEU BULLYING. E AGORA?



- PLENOS SABERES | PREVENÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA PÁG. 64
- LINHA DE RACIOCÍNIO | ESCOLAS QUE SE REINVENTAM PÁG. 76
- POR DENTRO | PROJETOS DE VIDA A FAVOR DA INCLUSÃO PÁG. 86
- PERSPECTIVAS | A CONFUSÃO DO ENSINO MÉDIO PÁG. 96
- NA TELA | A HORA E A VEZ DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ESCOLA PÁG. 110
- CIDADANIA | DIVERSIDADE COMO FORÇA MOTRIZ DO MUNDO PÁG. 122
- SUSTENTABILIDADE | O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE E A LIÇÃO DE CASA DOS GESTORES PÁG. 132
- FAVORITOS | CONTEÚDOS QUE POTENCIALIZAM O DIA A DIA DO PROFESSOR PÁG. 136
- ARTISTA CONVIDADO | LEONARDO TEIXEIRA PÁG. 138

# Humanos invisíveis

Sobre pertencimento, empatia e um olhar humanizado para a escola e para a educação.

TEXTO *Ivan Aguirra*

**NÚMEROS.** Muitos alunos são apenas números nas escolas do país. Na falta de um sobrenome que carregue respaldo familiar, quase sempre os indivíduos são mencionados por características que reforçam estereótipos. Essa é a dura realidade de um espaço que, primordialmente, deveria ser exclusivo para ensinar valores e conhecimentos para a vida.

Façamos um exercício rápido: de quem você se lembra quando pensa nos seus alunos de dez anos atrás? Por certo naqueles que deram mais orgulho. Mas outros tantos conviviam ali e sequer lembramos a feição, o nome ou a origem. Alguns abandonaram os estudos e nunca soubemos o porquê. Infelizmente, muitos profissionais tendem a ser mais intolerantes para com quem não desenvolveu familiaridade e empatia. E são mais complacentes com quem se dedica, é aplicado e, por que não admitir, vem de uma família mais influente. Temos encorajado a todos a participar das aulas, a fazer perguntas sem juízo de valor? Será que aqueles que não participam já não se sentiram expostos em tentativas anteriores?

Além de uma exigência maior e menor tolerância ao erro, ao atraso, o que também contribui para desvalidar a presença de certos alunos na escola são falas recorrentes de repreensão, algumas que presenciamos com frequência e que reforçam o tom de crítica: “desse jeito você não será ninguém na vida”, “tão bonitinha e com uma índole tão vergonhosa”, “você não tem mais jeito, vai morrer assim”, “não aguento mais olhar para sua cara aqui”, “com esse cabelo você acha que vai aonde?”, “nem seus pais aguentam você; tome seu rumo”.

Muitos alunos, por se sentirem invisíveis, entram em atritos porque, justamente, descobriram que essa é uma forma de serem vistos, notados. A indisciplina se torna força motriz da atenção e do pertencimento. Afinal, frequentar a diretoria não deve ser algo agradável, mas

muitas vezes falta empatia para entender o que se passa na vida de cada aluno, o que traz para a escola todos os dias em sua mente, o que presencia em casa e como lida com as dificuldades vividas. Sem falar nos alunos em vulnerabilidade social, que, de tão resignados, até a voz para gritar foi abafada. Falta cuidado para dedicar uma palavra de carinho, um elogio nas pequenas conquistas, desejar um bom-dia olhando para o aluno, até porque falta também esse tipo de ação e cuidado com os próprios profissionais da educação.

Quebrar esse círculo vicioso, esse ranço do dia a dia, é algo quase inimaginável na prática uma vez que todos nós desenvolvemos ao longo do tempo máscaras, escudos e identidades próprias para nos adaptarmos ao mundo. Romper com esse paradigma envolve abandonar algumas imagens que projetam sobre nós.

Mas a escola — e o que ela representa — não se faz sozinha, e como toda tarefa coletiva deve envolver propósitos, colaboração e atitude para compreender onde se está errando e o que pode ser feito de maneira diferente: refletir sobre falas e ações que estamos reproduzindo e que podem desencadear reflexos negativos, afetar o clima escolar e ocasionar o abandono de alunos que, de tanto ouvirem certas palavras, passam a acreditar que a escola não é um espaço que lhes pertence.

Cada aluno é uma vida que se transforma dia após dia na escola, nas ruas, nas igrejas e no ambiente familiar. O que temos semeado na nossa rotina? Nunca é demais se lembrar de que, assim como gentileza gera gentileza, a hostilidade exerce o mesmo papel.

Para agora, que possamos reforçar, não só em murais, mas em palavras o quanto cada um é importante, a potência que tem cada história, o valor de sua origem, de suas contribuições, e de que estudar pode levar a lugares em que nunca esteve.





# EDUCATRIX

ANO 12 • Nº 25 • 2023

## CONSELHO EDITORIAL

Ivan Aguirra Izar  
Kátia Dutra  
Luciano Monteiro  
Solange Petrosino

## COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ivan Aguirra Izar  
Kátia Dutra

## PRODUÇÃO DE TEXTOS

Fernando Leal  
Ivan Aguirra Izar  
Kátia Dutra  
Lara Silbiger  
Luciano Monteiro  
Paulo de Camargo  
Ricardo Prado

## ARTICULISTAS

Benjamim Horta  
Damaris Santos  
Daniel Munduruku  
Eduardo Amos  
Moisés Zylberstajn  
Nádia Freire  
Roberta Amendola  
Sandra Caselato  
Yuri Haasz

## PREPARAÇÃO E

## REVISÃO DE TEXTOS

Adriana Bairrada

## EDIÇÃO DE ARTE E DESIGN

Ricardo Davino

## PESQUISA ICONOGRÁFICA

Ricardo Davino

## ILUSTRAÇÃO DE CAPA

Leonardo Martinelli

## COLABORADORES

Fabieli de Paula  
Gabriel Santos  
Guilherme Figueira  
Vinicius Lima  
Tassia Cobo

## LEIA NOSSO ACERVO DIGITAL:

[moderna.com.br/educatrix](http://moderna.com.br/educatrix)



Rua Padre Adelino, 758  
São Paulo/SP • CEP 03303-904

**Educatrix** é uma publicação semestral com a proposta de colaborar com a formação nas escolas parceiras de todos os negócios da Santillana no Brasil.

ISSN: 2447-4991

✉ [educatrix@moderna.com.br](mailto:educatrix@moderna.com.br)

© Direitos reservados.

É proibida a reprodução total ou parcial de textos e imagens sem prévia autorização.

# Nunca gostei de ser “índio”

Uma experiência sobre convivência  
e o olhar para o outro.

—  
TEXTO *Daniel Munduruku*

Daniel Munduruku vive  
o pajé Jurecê Guató na  
telenovela “Terra e Paixão”



**NASCI** com cara de índio, dizem, mas só soube disso depois. Colegas de escola assim me definiram tão logo me viram chegando com um uniforme apertado, fazendo conjunto com um short e com um sapato com número menor que meu pé. Foi uma experiência muito estranha para mim e me deixou meio traumatizado. É que eu cresci em uma pequena comunidade no interior do Pará. Era uma aldeia, mas lá ninguém se apelidava de índio. Todos tínhamos nome, sobrenome, parentesco, amigos e animais de estimação. O que não tinha era energia elétrica e, por isso, a vida começava cedo para aproveitar bem a luminosidade do Sol. Aprendi, assim, a respeitar a natureza desde que era menino. Aprendi a olhar para o tempo e reconhecer suas mensagens: chuva, Sol quente, tempestade, frio, Lua cheia ou minguante. Aprendi a respeitar os passos dos outros seres e a não fazer xixi no igarapé.

Aprendi a caçar calangos usando armadilhas ou tacape e a flechar pequenos animais a uma distância segura. Também aprendi a tomar banho de chuva, nadar com desenvoltura, esculpir meus brinquedos nas taquaras e nos caroços de manga e andar na mata sempre atento aos sinais de perigo.

Apesar de tudo o que sabia, sobre escola e sobre amizade confusa nada sabia. Por isso me zanguei quando minha mãe me obrigou a colocar o tal uniforme para ir à escola. “É para você aprender coisas novas”, ela disse. “É para você crescer inteligente”, meu pai disse. “É para você saber mais que nós”, meu tio disse. “É para você ficar civilizado”, meu irmão mais velho ironizou.

Quem não disse nada foi meu avô, que ficou olhando de longe um tanto desconfiado. Observou tudo o que estava acontecendo e depois riu da roupa que eu estava usando. Não foi um riso de deboche, mas senti como se fosse. Depois compreendi o que se passou na cabeça dele. Ele sabia o que eu iria passar. De qualquer maneira, eu estava animado para aquele momento. Muito já ouvira sobre a escola do branco e me passava pela cabeça uma vontade grande de conhecê-la. Foi com esse espírito que aceitei usar aquele uniforme feio e aqueles sapatos que apertavam meus pés, que, antes, eram livres, inclusive do mau cheiro que depois comecei a sentir.

Cheguei à escola motivado. Meus pés apertados me faziam andar meio torto. Adentrei o prédio disposto a aprender as coisas dos brancos. Logo de cara, me deparei com um grupo de colegas. Todos eram um pouco parecidos comigo, e senti que poderiam ser meus amigos. Fiquei feliz. No entanto, quando fui me apro-

ximando, um deles apontou o dedo e gritou: “Olha o índio que chegou na nossa escola!!! Olha o índio!”.

Fiquei olhando para todas as partes procurando o tal índio! Achei que era um passarinho que eu não conhecia! Quando eles viram que eu não sabia do que falavam, começaram a rir de mim. Só depois é que me dei conta de que eles falavam de mim. Pode parecer estranho, mas eu não conhecia aquela palavra “índio”. Eu não sabia que existia alguém que se chamava índio. Meus pais nunca me chamaram assim; meus irmãos, também não; meus outros parentes, idem.

Era uma palavra que não cabia em meu pequeno vocabulário português. Entendi, então, que meus colegas me deram um apelido. No começo, até achei que era legal ter um, mas depois fui percebendo que por causa dele quase sempre eu era isolado nas brincadeiras, no pátio, na hora do lanche ou nas atividades escolares. Percebi que meu apelido era motivo de piada e minha origem era motivo de chacota. Isso me deixava muito triste.

O engraçado é que eles se pareciam comigo: tinham cara igual à minha, cabelos lisos como os meus, maçãs do rosto salientes e até pé chato alguns tinham. Por que eles zombavam de mim? Sabem quem me esclareceu? Minha mãe. Quando cheguei em casa e contei o acontecido, ela me colocou entre suas pernas, afagou meus cabelos e disse, sem rodeios: “Eles se acham civilizados, meu filho. Acham que por estarem mais tempo na cidade já aprenderam tudo e podem fazer mal para as outras pessoas. Não ligue para as bobagens que eles dirigem a você. Mas também não se permita ficar como eles. Seja sempre um bom menino e não deixe que um apelido destrua a bondade de seu coração”.

Mamãe falou isso e me deixou brincar. Não pensei duas vezes e corri para encontrar meus amigos verdadeiros, que moravam na mesma aldeia que eu. Eu tinha quase 9 anos e já sabia: eu nunca gostaria de ser índio. □

#### **DANIEL MUNDURUKU**

*nasceu em Belém do Pará, em 1964, e cresceu em meio à tribo indígena dos Munduruku. Graduado em Filosofia, tem licenciatura em História e Psicologia. É doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutor em Linguística pela UFSCar. É diretor presidente do Instituto UKA – Casa dos Saberes Ancestrais. Autor de 52 livros para crianças, jovens e educadores, é Comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República desde 2008. Já recebeu diversos prêmios, como o Prêmio Jabuti, o Prêmio da Academia Brasileira de Letras, o Prêmio Érico Vanucci Mendes e o Prêmio Tolerância (Unesco).*

# "A violência é uma marca da nossa espécie"

Uma conversa com Leandro Karnal sobre atomização das consciências, diluição de identidades e política de cancelamento nas redes sociais. Afinal, o que é a violência para nós?

TEXTO Paulo de Camargo

**O HISTORIADOR** Leandro Karnal se tornou, provavelmente, um dos conferencistas mais célebres no mundo da Educação nos tempos recentes. Solicitado em todas as regiões do país, com uma agenda sempre apertada, costuma atender com gentileza aos que o procuram. Suas crônicas publicadas na imprensa também expressam o mesmo olhar afetivo, mas muito crítico, sobre a realidade social moderna. Essa não é uma observação aleatória. Trata-se do próprio tema desta entrevista: a crescente violência das relações humanas. Para Karnal, gaúcho nascido em São Leopoldo, o *homo sapiens* é uma espécie violenta.

Seu ponto de vista sistêmico vem de suas próprias experiências de vida, de uma formação jesuítica e da passagem pela Universidade de São Paulo, onde fez doutorado, e pela Unicamp, onde foi professor até abril de 2020. Conhecido como conferencista, Karnal também é autor de diversos livros e membro da Academia Paulista de Letras. Atuou como curador em diferentes museus e exposições, inclusive no Museu da Língua Portuguesa. É presença marcante em debates e reflexões na mídia, em programas de rádio e televisão e na internet. »



ILUSTRAÇÃO RICARDO DAVINO



» Como escritor, tem cerca de duas dezenas de obras publicadas, entre elas os best-sellers *O dilema do porco-espinho: como encarar a solidão* e *A coragem da Esperança*. Sua obra mais recente é *Preconceito: uma História*, em parceria com o historiador Luiz Estevam, lançado em outubro de 2023. Pouco antes desse lançamento, Karnal concedeu para *Educatrix* a seguinte entrevista, dirigida aos educadores.

**EDUCATRIX** **Leandro, em primeiro lugar, um olhar mais amplo. Como você percebe a violência do mundo de forma geral: como historiador, avalia que vivemos tempos mais violentos nas relações sociais cotidianas? Ou seja, desconsiderando o tema da guerra propriamente dito, as relações humanas estão mais violentas para o cidadão comum? Que razões embasam sua opinião a respeito?**

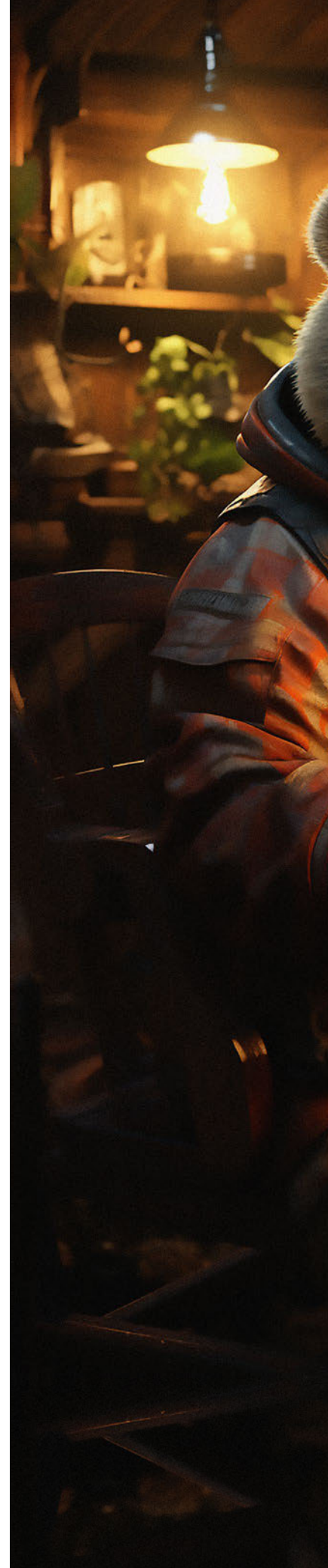
**LEANDRO KARNAL** A violência é uma marca da nossa espécie. Em número de mortos, não superamos a Segunda Guerra Mundial. Fora do campo de batalha, o momento em que vivemos é de muitas violências. Assim, a violência diluída nas redes, no microcosmo de cada grupo social, na linguagem e na política está alta. A grande diferença é que, em Stalingrado, entre 1942 e 1943, o soldado soviético sabia que o invasor nazista era o inimigo declarado. Havia uniforme e união polarizada. Hoje, a guerra diluída está mais presente em todos os lugares, sem uniformes e sem momentos determinados. A atomização das consciências nas redes sociais possibilitou uma diluição de identidades. Quem hoje me ataca no meu perfil pode ser o mesmo que estava ao meu lado no cancelamento de outra pessoa.

**EDUCATRIX** **A comunicação impacta nessa percepção? A constatação da violência atual é de alguma forma evidenciada por formas mais massivas e instantâneas de comunicação, como as redes sociais?**

**KARNAL** Curioso que a comunicação era muito agressiva no passado. Pessoas acima de determinado peso eram atacadas com expressões vulgares e associação com animais grandes. Hoje, em plena era de cuidados com a fala e de exaltação da linguagem inclusiva, a violência assume muitas formas que não o insulto direto. Sem atacar ninguém, um influenciador mostra seu luxuoso carro novo de dois milhões de reais ou tira fotos em um paraíso do Oceano Índico. A mensagem é dirigida para um círculo amplo de uma sociedade, como a brasileira, marcada pela desigualdade e pelo ressentimento. A foto é recebida como um ataque e toca em mecanismos de defesa muito profundos: “Aquele luxo é o que eu condeno por não ser justo e é o que eu desejo por não ser o meu”. Ao acionar os mecanismos que fazem eclodir justiça social e inveja quase ao mesmo tempo, o debate fica polarizado e virulento. Pior: a violência do debate favorece a visibilidade de quem postou. Em resumo, diferente do passado, o ódio declarado rende likes.

**EDUCATRIX** **De que maneira o tema da violência se relaciona com a educação de crianças e jovens? Em um tempo em que se atribui às escolas e aos professores tantos desafios, é possível dizer que a esperança de relações humanas mais pacíficas deve dirigir os projetos pedagógicos das instituições de ensino?**

**KARNAL** A violência nasce fora da escola, assim como a desigualdade brutal do Brasil. Porém, faz parte da educação pensar no aluno como um ser social complexo, que precisa de atenção. Em primeiro lugar, mesmo que não produzamos o mundo, colaboramos para que ele exista por “pensamento e palavras, atos e omissões”. É dever da escola desnaturalizar preconceitos, atenuar violências de linguagem, produzir estímulos ao diálogo e à convivência com a diversidade. Começa por nós, profes-





*“A violência nasce fora da escola”*

LEANDRO KARNAL

sores, que podemos ser uma pequena barreira de contenção diante da maré de ódio. Não somos onipotentes, mas também não somos impotentes. Ao atuar na sala, vivo o chamado “currículo oculto”, minhas atitudes falam mais do que meus conteúdos.

**EDUCATRIX** **No plano da convivência escolar entre jovens e seus amigos, e entre jovens e professores, o senhor acredita que as escolas têm muito que avançar?**

**KARNAL** Sempre temos muito que avançar. As dores do mundo atingem as escolas. O bullying precisa de um bully, de um valentão/valentona. As ações têm pessoas concretas e não são uma abstração. Os bullies buscam aceitação de poder dentro de um grupo. De algumas formas e por incrível que pareça, um ambiente de professores tem assediadores morais: mesmo que não batam em colegas, agridem com palavras, sarcasmos e fofocas. A sala dos professores também é uma rinha. As relações com coordenação e direção podem incluir bullying. Precisamos refletir seriamente sobre nossas maneiras de viver em grupo como adultos e, então, falar de crianças e de adolescentes.

**EDUCATRIX** **O senhor atribui o agravamento desse cenário de violência na escola ao impacto da pandemia na saúde mental de crianças, jovens e adultos? Do seu ponto de vista, o tema do equilíbrio emocional e da saúde mental deveria ser uma prioridade social, seja das políticas públicas, seja das escolas? O que poderia ser feito?**

**KARNAL** Muitas origens. A degradação da saúde mental é evidente após o retorno ao presencial. As neuroses e psicoses dos adultos ecoam nos alunos. O anonimato das redes estimula a covardia de alguns ataques. A polarização política atinge a sala de aula. O diálogo está enfraquecido: o inimigo deve ser eliminado. Vale mais lacrar do que »

» ouvir. A tolerância é lida como fraqueza. A diversidade virou sinal de decadência diante de um mundo imaginado puro e homogêneo no passado. Em algumas escolas específicas que lidam com alunos de elite, o “não” do professor ou do bedel é o único “não” que o aluno escuta na vida e isso tem efeitos enormes. Em um mundo sem limites claros, a autoridade ficou ainda mais opressiva na percepção dos jovens.

**EDUCATRIX** Nesse plano mais profundo, o mundo de hoje se tornou áspero demais? Na sua visão, estamos vivendo um déficit de acolhimento, empatia, compreensão? Estamos perdidos em um mundo em que, com cada vez mais informação, sobram dados e falta sentido?

**KARNAL** A empatia está em baixa. Ela implica atenção ao outro. Ela implica vontade de conviver no real, não apenas em telas. Ela é uma educação do olhar e paciência de adaptação à alteridade. Todos os valores anteriores estão em baixa. Quero o mundo como eu sou (ou imagino ser) e quero agora. A democracia é entendida como minha para expressão e ação. O Estado democrático de direito é lido por adultos, inclusive, como o espaço do “eu posso tudo”. As redes sociais são “terra de ninguém”. Eu assisti à cena (na pandemia) de alguém recusando máscara no voo por discordar da norma sanitária. Vivemos um mundo onde eu devo opinar sobre todas as coisas e dar o meu voto, inclusive nos campos que excedem minha capacidade ou alçada. Estamos na era do “ultracrepidatismo”, a palavra de origem clássica para indicar que estamos indo além da nossa área de especialidade. Seria bom como um gesto de ruptura e de liberdade, mas não é uma afirmação de liberdade, é um gesto de afirmação do meu eu que deve ser imposto a todos.



**“O ódio  
declarado  
rende likes”**

LEANDRO KARNAL





**EDUCATRIX** Como um pensador da história e do mundo social, como o senhor avalia a dificuldade dos brasileiros em pensar e agir como comunidade? Não temos uma tradição cooperativa, e há uma sensação de um enorme egoísmo, especialmente das chamadas elites. O Brasil deveria investir mais em fortalecer laços comunitários?

**KARNAL** Desde Frei Vicente do Salvador que se diz da nossa dificuldade em sermos repúblicas, ou seja, de pensar a coisa pública, de zelar pelo bem comum. Somos empáticos em pequenos grupos e muito antipáticos em grandes. Nossos laços familiares são mais fortes do que os laços de países mais ao Norte; porém, nossa consciência da cidadania geral é mais esgarçada. Estamos perto do homem que pensa pelo coração, como diria o mestre Sérgio Buarque de Holanda, “homens cordiais”. Isso pode significar que choramos mais em um enterro de ente querido do que pensamos questões gerais de política. O estímulo ao coletivo, à convivência em grupos que excedam a família, é uma tarefa importante da escola. Estamos condenados à convivência, devemos lutar para que ela seja feita em bases mais harmônicas. Não precisamos amar ninguém, mas precisamos respeitar todos.

**EDUCATRIX** Pensando exclusivamente no professor, como ele deve se posicionar nesse contexto? Como a ideia da educação em valores deve perpassar o trabalho do educador contemporâneo?

**KARNAL** Começa por uma metanoia, uma mudança em si. Quais os meus valores? Tenho algum traço de preconceito? Se tenho, o que devo ler e viver para superar? O cuidado com o jardim começa no jardineiro. Depois passo à minha ação. Minhas falas e ações devem estimular a convivência, a diversidade, o respeito e a democracia. Se eu não

entender que esta é uma ação fundamental, estou abrindo mão de um papel axial do educador.

**EDUCATRIX** Por fim, o tema da diversidade, sob todas as suas formas, é um grande desafio para toda a sociedade e para a escola. Na sua visão, como a dificuldade de lidar com a diversidade se liga a outros temas?

**KARNAL** O diferente desafia e causa desconfiança. Fomos treinados para buscar o similar. Queremos uma ideia de segurança de pertencimento e fomos educados a confiar na similitude. Somos primitivos e desconfiados. Temos medo e somos inseguros. Porque nossa vida sexual é insatisfatória. Porque lemos pouco e mal. Porque somos frustrados e ressentidos. Somos escassos em recursos imaginativos e temos limites de inteligência. Somos fracos. Porque, com tudo isso, somos fáceis de ser conduzidos por líderes manipuladores que apontam a diferença e dizem que ela nos enfraquece, quando ela nos fortalece. □



**LEANDRO KARNAL**  
é historiador, professor e autor de diversos livros didáticos e paradidáticos. É um dos maiores pensadores brasileiros da atualidade.

# VAMOS JUNTOS EXPANDIR A EDUCAÇÃO.

Com as melhores  
e mais completas  
soluções educacionais  
para a sua escola.



Descubra  
nosso universo  
de soluções  
educacionais.

[www.santillanaeducacao.com.br](http://www.santillanaeducacao.com.br)

 /santillanaeducacao

 @santillanaeducacao

 /@santillanaeducacao





UMA EMPRESA GLOBAL COM MAIS  
DE 50 ANOS DE HISTÓRIA.





# Competências socioemocionais: efetividade e avaliação andam de mãos dadas

Para além dos modismos, escolas e instituições buscam caminhos para garantir bons resultados no trabalho com os alunos.

TEXTO *Fernando Leal*



“**VAMOS FAZER** um brinde à mudança. Todas as vozes que disseram que vocês não podem serão silenciadas. Tudo que diz que as coisas não vão mudar desaparecerá.” Assim, a professora Erin Gruwell convida seus alunos, em pé, em sala de aula e ainda um tanto surpresos, a pegarem os livros que serão lidos no semestre que se inicia. O evento marca um momento especial, em que ela própria celebra um vínculo com a turma de Ensino Médio que seria impensável meses antes.

O esforço de aproximação dessa professora com os jovens, retratado no filme *Escritores da liberdade*, começou de forma tímida, com abordagens mais tradicionais e baseadas quase exclusivamente no conteúdo a ser ensinado, de Inglês e Literatura. Após tentar vários caminhos, ela dá os primeiros passos na direção de conquistar e motivar o grupo quando realiza uma dinâmica em que todos são

convidados a lembrar de amigos e amigas vítimas da violência das gangues que dominam o bairro em que vivem. E mais: ela propõe que eles escrevam um diário, na forma de uma narrativa ou de poemas (não importa), e sem que isso tenha impacto na avaliação formal dos alunos. “Todos têm a sua própria história e é importante que contem essa história, até para vocês mesmos. Não vou dar notas para o que escreverem. Como posso dar um A ou um B por falarem a verdade? E não vou ler, a menos que me deem permissão”, diz ela.

À medida que as escolas brasileiras vêm se debruçando crescentemente sobre as competências socioemocionais – inclusive por conta da exigência da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) –, há uma busca natural por resultados concretos muitas vezes experimentando rotas até encontrar aquela que propicia a comunicação mais efetiva com »

» determinado grupo de estudantes, como ocorre com a professora do filme. Ao mesmo tempo, porém, já é possível contar com o apoio de experiências positivas, modelos organizativos testados na prática, além de abordagens pedagógicas e propostas de avaliação indicadas por especialistas.

“Sempre trabalhamos visando a uma formação integral, desenvolvendo habilidades de liderança e empatia, por exemplo”, destaca Solange Petrosino, diretora acadêmica da Fundação Santillana. “A principal diferença, agora, é que sabemos da necessidade de avaliar os projetos colocados em prática, a fim de descobrir se estamos alcançando os resultados esperados.”

Tal premissa influencia diretamente o trabalho do dia a dia em sala de aula, demandando, entre outras medidas, uma estratégia que vai da definição de objetivos à mensuração das respostas dos estudantes, passando pela formação dos professores e o envolvimento da comunidade escolar, sempre tendo no horizonte a transversalidade e a efetividade das ações.

## DA PORTARIA À SALA DE AULA

O caminho a ser percorrido pelas escolas começa frequentemente com a adoção de uma aula específica, geralmente semanal, para trabalhar as competências socioemocionais com as crianças e os jovens. No entanto, a complexidade desse campo demanda

que algumas características estejam presentes desde os primeiros passos. Uma delas é a promoção de atividades relacionadas a situações reais que estimulem a reflexão e o debate, sempre com ajuda de um professor mediador que saiba, por exemplo, fazer perguntas que ajudem na compreensão das habilidades em foco. “No que diz respeito à sala de aula, é fundamental que os temas e valores essenciais perpassem todas as disciplinas e sejam incorporados concretamente à estrutura curricular”, afirma Solange Petrosino.

Localizada na zona oeste de São Paulo, a Escola Vera Cruz desenvolve um trabalho de destaque voltado à formação integral de crianças e jovens, e a capacitação dos professores é respaldada pelo Instituto Superior de Educação. “Assim como acontece na alfabetização e no ensino das disciplinas regulares do Fundamental e do Médio, é preciso que haja intencionalidade no trabalho com as competências socioemocionais”, pontua a professora Adriana Ramos, que coordena o curso de pós-graduação “Relações interpessoais na escola: das competências socioemocionais à personalidade ética”.

Essa intencionalidade ocorre em várias dimensões: na estruturação do Projeto Político Pedagógico da escola; na proposição de ações concretas de curto, médio e longo prazos; e nas relações com a comunidade escolar, incluindo, além dos estudantes, professores, gestores, funcionários e familiares. “Aproveitando os conteúdos curriculares, as diversas disciplinas podem abrir espaço para a discussão sobre o que aconte-



tece atualmente, sobre as relações na sociedade e sobre as interações entre os próprios estudantes”, explica Adriana.

Idealmente, o desenvolvimento das competências socioemocionais no âmbito da educação evolui para se tornar parte indissociável da cultura de aprendizagem, como explica a professora Solange Petrosino. Desse modo, passam a influenciar a gestão escolar, as práticas dos professores, o comportamento dos funcionários e as relações entre a instituição e a comunidade. “Uma escola que promove a empatia, por exemplo, deve ter um segurança na porta que seja empático. Todos precisam vivenciar os valores centrais da instituição na convivência cotidiana”, afirma.

O Colégio Elvira Brandão, instalado na zona sul da capital paulista, tem uma atuação baseada nessa visão ampla das competências socioemocionais. “Entendemos que elas estão presentes em todo o trabalho realizado pela escola, desde os projetos interdisciplinares até as escolhas curriculares para cada área”, relata Júlia Arnold, líder de Orientação Educacional. “Por sermos uma escola sociointencionista, buscamos, por meio de nossas práticas educativas, promover o acolhimento e o desenvolvimento pleno de nossos estudantes, compreendendo a escola como um espaço democrático e investindo na participação e no protagonismo das crianças e dos adolescentes.”

Tal postura se reflete, inclusive, nos momentos de avaliação da evolução dos estudantes, combinando a reflexão coletiva sobre as temáticas trazidas e a conversa individual sobre desafios específicos. A ideia é caminhar para instrumentos de autoavaliação para todos os segmentos, algo que acontece atualmente no Ensino Médio”, explica a gestora.

## ORGANIZANDO O PROJETO DA ESCOLA

Outra característica decisiva para o sucesso no trabalho com as competências socioemocionais é a sistematização do projeto da escola — ou da rede de ensino — nesse campo, considerando as características do público atendido e cada faixa etária.

O Instituto Ayrton Senna construiu um modelo organizativo que traz cinco macrocompetências: abertura ao novo, autogestão, engajamento com os outros, amabilidade e resiliência emocional — buscando uma abrangência de aspectos emocionais alinhada a evidências validadas em diversos países, incluindo o Brasil. As macrocompetências, por sua vez, foram desdobradas em 17 competências correlatas: determinação; foco; organização; persistência; responsabilidade; empatia; respeito; confiança; tolerância ao estresse; autoconfiança; tolerância à frustração; iniciativa social; assertividade; entusiasmo; curiosidade para aprender; imaginação criativa e interesse artístico. »





» “Trata-se de um instrumento que oferece uma base para o uso de estratégias voltadas a facilitar, avaliar e estimular o desempenho dos estudantes”, comenta Gisele Alves, psicóloga e gerente executiva do eduLab21, Laboratório de Ciências para Educação do Instituto Ayrton Senna. “Além disso, apoia os educadores no desenvolvimento de competências dos seus alunos, partindo das capacidades mais simples para as mais complexas.”

Portanto, contar com uma sistematização desse tipo contribui para o trabalho do dia a dia com as competências socioemocionais, especialmente ao reunir grupos de características, em vez de analisar separadamente cada um dos inúmeros traços particulares que compõem a identidade humana. Gisele destaca ainda que as evidências disponíveis sobre a eficácia de estratégias de desenvolvimento socioemocional indicam a relevância de um planejamento de atividades conhecido pela sigla **SAFE**:

**S****EUENCIAL:** determinar situações variadas e sequenciais que possibilitem mobilizar de modo cada vez mais complexo a respectiva competência.

**A****TIVO:** adotar metodologias ativas de ensino e de aprendizagem que coloquem o estudante em situações ativas na construção do conhecimento.

**F****OCADO:** garantir intencionalidade e tempo suficiente, definindo uma competência de cada vez como objeto de trabalho.

**E****XPÍCITO:** explicitar qual é a competência em foco e propor o estabelecimento de metas de desenvolvimento.

Além disso, o planejamento deve prever a realização de avaliações formativas, capazes de mensurar a evolução dos estudantes e, ao mesmo tempo, promover o diálogo e a autorregulação.

## A HORA DE AVALIAR

Como bem lembra a professora do filme *Escritores da liberdade* a seus alunos, as competências socioemocionais não são mensuráveis com base em questões do tipo certo e errado. Assim, vários especialistas recomendam a avaliação formativa por meio de rubricas estruturadas de acordo com níveis de desenvolvimento em dimensões específicas, trazendo descrições detalhadas e claras.

Na prática, isso significa traduzir habilidades e valores em ações, da forma mais perceptível. “Como você sabe se uma pessoa é mais ou menos empática, por exemplo? Por suas atitudes e por aquilo que ela demonstra. Você não mede a empatia, mas a atitude que decorre dela”, explica Solange Petrosino, acrescentando que uma mesma competência socioemocional pode se desdobrar em mais de uma rubrica, a fim de captar uma gama variada de aspectos relacionados a ela.

Na construção das rubricas, é fundamental descrever claramente a ação ou o comportamento a ser medido e criar uma escala, que pode ir, por exemplo, de “nunca faz” para “sempre faz”, passando por níveis como muito frequentemente e pouco frequentemente. A escala deve ser compreensível tanto pelos professores como pelos alunos – por



isso mesmo, em alguns casos, como na Educação Infantil, é comum a utilização de símbolos e dos populares emojis.

As avaliações mais tradicionais são as de observação, em que professores ou outros profissionais ficam responsáveis pela mensuração do progresso de crianças e jovens. No entanto, geralmente é recomendada a complementação com outros formatos, como a autoavaliação, quando todos são convidados a analisar suas próprias atitudes. Nesse caso, é importante que os alunos possam comparar suas respostas com as do professor ou da escola. “Assim ele entende como está se percebendo e como está sendo percebido, e isso é muito importante quando se trata de competências socioemocionais”, lembra Solange. No mesmo sentido, a avaliação pelos colegas também traz o elemento externo para o diálogo comparativo e costuma ser muito bem aceita tanto pelas crianças mais novas como pelos adolescentes.

O Instituto Ayrton Senna possui uma iniciativa que une avaliação e desenvolvimento, tendo como foco a avaliação formativa baseada em rubricas, que é respondida pelos estudantes e serve como base para o trabalho em sala de aula, visando, por exemplo, ao autoconhecimento.

Somente em 2022, essa aplicação prática do modelo organizativo do Instituto esteve presente em duas redes estaduais e em cinco redes municipais – totalizando quase 300 mil estudantes. Além disso, foram atendidos mais de 20 mil estudantes por meio da aliança com um parceiro. O público-alvo são os estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, assim como a equipe pedagógica das secretarias, diretores, coordenadores pedagógicos e docentes.

Tão importante quanto realizar mensurações regulares e o monitoramento da evolução das turmas é traduzir os dados obtidos em planos de intervenção e até mesmo no replanejamento do projeto, a fim de lidar com desafios coletivos – resultados distantes dos objetivos estabelecidos, por exemplo – e com questões pontuais, incluindo crianças e jovens resistentes em relação a alguma atitude trabalhada. “Diante de resistências específicas, é essencial fornecer informações e subsídios que motivem o aluno a mudar, escapando de qualquer abordagem do tipo certo ou errado”, alerta Solange Petrosino.

No esforço contínuo de busca pela atuação mais efetiva, com base nas escutas ativas das crianças e dos jovens e nos dados provenientes das avaliações, os professores dão apoio adequado por meio

de formação conceitual e prática e de materiais pedagógicos. Mas não apenas isso.

O Instituto Ayrton Senna vem implementando uma nova linha de pesquisa dedicada ao estudo das competências socioemocionais dos professores. “O desenvolvimento intencional das competências socioemocionais do educador contribui na promoção de seu bem-estar e sua eficácia, além de contribuir para a qualidade da assistência que fornece ao estudante”, comenta Gisele Alves. “Ao professor, vivenciar uma formação de qualidade, que integre os processos cognitivos, afetivos e sociais, é a base para a qualidade do trabalho docente e para o fortalecimento da educação integral nas escolas do país.”

## MUDANÇA DE PARADIGMA

A presença crescente das competências socioemocionais nos estabelecimentos de ensino se insere num contexto mais amplo, de transformação do próprio ensino, voltada aos desafios do século XXI. “A Educação para a Cidadania Global é um marco paradigmático que sintetiza o modo como a educação pode desenvolver conhecimentos, habilidades, valores e atitudes de que os alunos precisam para assegurar um mundo mais justo, pacífico, tolerante, inclusivo, seguro e sustentável”, diz a Unesco em um documento que é referência nesse campo. Para isso, reconhece o imperativo de o trabalho pedagógico ir além do conhecimento das disciplinas tradicionais.

O debate sobre a maior efetividade do trabalho com as competências socioemocionais ganha contribuições valiosas vindas de diversas áreas, como o estímulo da criatividade e da inovação. “Por meio de atividades práticas, muitas vezes lúdicas, abrimos espaço para situações em que crianças e jovens podem explorar inúmeras possibilidades, sem julgamento e sem medo de errar ou de serem julgados”, conta Betina von Staa, doutora em Linguística Aplicada. “Práticas desse tipo são valiosas para promover habilidades que, no geral, ainda estão distantes do universo escolar.”

### PARA SABER MAIS

- EDUCAÇÃO Integral para o Século 21: o desenvolvimento pleno na formação para a autonomia. (n.d.). São Paulo: Instituto Ayrton Senna. Disponível em: [mod.lk/ed25\\_fc2](https://mod.lk/ed25_fc2). Acesso em: 4 out. 2023.
- EDUCAÇÃO para a Cidadania Global: preparando alunos para os desafios do século XXI. Brasília: Unesco, 2015. Disponível em: [mod.lk/ed25\\_fct](https://mod.lk/ed25_fct). Acesso em: 4 out. 2023.
- ESCRITORES da Liberdade. 122 min. Direção de Richard LaGravenese. Estados Unidos. Paramount Pictures, 2007.

# Livro didático: a democratização do conhecimento

A importância do livro didático se reafirma no país. O PNLD chega a 30,6 milhões de alunos, com a distribuição de 206,2 milhões de exemplares, enquanto o mundo editorial se prepara para um futuro híbrido.

—  
TEXTO Paulo de Camargo

**VIDAS SECAS**, *Capitães da areia* e outras obras literárias de referência para a educação brasileira são textos agora conhecidos pelos jovens alunos do Ensino Médio da Casa Familiar Agroflorestal do Baixo Sul da Bahia, a quase 300 quilômetros de Salvador. Chegaram às suas mãos pontualmente, ao lado de livros didáticos de Língua Portuguesa e outros componentes curriculares, para fortalecer uma experiência de aprendizagem inovadora ainda pouco conhecida no país — as casas familiares rurais, escolas regulares que adotam a pedagogia da alternância. Nessas escolas, os alunos revezam períodos residindo na própria escola com outros de trabalho no campo, em sua região de origem, para aplicação dos conhecimentos adquiridos. Na expressão da professora de História, Katiane Gomes, os livros chegam lá carregados de conhecimentos, de possibilidades, mas também de esperança para os alunos.

Bem longe dali, na Escola de Ensino Médio Nova Sociedade, no Rio Grande do Sul, que fica em um assentamento do MST, o livro também cumpre um papel fundamental de ampliar o acesso à cultura, diz a diretora Raquel Monteiro. “Quando não há um universo literário na família, o acesso ao conhecimento é responsabilidade da escola. Os alunos adoram quando os recebem”, lembra. »

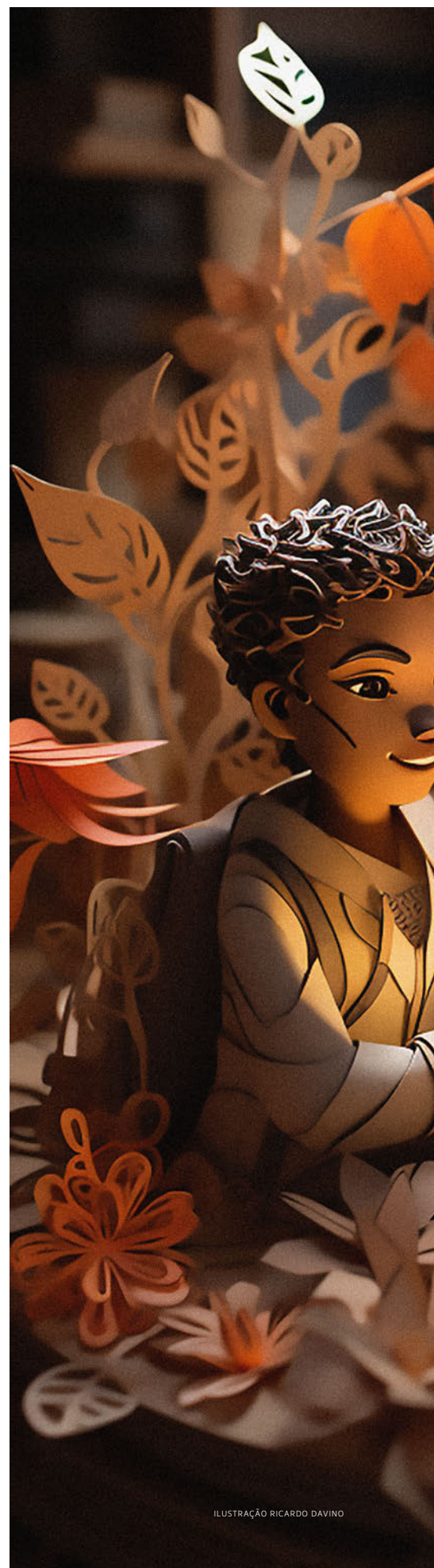


ILUSTRAÇÃO RICARDO DAVINO



» As histórias se multiplicam em todos os contextos da escola pública e da escola privada, comunidades mais ou menos vulneráveis, em todas as regiões e contextos sociais. O livro didático faz parte — e não é de hoje — da cultura pedagógica brasileira e do recurso de aprendizagem com o qual as famílias aprenderam a contar.

O grau de reconhecimento da importância pode ser avaliado pela intensidade da reação à iniciativa manifestada pela Secretaria de Educação de São Paulo, em agosto, de deixar o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), abrindo assim mão dos livros didáticos que seriam adquiridos pelo governo federal e recebidos por mais de 1 milhão de alunos da rede estadual do maior estado da federação.

O argumento inicial da Secretaria de Educação de São Paulo expressa alguns dos preconceitos existentes sobre a produção de obras didáticas. O primeiro é de que o livro nasce apenas da iniciativa isolada de um autor, que, sendo professor de uma área, cria conteúdos posteriormente transformados em livro. Evidentemente, os autores são imprescindíveis, mas os livros são fruto do trabalho de grandes equipes e especialistas em diversas áreas — até mesmo para prevenir eventuais equívocos e para garantir que as mais recentes tendências pedagógicas estejam incorporadas, dentro dos parâmetros dos marcos regulatórios. Isso quer dizer que apesar de uma obra ser assinada por um autor, o trabalho naquela coleção envolve diversas perspectivas e estudos diferenciados de vários especialistas que aplicam a metodologia daquele autor para o ensino dos alunos.

Outra incompreensão da proposta paulista é a de assumir que o uso da tecnologia se resume à transformação de conteúdos em aulas pré-produzidas, com o uso de aplicações de apresentação, como o PowerPoint. Em poucos dias, foram tantas críticas que o Governo do Estado de São Paulo foi obrigado a voltar atrás por medida judicial e pedir o reingresso no programa, mesmo fora do prazo de adesão. É importante, no entanto, entender o porquê dos argumentos que fizeram o governo paulista voltar atrás e aderir ao PNLD.

## POLÍTICA PÚBLICA LONGEVA

Em um país com colossais desafios na educação, em contextos de desigualdade e de pobreza, o PNLD é motivo de orgulho para as políticas públicas brasileiras. A começar pela sua longevidade: sobrevivendo aos governos de todas as orientações partidárias, o PNLD completou 86 anos de história. O formato foi aprimorado até o desenho atual, nas últimas décadas do século passado. Trata-se, portanto, de uma política de Estado à qual redes federais, estaduais e municipais aderem voluntariamente.

O programa tomou proporções do tamanho do Brasil. Apenas na última edição foram distribuídos 206,2 milhões de exemplares, com um investimento público de R\$ 1,8 bilhão. Embora o valor pareça elevado, o ganho de escala e o refinamento do processo permitem que cada exemplar seja adquirido pelo governo a um valor de R\$ 8,57. Com isso, 30,6 milhões

de alunos foram beneficiados, da Educação Infantil ao Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A operação logística coordenada para os programas, em parceria com os Correios, leva os livros por estradas, rios, mares e caminhos na floresta e é uma referência internacionalmente premiada. A cada ano, são 80 mil toneladas de carga, 3,2 mil caminhões circulando e um planejamento detalhado, que leva a cada escola os títulos e a quantidade de livros de que necessitam, calculados conforme o Censo Escolar, registrado anualmente por cada escola.

Para além da operação, o que torna o PNLD um exemplo de política democrática é a qualidade dos livros que chegam aos alunos. “O livro didático é a única tecnologia que está à disposição de todos os estudantes brasileiros. Mesmo com a difusão da tecnologia digital para todos, o livro jamais deixará seu papel de apoio didático aos professores e à aprendizagem dos alunos”, defende a pesquisadora Maria Inês Fini, ex-presidente do Inep/MEC e atual presidente da Associação Nacional de Educação Básica Híbrida (Anebhi).

## QUALIDADE DO LIVRO

O aspecto da democratização associado ao PNLD e ao livro didático não se deve apenas à extensão da cobertura, mas sim, especialmente, à qualidade. Os livros didáticos que chegam às escolas públicas têm o mesmo rigor dos que são consumidos na rede privada. A cada edital, há um processo de qualificação das editoras para verificar se atendem aos critérios necessários, além da análise dos livros por especialistas — que podem recusar obras, frequentemente pedir ajustes e aprovar (veja, no box, o processo de produção do livro).

Para a coordenadora geral do PNLD, Nadja Cezar, o coração do programa é justamente garantir para todos um livro de excelência, tanto em relação ao conteúdo como à qualidade estética. Formada em Letras, Nadja foi professora da rede pública e privada antes de chegar ao Ministério da Educação. Segundo ela, o programa passou por transformações ao longo da história, mas com uma evolução contínua com uma base técnica estável.

“É um dos melhores materiais do mundo em relação à qualidade”, assegura a coordenadora. O controle de produção envolve até mesmo o Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT), que certifica as especificações técnicas — que usa 100% do papel certificado para que venha apenas de madeira de reflorestamento. Ao todo, são dezesseis etapas cujo objetivo é garantir que o livro chegue intacto ao seu destino. Mas, para ela, o principal fator que garante a integridade do programa ao longo dos governos é o fato de o professor sempre ter sido o responsável pela escolha das obras, na ponta do sistema. “Esse é o aspecto central. Já no Decreto-lei n. 1.006, de 1938, está determinado que o professor e o diretor escolhem os livros”, lembra a coordenadora, que fez seu mestrado sobre o PNLD, apresentado na Universidade de Brasília (UnB). »

# Produção do livro didático

Conheça o passo a passo e a **complexidade da produção** de recursos para que um livro didático chegue aos alunos com a **máxima qualidade** possível



## 1 ELABORAÇÃO DO PROJETO EDITORIAL

Determinar as diretrizes gerais da coleção.

## 2 CURADORIA DO CONTEÚDO

Nessa fase, definem-se as frentes de conteúdo, garantindo o alinhamento com a BNCC e com o edital do PNLD.

## 3 PRODUÇÃO DO CONTEÚDO

Os autores e editores produzem os primeiros originais. Nessa fase, acontece a seleção de textos de terceiros (como artigos, fragmentos de textos literários, infográficos, iconografia).

## 4 DIREITOS AUTORAIS E ESTRUTURA

Especialistas, professores e acadêmicos leem e fazem apontamentos nos originais enquanto acontece o licenciamento dos conteúdos utilizados. Nada é publicado sem a cessão de direitos autorais de cada um dos autores de textos, imagens, fotos etc.

## 5 PROJETO GRÁFICO

Momento em que se elabora a forma como o conteúdo será apresentado para o estudante de maneira que garanta a legibilidade, a clareza e seja atrativo para os leitores. A linguagem visual é essencial.



» Ao longo do tempo, o programa passou por muitos incrementos, como a adoção do censo escolar com base de dados para o programa, bem como a extensão contínua, que passou a atender da Educação Infantil ao Ensino Médio. Foram feitos editais específicos para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação do Campo — que devem ser reeditados —, bem como incluídas obras literárias.

Nadja salienta que os livros produzidos para os editais contemplam aspectos fundamentais, de preocupação com a regionalidade, o cuidado da inclusão, da igualdade, das minorias, entre outros. “Quando avaliamos um livro didático para a rede pública, ele não será aprovado se não incluir referências sobre cidades pequenas e se referir apenas a capitais”, exemplifica.

Evidentemente, sempre é possível melhorar. Um estudo realizado pelo Instituto Reúna, em 2019, ouvindo 2 mil professores, faz recomendações para a ampliação dos critérios de seleção pelos docentes. A pesquisa indicou como principal dificuldade no processo de escolha a falta de tempo para analisar os materiais. Há queixas dos professores quanto a atrasos de entrega ou de número inferior de exemplares. Mas, de forma geral, o estudo reitera a importância do programa e seu sucesso como política pública. Há percepção majoritária da qualidade dos livros pelos docentes, tanto no que se refere aos livros do aluno quanto aos guias dos professores.

“Ferramenta essencial para democratizar o acesso à educação no Brasil, o livro didático tem como grande objetivo permitir aos estudantes e professores uma experiência de qualidade no processo de ensino e aprendizagem”, diz Ângelo Xavier, presidente da Associação Brasileira de Livros e Conteúdos Educacionais (Abrelivros).

É um esforço que muitas vezes cria desafios hercúleos para as editoras. Instrumento considerado essencial para a implantação de políticas públicas, como foi no caso da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o livro didático muitas vezes precisa correr para chegar a tempo, no vaivém dos marcos legais. No caso da BNCC, quando foram publicadas versões com mudanças — precisamente quatro, até a homologação final —, as novas obras foram sucessivamente reformuladas para chegar a tempo de as escolas poderem utilizá-las. Para que se tenha ideia do que isso representou, apenas na área de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental — Anos Iniciais, 309 das 363 habilidades foram alteradas.

## LIVRO DIGITAL

Não seria muito mais fácil se todos os conteúdos fossem digitais, facilitando a produção? Nada disso. A pandemia e as experiências de países que adotaram materiais didáticos digitais mostram que o caminho é bem mais complexo do que parece, seja do ponto de vista da produção, seja do ponto de vista das metodologias, seja do ponto de vista do leitor.

Em primeiro lugar, há um dado de realidade: o acesso. A pandemia escancarou a desigualdade do acesso a dispositivos

digitais e, sobretudo, às redes de dados. Em grande parte, isso se deve à pobreza. “O acesso é a grande barreira no mundo, e ainda mais no Brasil, por sua grande desigualdade”, diz Lúcia Dellagnelo, consultora da Unesco.

Contudo, garantir acesso também não é suficiente. O uso de recursos digitais pressupõe competências e metodologias muito diversas do que são utilizadas hoje em sala de aula. “Estamos avançando e as lacunas de acesso podem ser fechadas, mas o gap das competências digitais, ou seja, de saber usar para gerar mais aprendizagem será a grande desigualdade que teremos de enfrentar”, diz Lúcia. “Sem metodologia, ensino a distância é uma enganação. Vivemos isso durante a pandemia”, acrescenta Claudio Miceli, especialista da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Não à toa, há uma intensa discussão global sobre o futuro das produções dirigidas às crianças e aos jovens, especialmente após o advento da inteligência artificial generativa, como ChatGPT. Segundo o estudo *Papel e digital — Pesquisa sobre a eficácia dos materiais didáticos*, editado no Brasil pela Abrelivros, o futuro é híbrido. “Como vimos nas pesquisas, a constituição do leitor desde o nascimento requer um trabalho cognitivo e socioemocional sólido, que pode ser auxiliado pela tecnologia — sem, entretanto, substituir inconsequentemente o material impresso por ela. É fundamental que as nossas crianças desenvolvam competências digitais, mas também é importante que aprendam a ler no papel para desenvolverem habilidades de leitura profunda”, escreve Maria Inês Fini no prefácio da publicação.

No Brasil, a indústria editorial vem se preparando para um salto digital, enriquecendo o conteúdo do livro físico com plataformas e objetos virtuais de aprendizagem. Mas é apenas o início da jornada. Por isso, é hora de um amplo diálogo envolvendo governos, editoras, universidades, autores e outros especialistas. Afinal, como serão desenvolvidas as competências digitais previstas na própria BNCC? Quais são as metodologias que podem ser utilizadas? Qual é o lugar do conteúdo editorial, físico ou digital? E a formação do professor? Há muitas questões a serem respondidas.

Para Ângelo Xavier, da Abrelivros, é certo que o livro não vai desaparecer, mas vai, de alguma forma, ser reinventado. “O impresso e o digital vão coexistir, e é importante saber qual é o melhor uso de um e de outro recurso. Precisamos de força política para dialogar com os responsáveis pelos editais em busca de mais modernidade em sua estruturação, respeitando os novos paradigmas educacionais que priorizam as aprendizagens, a interatividade e a construção do conhecimento. Os avanços tecnológicos são inevitáveis e os sistemas escolarizados terão que se adaptar a eles sem, contudo, desconsiderar nenhum dos componentes estruturantes do desenvolvimento de uma educação interativa, híbrida e flexível que atenda às expectativas e aos projetos de vida de cada estudante”, finaliza Maria Inês Fini. ■



## 6 EDIÇÃO DO CONTEÚDO

Na edição dos originais, acontece a preparação de textos, o que garante não apenas o apuro conceitual, mas a uniformidade, acessibilidade e clareza da linguagem. Para isso, as editoras contam com o apoio de especialistas e assessores externos.

## 7 CONTEÚDOS MULTIMÉDIOS

Com o conteúdo editado, inicia-se a elaboração do Manual do Professor, para orientar o uso da obra, e a preparação dos conteúdos digitais que acompanham a obra. São utilizados diversos recursos, como podcasts, audiovisual, vídeoaulas, animações, jogos interativos e simuladores.

## 8 REVISÃO E ARQUIVO FINAL

Todos os conteúdos são revisados minuciosamente para verificação das exigências e clareza. Por fim, caminha-se para a etapa da produção editorial, com a geração do arquivo para a impressão gráfica.

## 9 ACESSIBILIDADE

As editoras também cumprem – seja nos objetos digitais, seja no arquivo impresso – a legislação de acessibilidade com a descrição de imagens e recursos, versões ampliadas das letras do material etc.

## 10 IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO

Com todos os conteúdos definidos, revisados e finalizados, os livros estão prontos para a impressão e distribuição para as escolas de todo o país.



**MODERNAmigos**

**CONHEÇA A SUA CENTRAL  
DE RECURSOS PEDAGÓGICOS**





## Tudo pensado para otimizar o seu tempo



Planejamento interativo e em poucos cliques



Conteúdos prontos para imprimir e usar

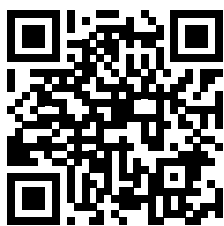


Banco de questões e avaliações



Acesso a eventos digitais e cursos a distância com certificação

CONTEÚDO 100% DIGITAL E GRATUITO



Cadastre-se:

[moderna.com.br/modernamigos](https://moderna.com.br/modernamigos)



MODERNA



ANOS

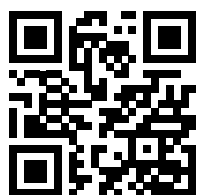


VEM AÍ...

PNLD  
EJA 2025

Você tem compromisso com a EJA.  
E nós temos compromisso com você!

A **EJA Moderna** reafirma seu propósito com a equidade e o direito de aprender. Por isso, estará com você para garantir **vez e voz** aos profissionais da EJA e ajudar a **ressignificar** o mundo por meio da **educação**.



Cadastre-se e  
receba atualizações  
em 1ª mão:  
[mod.lk/cadastre](https://mod.lk/cadastre)



# Convivência que aprisiona: a jornada para enfrentar o bullying nas escolas

Um panorama sobre a urgência de prevenir e combater o bullying, seus impactos sobre os estudantes e a segurança pública e as estratégias para estabelecer uma cultura de paz nas escolas

TEXTO *Lara Silbiger*

**PELOS CORREDORES** e salas de aula, o bullying ainda aprisiona tensões, dúvidas, sofrimentos, traumas e uma infinidade de desafios nas escolas país afora. A cada dez diretores, praticamente quatro relatam casos de bullying em suas instituições de ensino, segundo revela o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023. As localidades com mais registros são Santa Catarina, Distrito Federal e São Paulo.

O Anuário ainda destaca o risco que o bullying representa para a segurança pública como um todo. “Esse é um problema que agrava os riscos de ataques violentos às escolas e que não está exatamente correlacionado à incidência de outras violências nos territórios do entorno das instituições escolares”, destaca a publicação.

A princípio, o tom pode soar alarmista, especialmente em um ano como 2023, que registrou sete massacres em escolas, mas o fato é que algumas linhas de pesquisa acadêmica apontam o bullying como um dos motivadores para que os autores desses ataques retornem às suas escolas de origem. “A maior parte volta em busca de reparação da honra”, comenta Catarina Gonçalves, professora do Centro de Educação da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Humana, Representações e Identidades. »



» Obviamente, trata-se de casos extremos, o que não diminui em nada o sofrimento de cada criança e adolescente que já conviveu ou ainda convive com o bullying dentro de sua própria escola. “Todas as formas de violência escolar e bullying violam o direito fundamental à educação e, da mesma forma, ambientes de aprendizagem não seguros reduzem a qualidade da educação para todos os estudantes. Nenhum país será capaz de atingir uma educação inclusiva e de qualidade se os estudantes estiverem expostos à violência na escola”, afirma Qian Tang, ex-diretor-geral adjunto para Educação da Unesco, em tom desafiador – e, ao mesmo tempo, propositivo –, no prefácio da publicação *Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial*, da Unesco.

“No Brasil, ainda estamos muito longe de construir nas escolas uma cultura de paz, na qual nenhuma forma de violência seja tolerada”, reconhece Catarina, cujas pesquisas de mestrado e doutorado focaram a convivência escolar e a formação de professores. Para ela, enfrentar o bullying implica reconhecer os direitos fundamentais do outro, respeitar a alteridade e conviver com as diferenças. “Cabe à escola, como maior laboratório social das nossas vidas, assegurar regras, princípios e valores coletivos para que toda a comunidade se mobilize e se ocupe do bem-estar, que também deve ser obrigatoriamente coletivo.”

### MAS, AFINAL, O QUE É BULLYING?

Para começar, o bullying está longe de ser uma brincadeira de crianças. “Como ele sempre existiu, acabou sendo normalizado a vida toda. Mas bullying é uma violência. E, como tal, é intolerável”, sentencia Catarina. Ele se manifesta no ambiente escolar, de modo sistemático – ou seja, nunca uma única vez –, ao longo do tempo e sempre entre estudantes. Mas não entre quaisquer alunos. Salta aos olhos o desequilíbrio de poder, seja por popularidade, poder econômico, altura, força física ou outra forma que simbolize a superioridade de um sobre o outro.

Segundo dados da Unesco, “as crianças e os adolescentes mais vulneráveis, incluindo os mais pobres ou provenientes de minorias étnicas, linguísticas ou culturais, migrantes ou pertencentes a comunidades de refugiados ou pessoas com deficiências físicas, apresentam maiores riscos de sofrer violência escolar e bullying. Crianças e adolescentes cuja orientação sexual, identidade ou expressão de gênero não se encaixam nas normas sociais ou de gênero consideradas tradicionais são afetados de modo desproporcional”, revela o órgão no estudo *Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial*, originalmente publicado em 2017.

Outro aspecto que caracteriza o bullying é a ausência de motivos aparentes ou que justifiquem os atos de violência, que são intencionais e podem ocorrer de várias formas. No bullying verbal, são comuns os insultos, as ofensas e os apelidos maldosos. Em suas versões física e material, são mais frequentes empurrões, socos, beliscões, roubos, furtos e a destruição dos pertences de quem é o alvo das agressões. No

bullying com viés psicológico e moral, ganham vez as humilhações, exclusões do grupo, discriminações, chantagens, intimidações e difamação. Já no sexual, são marcantes os assédios, insinuações, abusos, chantagens e até mesmo violações.

Existe ainda a modalidade virtual, conhecida como cyberbullying, que envolve a postagem, o envio e o compartilhamento de conteúdos digitais para assediar, ameaçar, extorquir, difamar e atingir de várias formas o alvo dos ataques em plataformas on-line, como grupos de mensagens, redes sociais, plataformas de jogos, entre outras que estudantes costumam utilizar. Os conteúdos podem trazer informações falsas, mensagens ofensivas, ameaças, extorsões, imagens íntimas, comentários constrangedores ou até mesmo promover a exclusão da vítima das redes sociais ou de outra plataforma.

No cyberbullying, os autores das agressões costumam atuar de forma anônima e podem atingir seus alvos a qualquer momento. “Esses conteúdos têm potencial de viralizar e, em questão de minutos, alcançar uma audiência on-line imensa”, explica Bianca Orrico, psicóloga da Safernet Brasil e doutora em Estudos da Criança pela Universidade do Minho. Ela ainda ressalta que, “embora a remoção de conteúdos ofensivos na internet seja possível, não há controle sobre quem recebeu e salvou esses arquivos”. Ou seja, o risco de revitimizar o alvo do cyberbullying permanece à espreita.

Uma das razões pelas quais o cyberbullying se perpetua no tempo é o fato de que “crianças e adolescentes vítimas desse tipo de agressão nem sempre estão dispostos a denunciar o incidente aos pais, professores ou outros adultos por medo de perder o acesso à internet, ao celular ou ao computador”, revela um relatório de 2016 da ONU. Outros motivos apontados por estudantes que são alvos das demais manifestações de bullying são “a falta de confiança nos adultos, incluindo os professores, o medo da repercussão ou de retaliações, o sentimento de culpa, a vergonha, a confusão, o receio de não serem levados a sério ou de não saber onde procurar ajuda”, revela o estudo da Unesco.

Há ainda o cenário em que a violência sistemática entre estudantes acaba sendo ignorada por professores e pais. “Em alguns contextos, eles veem as agressões físicas, as brigas e as demais manifestações de bullying como parte normal do relacionamento entre pares ou do desenvolvimento e ignoram os impactos negativos na educação, na saúde e no bem-estar das crianças e dos adolescentes”, destaca a Unesco.

# QUEM É QUEM NO BULLYING?

Visando a uma abordagem mais didática e reflexiva, Catarina Gonçalves, do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, adota termos específicos para se referir aos atores envolvidos no bullying.



## AUTOR

Em vez de “agressor”, que carrega conotação negativa e punitiva e pode rotular e estigmatizar o estudante, Catarina usa a palavra autor do bullying. Na hora de escolher o alvo, busca um indivíduo que aparenta ser vulnerável ou menos capaz de se defender.

“Isso não quer dizer que o autor seja necessariamente perverso, mas é alguém que, em determinado contexto, colocou seus valores individuais acima dos morais. Na fase de intervenção, cabe à escola motivar a reorganização dessa hierarquia de valores e ajudá-lo a compreender as consequências de suas ações e a desenvolver empatia e respeito”, explica.



## ALVO

Em vez de vítima do bullying, o termo “alvo” evidencia que o indivíduo foi escolhido a dedo pelo autor e está em posição de vulnerabilidade.

O impacto no estudante alvo desse tipo de violência é profundo, com reflexos na autoestima, possível desconexão com as atividades escolares, mudanças alimentares e de sono, isolamento social e naturalização da violência. “A ideia é contribuir para que, mesmo com os traumas da situação, ele se fortaleça, se autovalorize e se indigne diante das violências sofridas”, complementa Catarina.



## ESPECTADORES

“Eles são o oxigênio do bullying, uma vez que, em geral, o autor não está sozinho”, comenta Catarina. No papel de espectadores, esses estudantes participam rindo e encorajando a violência, assistindo a ela calados, com medo de se tornarem o próximo alvo, ou simplesmente ignorando os fatos.

A boa notícia é que eles podem se tornar peças-chave para intervir. Os pares têm o poder de ajudar a identificar as evidências da violência, seja como espectadores, seja como amigos próximos do autor ou do alvo. Isso envolve não apenas relatar os incidentes, mas tentar interromper o comportamento agressivo, de forma segura e com vistas a uma cultura de paz.

Também podem mostrar apoio, solidariedade e empatia ao alvo do bullying, ajudando-o a se sentir menos isolado e mais confiante para enfrentar o problema.

## DESATANDO AS AMARRAS DO BULLYING

Romper as correntes do bullying exige encarar o fenômeno de frente, com uma abordagem de prevenção e combate e uma ampla rede de proteção a crianças e adolescentes. Do contrário, apenas boas intenções não surtirão efeito e ficaremos rodeados por dezenas de legislações, avanços nas políticas públicas e algumas quantas iniciativas de sucesso, e submersos em ambientes de aprendizagem não seguros e não inclusivos para todos.

Para começar, um bom ponto de partida é se debruçar sobre as linhas e as entrelinhas da Lei n. 13.663, de 2018, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) ao incluir no artigo 12 a promoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com menção especial ao bullying, e a promoção da cultura de paz entre as responsabilidades das escolas. “Entre os pontos que vale destacar está o fato de que ela não criminaliza o bullying, nem visa expor o autor das agressões, o que faz muito sentido, considerando que estamos falando de uma violência que acontece na escola e que, portanto, exige uma resposta que passa necessariamente por uma prática educativa”, comenta Catarina.

Outro aspecto que a legislação traz é o fomento à construção de uma educação baseada em valores e na formação da cidadania. “Ela implica as instituições educativas no desenvolvimento de um projeto longitudinal. Isso mexe diretamente com a cultura da escola e com a forma como ela se pensa e se organiza. Precisa atravessar seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e o currículo”, comenta a professora da UFPE.

Tamanho desafio exige uma capacitação à altura dos professores para enfrentar o bullying, tanto na prevenção quanto na intervenção. So-me-se a isso o fato de que muitas práticas de agressão acabam sendo veladas ou não sendo identificadas como violência, o que reforça a necessidade de conscientização acerca do fenômeno. “A escola ainda tem a tendência de naturalizar o bullying e o cyberbullying sem entender os impactos emocionais, psicológicos, sociais e até físicos para os envolvidos. Isso tem que ser levado a sério e demanda formação contínua e complementar dos professores, trabalho em parceria com organizações locais, conselhos tutelares, órgãos de justiça, entre outros, e proximidade com as famílias”, destaca Bianca, psicóloga da Safernet Brasil. »

# PREVENÇÃO AO CYBERBULLYING NO CAMPO

“**A REALIDADE** dos alunos do nosso colégio, localizado em uma área rural, é moldada pelo contato próximo com as produções camponesas e por desafios de conectividade, o que não diminui a necessidade de formar jovens competentes para lidar com as novas demandas e os desafios do mundo tecnológico, no qual o campo também está inserido.

Entre eles, estão as situações delicadas e potencialmente violentas no ambiente digital, incluindo o cyberbullying. Foi isso que me motivou a implementar a disciplina “Cidadania Digital” para duas turmas do 2º ano do Ensino Médio em 2023.

Desenvolvida pela Safernet Brasil em parceria com o Governo do Reino Unido, a disciplina aborda temas cruciais, como fake news, estereótipos nas redes, golpes, práticas violentas no meio virtual, bem-estar digital, privacidade, respeito, entre outros. Por meio de debates e projetos de intervenção sociocultural, os estudantes desenvolvem habilidades essenciais para a cidadania digital e o enfrentamento das novas expressões de violências nas redes. E já demonstram amadurecimento significativo e atuação mais responsável no meio virtual.

A formação contínua oferecida aos educadores pela Safernet Brasil, através de um curso on-line certificado, tem sido fundamental para aprofundar meus conhecimentos, esclarecer dúvidas e proporcionar uma aplicação mais eficaz da disciplina em sala de aula.

Ao abordar o letramento digital e temas como cyberbullying, estamos construindo uma base sólida para formar indivíduos conscientes e aptos a intervir em prol de um ambiente digital que preze pelo respeito, pela diversidade e pela intolerância à violência.”

**REGINALDO ARAÚJO**

*é professor da área de Linguagens no Colégio Estadual Filinto Justiniano Bastos, Seabra (BA).*





# CONVIVÊNCIA SAUDÁVEL FAZ PARTE DO NOSSO PPP

“**DESDE 2018**, o Dante oferece uma disciplina de educação socioemocional como obrigatória para o Ensino Médio. No ano seguinte, expandiu para todos os alunos, a partir do Maternal.

As novidades vieram com a Lei n. 13.663, de 2018, mas as reflexões em torno de como lidávamos com o bullying antecedem sua promulgação. Identificamos que a intervenção só acontecia quando o problema e o sofrimento já estavam instalados.

Mudamos, então, o foco para a prevenção. Trabalhando desde cedo o desenvolvimento de habilidades socioemocionais no currículo, ensinamos os alunos a nomear sentimentos, reconhecer emoções nos outros e desenvolver empatia, o que não apenas os ajuda a lidar com situações difíceis como cria um ambiente em que se sentem mais à vontade para pedir ajuda e expressar quando algo os incomoda. Isso também contribui para formar vínculos mais saudáveis.

Também entraram em cena ferramentas variadas para fazer intervenções precoces. É o caso dos formulários de bem-estar socioemocional, que são aplicados duas vezes por ano junto aos alunos para identificar situações de risco. Ou do protocolo que acionamos diante de casos suspeitos de bullying, o que nos permite reunir evidências, conscientizar os envolvidos e resgatar, o quanto antes, as relações por meio de estratégias de reconciliação.

Nosso compromisso ainda inclui a capacitação de professores para a tolerância zero em relação a casos de bullying; a atuação bastante próxima junto à equipe de vigilantes que cuidam do parque nos intervalos; e a orientação educacional das famílias sobre bullying e outras formas de violência. Não por acaso todas essas práticas estruturadas e referenciais de convivência saudável hoje compõem uma das camadas do nosso Projeto Político Pedagógico (PPP).”

## MIRIAM GUIMARÃES

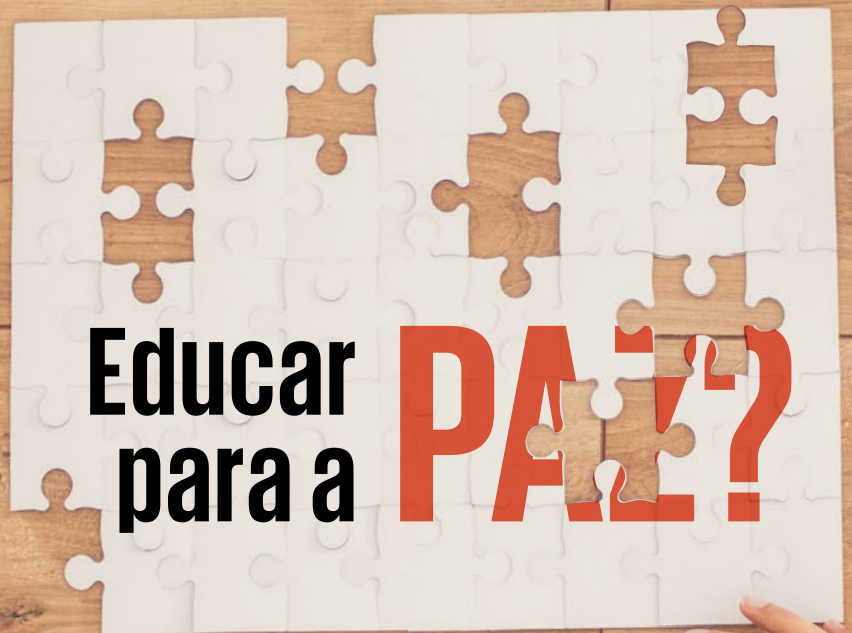
é coordenadora da orientação educacional e do projeto socioemocional do Colégio Dante Alighieri (São Paulo, SP).



FOTOS: DIVULGAÇÃO COLÉGIO DANTE ALIGHIERI

## PARA SABER MAIS

- ANDRADE, F. C. B.; GOMES, B. V. *Educação em direitos humanos: reflexão, pesquisa e intervenção*. Curitiba: CRV, 2021.
- GONÇALVES, C. C.; DE ANDRADE, F. C. B. *Da violência à convivência: aprendendo e ensinando através dos conflitos na escola*. Curitiba: CRV, 2020.
- SAFERNET. *Disciplina de Cidadania Digital*. UK Government, 2021. Disponível em: [mod.lk/ed25\\_cx1](https://mod.lk/ed25_cx1). Acesso em: 2 out. 2023.
- UNESCO. (2019). *Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial*. Disponível em: [mod.lk/ed25\\_cx2](https://mod.lk/ed25_cx2). Acesso em: 28 set. 2023.



# Educar para a **PAZ?**



O clima na escola esquentou e clama por paz. Se você já pensou em trabalhar essa questão em sua escola, acredite, você não está sozinho.

TEXTO *Eduardo Amos e Nádia Freire*

**LONGE** do seu papel tradicional na transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade, a escola é hoje um espaço de democratização do acesso ao conhecimento, o que inclui tanto os saberes acadêmicos quanto valores que contribuam para uma sociedade mais justa e democrática. Nesse cenário, insere-se a **Cultura de Paz**, termo usado pela primeira vez em 1989 no Congresso Internacional para a Paz na Mente dos Homens, em Yamoussoukro (Costa do Marfim). Foi apenas em 1999 que a ONU definiu Cultura de Paz como sendo “um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida de pessoas, grupos ou nações, baseados no respeito pleno à vida, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais”.

A **Educação para a Paz (EP)** é o braço educacional desse grande movimento em prol da vida e da boa convivência. Educar para a paz não significa ser passivo, permissivo, com o intuito de “evitar ou prevenir conflitos”. Esses desacordos são partes intrínsecas da natureza humana e, por isso, impossíveis de serem evitados. O modelo de sociedade em que vivemos, baseada na competição e no consumo e com forte presença das redes sociais, só intensifica os conflitos. »

» Contudo, se o objetivo é a construção de uma convivência mais respeitosa, então é preciso compreender que os conflitos podem ser elementos importantes para a mudança. Assim sendo, a questão não é como evitá-los, mas como resolvê-los sem o uso da força e da violência. Esse entendimento é essencial para abordar e pensar os desafios que enfrentamos como sociedade.

### ESTRATÉGIAS PARA LIDAR COM OS CONFLITOS NA ESCOLA

Cada situação demanda maneiras diferentes de lidar com os conflitos no ambiente escolar e isso depende, em primeiro lugar, das pessoas que convivem e interagem naquele espaço. Da mesma maneira que um aluno aprende um conteúdo acadêmico se demonstrar desejo de aprender, as estratégias para trabalhar com os conflitos também darão resultado quando os envolvidos assim o desejarem. O primeiro passo, portanto, é o desejo compartilhado, conquistado pelo protagonismo dos alunos em atividades, projetos, trabalhos em equipe. É claro que não se pode esperar que haja consenso total para se começar um programa de EP. Com pelo menos um grupo já é possível colocar algum plano em ação.

Há muitas outras estratégias que podem e merecem ser consideradas pela equipe gestora em conjunto com o corpo docente. A seguir, algumas que têm provado ser eficientes.

- 1 **Abrir espaço nas suas aulas para as metodologias ativas.**
- 2 **Deixar que os alunos participem da construção de regras.**
- 3 **Transformar conflito em aprendizagem.**
- 4 **Esclarecer a diferença entre correção e punição.**

Quando um estudante tem como objetivo desafiar o professor, é importante evitar reações impulsivas, como perder a calma ou elevar o tom de voz, ou até mesmo expulsar o aluno da sala. Se houver necessidade de aplicar medidas corretivas, é preferível que elas estejam relacionadas ao comportamento inadequado, visando à correção e à restauração, e não à vingança. Por exemplo, se um estudante danifica uma carteira, o adulto deve explicar como esse ato afeta a comunidade escolar e incentivar o próprio aluno a tomar a decisão de reparar o que foi danificado ou compensar de alguma maneira pelo prejuízo causado.

Em situações excepcionais que envolvam atividades criminais, como furtos ou violência física, é apropriado acionar os meios legais para lidar com a situação. Independentemente da estratégia adotada, é imprescindível que essas ações tenham aderência dos alunos e professores, sem a qual a continuidade estará comprometida.

### INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ

Com o objetivo de tornar a avaliação da EP operacional, pode ser útil dispor de um sistema de indicadores ou marcos dos seus objetivos. Nesse sentido, é aconselhável que os professores, ao elaborar um programa de EP, definam, de forma contextualizada e reflexiva, um conjunto de indicadores específicos relacionados aos objetivos que propõem, predominantemente de natureza qualitativa. A avaliação por meio de indicadores sugere que estes sejam poucos — centrados nos objetivos prioritários; relevantes — relacionados a aspectos-chave da EP; abrangentes — que cubram várias dimensões; claros — evitando formulações genéricas e terminologia ambígua; e operacionais — que permitam aos professores coletar facilmente as informações necessárias no processo de ensino.

Quanto aos instrumentos de avaliação, estes devem ser adaptados aos objetivos propostos e podem incluir técnicas etnográficas como observação (listas de verificação, escalas de avaliação, anotações de campo etc.), elaboração de diários (de professores e de alunos), entrevistas, relatórios qualitativos sobre o progresso do aluno, avaliação em equipe pelos professores, autoavaliação, relatórios dos alunos, análise de documentos e materiais de aula e muito mais.

A avaliação autêntica da EP deve questionar em que medida a implementação está servindo para revelar e questionar o currículo oculto. »



# VEJA COMO COMEÇAR A EDUCAÇÃO PARA A PAZ **NA SUA ESCOLA**

## **GRUPOS DE AJUDA**

Os Grupos de Ajuda ou de Apoio para resolução de conflitos na escola são uma estratégia eficaz para promover um ambiente mais harmonioso e construtivo. Esses grupos consistem em reunir um conjunto de alunos, geralmente com o apoio de um adulto facilitador, para abordar e resolver conflitos de maneira colaborativa e pacífica. O objetivo é capacitar os alunos a desenvolverem habilidades de comunicação, empatia e resolução de problemas ao mesmo tempo que promovem o entendimento mútuo.

## **CÍRCULOS RESTAURATIVOS**

Essa é uma abordagem poderosa para promover a comunicação eficaz, resolver conflitos e fortalecer os laços na comunidade escolar. Tal processo envolve um mediador e a criação de um espaço seguro e inclusivo em que alunos, professores e funcionários podem se reunir para compartilhar pensamentos, sentimentos e experiências.

## **COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA**

Essa abordagem, desenvolvida por Marshall Rosenberg, propõe uma forma de comunicação empática e eficaz que visa aprofundar a compreensão e a conexão entre as pessoas, promovendo a resolução de conflitos e a construção de relacionamentos saudáveis. Baseia-se na crença de que todas as pessoas têm necessidades universais e que os conflitos geralmente surgem quando essas necessidades não são atendidas.



## QUAIS INDICADORES USAR?

Se a sua escola está iniciando um programa de Educação para a Paz, a seguir são apresentadas algumas sugestões de indicadores que podem ser usados para avaliar um programa de EP levando em conta cada realidade escolar. Marque aqueles que fazem mais sentido para o momento da sua comunidade:

- Abordagem não violenta de conflitos.
- Resolução cooperativa de problemas e uso do diálogo.
- Capacidade de adotar a perspectiva dos outros.
- Respeito e valorização das diferenças. Comportamentos de tolerância, aceitação e não discriminação da diversidade.
- Melhoria das relações pessoais (atitudes e comportamentos) na sala de aula e na escola como um todo.
- Autonomia e responsabilidade na tomada de decisões.
- Mudanças nos jogos tradicionais competitivos e sexistas.
- Respeito pelos bens coletivos (instalações da escola etc.).
- Existência e uso de espaços de trabalho e lazer não supervisionados.
- Ocupação e acesso a espaços e uso de materiais sem discriminação ou privilégios.
- Participação voluntária nas atividades realizadas.
- Processo de elaboração e negociação das regras escolares.
- Envolvimento dos alunos na elaboração e na revisão das regras. Análise dos valores subjacentes às regras vigentes.
- Posição, presença e participação dos alunos na escola. Interesse dos alunos em participar das tomadas de decisões.
- Sensibilidade às situações cotidianas de violência, injustiça ou discriminação.
- Análise e denúncia da violência estrutural.
- Capacidade de intervir e trabalhar em grupo, respeitando as opiniões dos outros.
- Dedicção e apoio aos alunos e grupos mais desfavorecidos.
- Tolerância, respeito e interesse em conhecer outras culturas e formas de vida.
- Materiais didáticos apropriados (sem estereótipos de gênero, não etnocêntricos, sem estereótipos de imagens, que não sejam alheios à experiência dos alunos etc.).
- Ausência de divisão de gênero no trabalho escolar.
- Participação da escola em iniciativas de convivência, desenvolvimento e solidariedade com grupos marginalizados.

## » ESTRATÉGIAS PARA CAPACITAR OS PROFESSORES PARA A EP

A implementação de qualquer programa de EP, quer seja como parte integrante do currículo, quer seja como componente extracurricular, encontra seu principal gargalo na questão da formação dos educadores. Na verdade, isso vale para qualquer área de conhecimento, mas em especial para a EP, uma vez que ela não está incluída na formação.

Sugerimos a seguir algumas estratégias-chave para a capacitação de professores em EP:

**1** **FORMAÇÃO CONTINUADA** Oferecer programas de formação contínua específicos em EP é essencial. Esses programas podem incluir cursos, palestras, oficinas e seminários que abordem temas como resolução de conflitos, comunicação não violenta e educação intercultural. Também se incluem aí as reuniões em que se pode realizar a leitura e discussão de textos, estudos de caso e planejamento coletivo de projetos.

**2** **INCORPORAÇÃO DE VALORES DE PAZ NO CURRÍCULO** É importante realizar a integração dos conceitos e valores relacionados à paz em todas as áreas de conhecimento do currículo escolar. Dessa maneira, o trabalho com a EP ocorrerá de maneira transversal, tornando-a uma parte essencial da educação, em vez de um tópico isolado.

**3** **RECURSOS EDUCATIVOS ADEQUADOS** Como qualquer outra área de conhecimento, a EP necessita de materiais educativos. Para isso, é importante poder contar com livros, vídeos e jogos que abordem questões relacionadas à paz. Esses recursos ajudam os professores a enriquecer suas aulas e a envolver os alunos de maneira significativa, permitindo que reflitam sobre a sua realidade.

**4** **PARCERIAS E COLABORAÇÕES** Promover parcerias entre escolas, organizações da sociedade civil e especialistas em EP pode contribuir significativamente para o trabalho realizado na escola. Essas colaborações podem oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional, recursos adicionais, bem como a troca de melhores práticas entre educadores.

**5** **APOIO À SAÚDE EMOCIONAL** Reconhecer a importância da saúde emocional dos professores é, antes de tudo, uma questão de direitos humanos. Por isso, oferecer apoio à sua saúde emocional é fundamental e poderá ser feito por meio de diálogos, rodas de conversa, encaminhamento a programas de saúde mental da comunidade e outros.

Infelizmente, a Educação para a Paz não pode eliminar de uma só vez todas as violências presentes no cotidiano escolar, mas também não exige isso para ser colocada em prática. □

### EDUARDO AMOS

*é licenciado em pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP) e professor de Língua Inglesa para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. É membro do Geepaz (Grupo de Estudos "Educação para a Paz e Tolerância") da Faculdade de Educação da Unicamp. É autor de livros didáticos de Língua Inglesa e vencedor do Prêmio ELTons com a coleção Students for Peace, publicada pela Richmond.*

### NÁDIA FREIRE

*é doutora em Educação pela Unicamp e pesquisadora do tema Educação para a Paz desde 1990. É psicopedagoga e membro do Laboratório de Psicologia Genética da Faculdade de Educação da Unicamp, onde participa e coordena o Grupo de Estudos "Educação para a Paz e Tolerância" (Geepaz), além de ser professora dos cursos de pedagogia e de pós-graduação.*

### PARA SABER MAIS

- COSTELLO, B.; WATCHEL, J.; WATCHEL, T. *Círculos restaurativos nas escolas: construindo um sentido de comunidade e melhorando o aprendizado*. Bethlehem, EUA: International Institute for Restorative Practices (IIRP), 2013.
- FREIRE, N.M.B. (org.). *Educação para a paz e tolerância. Fundamentos teóricos e prática educacional*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- ROSENBERG, M. *Comunicação não violenta*. São Paulo: Ágora, 2021.
- TOGNETTA, L.R.P. (org.). *Passo a passo da implementação de um sistema de apoio entre iguais: as equipes de ajuda*. Americana: Adonis, 2020.



# A GENTE COMPARTILHA QUE UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO PEDE UMA NOVA VISÃO DA EDUCAÇÃO.

UMA NOVA VISÃO  
DA EDUCAÇÃO PARA  
UM NOVO MUNDO.



+ de 900  
ESCOLAS  
no Brasil



presente em  
17 PAÍSES



+ de 300 mil  
ALUNOS  
no Brasil



+ de 1,1 MILHÃO  
de estudantes  
no mundo





## UM PROJETO GLOBAL VIVO

Desenvolvemos e implantamos **propostas educativas 360°**, voltadas para a realidade e as necessidades de cada escola. Um projeto completo e global, que oferece autonomia e flexibilidade na escolha dos materiais, sempre com o propósito de promover a transformação digital, o desenvolvimento contínuo e a personalização da aprendizagem da Educação Infantil ao Ensino Médio.

### BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS PARA SUA ESCOLA COMPARTILHA:



#### Sequência pedagógica

Materiais didáticos completos e aprendizagem contemporânea.



#### Tecnologia e ferramentas digitais

Gestão de aprendizagem com ferramentas e recursos digitais que complementam a oferta.



#### Formação integral

Foco no protagonismo do estudante e desenvolvimento de competências digitais e socioemocionais.



#### Implementação e acompanhamento

Atendimento com consultores educacionais com apoio, formações e acompanhamento através da plataforma.




SEJA UMA  
**ESCOLA COMPARTILHA**

 [modernacompartilha.com.br](http://modernacompartilha.com.br)

 [/moderna.compartilha](https://www.facebook.com/moderna.compartilha)

 [@modernacompartilha](https://www.instagram.com/modernacompartilha)

 0800 770 3004



# **Elos:** a Comunicação Não Violenta na educação

A abordagem da Comunicação Não Violenta pode colaborar no desenvolvimento de habilidades fundamentais, como a cooperação, a empatia e a criticidade. Veja como!

—  
TEXTO *Sandra Caselato*  
e *Yuri Haasz*





**O PSICÓLOGO** estadunidense Marshall Rosenberg dedicou sua vida a investigar as raízes da violência e a buscar formas de mitigá-la. Seu principal objetivo foi contribuir para a transformação de sistemas baseados na dominação em sistemas que promovam a cooperação e a parceria, visando à construção de um mundo mais justo e pacífico.

Seu legado resultou na criação da Comunicação Não Violenta (CNV), uma abordagem versátil utilizada em mais de 60 países para mediação de conflitos em relações familiares e profissionais, e em áreas como educação, psicologia, gestão e governança organizacional, entre outras. »

» A prática da CNV, com sua flexibilidade e amplitude, desenvolve habilidades que podem ser aplicadas em qualquer contexto em que a comunicação interpessoal assume um papel crucial na busca por soluções construtivas e na promoção da compreensão mútua.

Na esfera da educação, a CNV oferece uma perspectiva revolucionária que propõe uma transformação profunda nas relações, bem como na forma como lidamos com conflitos. É um convite que demanda coragem, pois vem questionar não apenas a forma como nos comunicamos com os outros, mas nossa maneira de ser conosco mesmos e nossa relação com o mundo que nos rodeia. Desafia nossas crenças e cultura, que enraízam as causas da violência em nossa sociedade.

Segundo Rosenberg, tanto a violência entre indivíduos quanto a violência social surgem de um padrão específico de pensamento que promove a ideia de controle e punição. Esse modo de pensar se fundamenta em uma visão de mundo que postula a necessidade de vigiar e reprimir as pessoas por meio de recompensas e castigos, a fim de assegurar uma convivência harmoniosa em sociedade. É uma visão de ser humano que pressupõe que somos, por natureza, egoístas e agressivos, preocupados apenas com a própria autopreservação. Portanto, faz parte deste paradigma a ideia de que certos indivíduos ou grupos, que são de alguma forma superiores, merecem privilégios e poder de controle sobre os outros, para que o caos não se instale.

Essa mentalidade permeia nossa subjetividade e está bastante presente em todos os aspectos das sociedades ocidentais, desde a família até as instituições culturais. Adultos frequentemente assumem uma posição superior em relação às crianças, fazendo imposições, castigando e premiando. Isso se reflete também em escolas, empresas e níveis de autoridade nacional e internacional, em que líderes controlam subordinados, julgam e decidem sobre recompensas e sanções.

Culturalmente, somos treinados para adotar esse modo de pensar baseado em julgamentos que categorizam pessoas como certas ou erradas, boas ou más. Isso justifica e legitima a violência: os “maus” merecem receber punição, enquanto os “bons” são recompensados.

Essa mesma lógica está por trás da concepção de

justiça prevalente em nossa cultura, que é intrinsecamente retributiva, não apenas no sistema judiciário, mas também nas relações em geral. O resultado é uma cultura baseada no medo, na vergonha e na culpa. Acompanhando essa visão de mundo e maneira de entender o ser humano, a linguagem que utilizamos — cheia de julgamento, culpabilização (ou merecimento), imposição e negação de responsabilidade — nos desconecta de nós mesmos e também uns dos outros.

Em muitos modelos convencionais de educação, esse paradigma se manifesta no sistema meritocrático de notas, pontuações e provas, resultando em um modelo educacional passivo, em que o professor detém o conhecimento e os estudantes desempenham um papel secundário, centrado na memorização e na repetição, com poucas oportunidades de questionar, explorar ou aplicar o conhecimento na prática. Ademais, a competitividade, a comparação e o individualismo acabam sendo elementos decorrentes dessa mentalidade.

A obediência é valorizada e prevalece a crença de que o saber se encontra fora do indivíduo. As crianças são socializadas de maneira que deixem de lado a conexão consigo mesmas, que reneguem as informações valiosas trazidas por seu próprio corpo, seus sentimentos e suas necessidades, essenciais para sua saúde física e psicológica. A educação tradicional transforma muitos de nós em “analfabetos emocionais” ao focar na acumulação de conhecimento em detrimento do desenvolvimento emocional.

Nesse tipo de educação, somos condicionados a agir com base em motivações externas, buscando recompensas e aprovação social ou evitando punições e críticas, o que nos afasta de nossos sentimentos e nos leva a acreditar que o conhecimento está nas mãos das figuras de autoridade, que detêm o poder. Esse fenômeno resulta na autodúvida e na obediência, e na formação de pessoas submissas, predispostas a serem manipuladas ou dominadas facilmente.

## A QUE A CNV NOS CONVIDA?

A Comunicação Não Violenta emerge como uma alternativa viável e transformadora, fundamentada em um paradigma que confia na natureza compassiva do ser humano e em sua inclinação inata para a conexão e a cooperação. Dentro desse modelo de pensamento, somos levados a perceber que existe outra maneira de nos relacionarmos com todo o ecossistema, incluindo nós mesmos.

A chave para essa transformação reside em aprendermos a identificar, nomear e nos conectar com os sentimentos e as necessidades que fluem em nós mesmos e em todas as pessoas.

A CNV se alinha a uma abordagem mais holística da educação, que leva em consideração o pleno potencial humano, indo além do aspecto intelectual

e abordando também a inteligência emocional e corporal. Ela surge como um guia para aprimorar nossa habilidade inata de conexão profunda com a vida, dentro de nós mesmos, com as outras pessoas e com o planeta como um todo.

Rosenberg utilizava a palavra “vida” para se referir àquilo que se manifesta naturalmente como motivação mais densa e universal nos seres humanos e que se torna acessível na linguagem quando utilizamos um vocabulário de sentimentos e necessidades. Esse vocabulário nos ajuda a entender e expressar essa parte intangível da experiência humana, gerando um fluxo de empatia entre as pessoas e uma compreensão mais intensa sobre nossa experiência comum. »



A CHAVE PARA ESSA  
TRANSFORMAÇÃO RESIDE  
EM APRENDERMOS A  
IDENTIFICAR, NOMEAR E  
NOS CONECTAR COM OS  
SENTIMENTOS QUE FLUEM  
EM NÓS MESMOS E EM  
TODAS AS PESSOAS.



» Quando os indivíduos conseguem se conectar uns com os outros de maneira mais profunda e autêntica são capazes de enxergar suas semelhanças e os pontos de convergência, transcendendo as diferenças e divergências, e tendem a almejar o bem-estar mútuo e a criar soluções que atendam às necessidades de todos.

Na educação, esse paradigma enfatiza o autoconhecimento, o desenvolvimento da inteligência emocional e relacional e da capacidade de tomada de decisões conscientes. Ao favorecer o desenvolvimento de habilidades de empatia e expressão autêntica, a CNV nos capacita a lidar cada vez melhor com conflitos de maneira construtiva e produtiva.

Essa pedagogia se manifesta em uma abordagem educacional mais ativa, na qual os estudantes ocupam posição central no processo de aprendizado, tornando-se protagonistas engajados, incentivados a explorar, questionar, colaborar e aplicar o conhecimento no mundo real. Os professores desempenham o papel de facilitadores e orientadores,

fornecendo recursos, direcionamento e apoio conforme as turmas assumem uma participação cada vez mais ativa na busca pelo conhecimento. Esse processo propicia mais compreensão e criticidade, preparando pessoas para gerir os desafios complexos e se adaptar a um mundo em constante transformação. Trata-se de um convite a uma educação que favorece a conexão e a presença do indivíduo consigo mesmo em vez da ausência, que valoriza o processo em vez do objetivo, e o momento presente em vez do programa predefinido.

À medida que reconhecemos e expressamos nossos sentimentos de alegria, celebração e amor de forma mais profunda, aumentamos nossa capacidade de expressar raiva, mágoa e aversões, assim como pensamentos e sentimentos desenfreados, que podem se transformar em impulsos criativos. Isso nos leva a uma conexão mais profunda com a vida e a uma transição de desajustamento psicológico para relacionamentos mais saudáveis com os outros e com a realidade. Passamos a tomar deci-

sões e a agir a partir de motivações intrínsecas, baseadas em interesses e valores internos, que trazem satisfação pessoal e sentido para a vida e tendem a ser mais sustentáveis e gratificantes do que as motivações extrínsecas.

A conexão interior e o foco em sentimentos e necessidades geram espaços educativos psicologicamente seguros, fundamentados numa cultura de empatia e cooperação para se cuidar conjuntamente das necessidades de todos, sem deixar ninguém para trás.

Em ambientes assim os sistemas nervosos das pessoas recebem a informação de que não há perigo para a sobrevivência e é criada uma cultura de regulação e correção do sistema nervoso que permite otimizar as capacidades de engajamento social, criatividade e raciocínio lógico-matemático.

Infelizmente, esta não é a experiência da maioria dos ambientes regidos pela matriz binária de premiação ou sanção, em que, em algum nível, os sistemas nervosos estão sempre em alerta de perigo, constantemente recebendo a mensagem de que sua sobrevivência está ameaçada. O estresse, o medo, a culpa e a vergonha são sentimentos prevalentes, e a criatividade, o engajamento social e o raciocínio ficam comprometidos. Essa realidade não se limita apenas aos estudantes, mas também aos professores, tendo que cumprir expectativas internas e externas que reproduzem e mantêm muito desse sofrimento.

O convite da CNV é que todas as pessoas possam ser vistas, escutadas e respeitadas em seus sentimentos e suas necessidades. Assim, o olhar empático e humanizador tem a função de libertar a todos de sua experiência desumanizada. É importante ressaltar que a CNV e as práticas de educação mais engajadas e centradas na pessoa não defendem a permissividade nem o caos. Limites e estrutura trazem segurança, e os educadores desempenham um papel fundamental na orientação e no suporte aos alunos durante sua jornada de aprendizado ativo.

A CNV nos convida a repensar a maneira como nos relacionamos com os outros e com o mundo, e a nos lembrar que a transformação pessoal e social começa com a forma como nos conectamos e nos comunicamos conosco mesmos e uns com os outros. A abordagem oferece as ferramentas e a perspectiva para criar um mundo mais harmonioso e compassivo, que torne a empatia e a compreensão alicerces de nossas interações cotidianas.

Com ênfase na conexão e na compreensão mútua, a CNV representa um sopro de ar fresco em um mundo frequentemente marcado por culpa, medo e punições. Ao experimentar essa forma alternativa de perceber e viver a vida, que desafia o status quo, podemos contribuir para a construção de um mundo em que as relações humanas floresçam em um espírito de cooperação e parceria.

As implicações dessa abordagem transcendem os limites da comunicação e se estendem ao papel fundamental da educação na formação de cidadãos capazes de pensamento independente e crítico, bem como na capacidade de tomar decisões que promovam o bem-estar tanto individual quanto coletivo. Ao capacitar pessoas a estarem mais presentes consigo mesmas e a se relacionarem mais autenticamente, estamos criando as condições para que possam escolher o que melhor atenda às suas necessidades, tanto individuais quanto coletivas, assumindo responsabilidade por suas vidas com confiança em suas próprias experiências e em sua capacidade de discernimento.

Marshall Rosenberg nos deixou um legado valioso, uma visão que nos incentiva a transcender as barreiras da violência e da dominação, e nos convida a abraçar a empatia, a compreensão e a conexão como forças motrizes de uma sociedade mais justa e pacífica. À medida que incorporamos a CNV em nossas vidas e na educação de crianças e adolescentes, estamos construindo esse ideal, que honra nossa humanidade e a capacidade de vivermos em harmonia uns com os outros e com o mundo que compartilhamos. ■

#### **SANDRA CASELATO E YURI HAASZ**

*são parceiros de vida e trabalho há 24 anos, oferecem treinamentos em Comunicação Não Violenta no Brasil e internacionalmente. Yuri é o primeiro instrutor brasileiro certificado pelo Centro de Comunicação Não Violenta (CNVC) e Sandra é psicóloga. Atuam em empresas, universidades, governos, ONGs, movimentos sociais e nos Territórios Palestinos Ocupados (zona de conflito armado), trazendo esta diversa experiência para seu trabalho.*

#### **PARA SABER MAIS**

- ROSENBERG, M. B. *Comunicação não violenta*. São Paulo: Ágora, 2021.
- SINERGIA comunicativa. Disponível em: [www.sinergiacomunicativa.com.br](http://www.sinergiacomunicativa.com.br). Acesso em: 30 set. 2023.



# Meu aluno cometeu **bullying**. E agora?

Popularmente conhecido no Brasil, o fenômeno bullying apresenta demandas complexas que desafiam escolas em todo o mundo. Em seu continuum de violência, o agressor permanece sendo o agente principal, escondendo atrás de seu comportamento demandas urgentes a serem compreendidas e atendidas de forma restaurativa.

TEXTO *Benjamim Horta*

**COMEÇO** este texto com uma história pessoal. Durante alguns anos, tive o privilégio de morar no Sul da Inglaterra, período no qual trabalhei em uma ONG que atendia a comunidade local. Semanalmente me reunia com crianças e adolescentes, muitos em situação de vulnerabilidade, a fim de desenvolver suas habilidades sociais, fortalecer a formação de seu caráter e enfrentar, juntos, os obstáculos respectivos às suas idades.

Dentre todos os desafios imaginados ao viver naquele país, havia um entre os grupos de estudantes que jamais havia passado pela minha cabeça: Peter (para preservar a sua identidade, esse nome é fictício). Aquele garoto franzino e quieto conseguia driblar os olhares dos professores e responsáveis com seus argumentos e, ao mesmo tempo, ser cruel com alguns colegas. Fazia observações negativas sobre alguns alvos específicos enquanto insistia em manipular outros, sempre dando um tom de espontaneidade a suas ações. Era possível perceber que ele era um praticante de bullying. »





» O caráter heterogêneo de uma sala de aula, geralmente percebido e tratado por muitos de maneira homogênea, lança aos educadores questões que desafiam o âmago do exercício docente, isso porque a expectativa criada em torno desse ambiente é, usualmente, baseada em um ideal que visa ao coletivo e ao seu funcionamento sistemático a fim de que o objetivo final daquele momento, chamado de aula, seja alcançado.

Em tal fato, residem dois pontos de alerta: em primeiro lugar, a individualidade de cada estudante, por mais que percebida por nós, se dilui em meio às nuances da coletividade. Em segundo lugar, a incapacidade de possibilitar que outros temas permeiem, com a devida atenção e tempo, obstáculos presentes na dinâmica social de uma sala de aula e escola. Atenção e tempo, portanto, estão correlacionados. Sem esse devido olhar, o nosso prisma se torna genérico, incapaz de assimilar questões complexas a respeito das pessoas com as quais convivemos, tanto alunos como pais, colegas de trabalho etc.

A nossa percepção temporal tem sido cada vez mais comprometida. Estamos, realmente, nos dedicando ao que interessa? O que ofereço e o que disponibilizo são suficientes e permitem responder adequadamente à demanda do meu aluno, ou o setor de orientação pedagógica se encarregará disso? Sobre esse aspecto, é um desperdício outorgar, unicamente, aos outros a oportunidade dada a nós, educadores, de transformar vidas.

## O BULLYING NA ESCOLA

Muito mais do que livros e cadernos, cada estudante traz consigo uma história, repleta de situações adversas e, muitas vezes, marcadas por sofrimentos, instabilidade, dor e falta de cuidados básicos que possibilitem promover certo nível de saúde mental. Como um rio que ganha cada vez mais força a partir de sua nascente, demandas específicas se manifestam no ambiente escolar de formas variadas. Dentre elas, está o bullying, fenômeno conceituado por dr. Dan Olweus, pioneiro em pesquisas sobre esse comportamento, como um ato no qual “um aluno é exposto de forma repetitiva e durante um tempo a ações negativas de um ou mais colegas, apresentando dificuldades de se defender” (OLWEUS, 1986).

Termo originário da língua inglesa, o bullying ainda sofre distorções conceituais no Brasil e em outros países devido à sua utilização em contextos equivocados. Distinguir o bullying de outros com-

portamentos agressivos nem sempre é uma tarefa fácil, pois a linha que os separa é tênue.

Por mais que muitos tratem essa prática de maneira simplista, geralmente associando-o a um rito de passagem ou a uma simples brincadeira, o bullying carrega um nível considerável de complexidade. Compreendê-lo exige atenção e dedicação, principalmente por possuir características específicas e por envolver um padrão comportamental realizado por um grupo singular de agentes enredados em atos de violência, geralmente velada. Considerado uma subcategoria do comportamento agressivo (SMITH, 1999), o bullying ganha diferentes facetas e compromete de maneira negativa o clima social da escola, afetando alunos, colaboradores, famílias e até mesmo a comunidade externa.

Nos últimos anos, o aumento de demandas relacionadas ao bullying, no Brasil, nos serve como um alerta para os desafios enfrentados no ambiente escolar. É preciso agir de maneira veemente, a começar pelo reconhecimento dos perigos e danos causados pela dinâmica e pela abertura à implementação de ações preventivas eficazes, evitando soluções paliativas para problemas sistemáticos como esse.

## GRUPOS ENVOLVIDOS

Ao pensar em um trabalho preventivo, é fundamental levarmos em conta todos os possíveis grupos envolvidos, não omitindo nem desconsiderando qualquer participante envolto na dinâmica até termos a certeza de que o problema foi, de fato, resolvido. Deve-se considerar que falar de bullying é levar em conta o funcionamento grupal presente nesse mecanismo. Olweus cita oito diferentes grupos envolvidos em um ato de bullying, distribuídos entre possíveis agressores, espectadores e agredidos. Focar em todos os grupos é migrar de uma ação somente mediadora para uma ação preventiva, pois a extensão do problema poderá de fato ser mensurada e sanada.





*Gentileza e firmeza significam respeito ao outro sem negociação de valores inegociáveis.*

## **LIDANDO COM O PRATICANTE DE BULLYING EM UM CONTEXTO SOCIAL**

Todos os agentes envolvidos na dinâmica do bullying (agredidos, agressores e espectadores) inclinam-se a possuir características específicas. Segundo Olweus, indivíduos que praticam bullying tendem a:

- **Apresentar uma atitude positiva em relação à violência.**
- **Ser impulsivo e facilmente irritável.**
- **Demonstrar pouca empatia por estudantes que sofrem bullying.**
- **Ser agressivo com adultos.**
- **Sentir prazer em subjugar outros estudantes.**
- **Envolver-se em atividades antissociais ou violar regras.**
- **Apresentar maior força física do que outros colegas.**

O grande pediatra e psicanalista Donald Winnicott dedicou anos de sua vida à compreensão do comportamento agressivo em crianças e adolescentes. Seus estudos, datados de décadas atrás, ainda possuem extrema relevância nos dias de hoje e são fundamentais para melhor compreendermos os possíveis praticantes de bullying. Ele afirma que a agressividade, um elemento central e salutar durante os estágios iniciais do desenvolvimento da criança e, portanto, parte da natureza humana, se transforma em um mecanismo de defesa a partir do momento em que há um desencontro entre expectativas internas de cuidados básicos e a falta de provisão desses cuidados em um ambiente externo no qual a criança está inserida. Mais do que uma agressão, devemos levar em conta que a prática do bullying pode ser um grito de socorro, uma reivindicação de algo (neste caso, cuidados básicos) que lhe foi prometido.

Ao conseguir mudar as lentes pelas quais percebemos os praticantes de bullying, talvez seja possível criarmos estratégias mais assertivas de intervenção, pois lidaremos não só com o comportamento em si, mas também com indivíduos e seus desajustes, o que possibilita separar de forma clara o erro de quem o cometeu.

Adler e Dreikurs dizem que “um aluno indisciplinado é um aluno desencorajado” (NELSEN, 2017). Segundo esses especialistas, a indisciplinada e o mau comportamento são baseados na necessidade de pertencimento, que se manifestam seja por meio do controle sobre outros, atenção indevida, agressividade ou sentimento de incapacidade.

E qual seria uma resposta adequada a um aluno »

» com esse perfil? Para responder a essa pergunta, precisamos levar em conta contextos sociais em que os indivíduos estão inseridos. Os contextos familiar e escolar integram um microsistema de fundamental importância na formação do indivíduo (BRONFENBRENNER, 2002) e, portanto, devem receber a devida atenção quando o assunto é coibir a ação de agressores, como também educá-los para a convivência. Para isso, o primeiro passo é que haja um alinhamento moral entre escola e família, estabelecendo firmes limites para comportamentos inaceitáveis.

Firmes limites não se referem a punição, mas sim não relativizar comportamentos inadequados. Quanto maior for a consonância entre comunidade escolar e famílias a respeito desses limites, mais claramente os estudantes saberão o que esperar dos adultos com os quais convivem. O objetivo é que convivência e conivência estejam o mais distante possível uma da outra.

Ainda falando em contextos sociais, a criação de acordos em um sentido coletivo e participativo tem um papel importante. Regras, quando impostas, acabam sendo mais um atrativo para alunos com comportamento antissocial, pois muitos não se sentem compelidos a respeitá-las, e sim desafiá-las. Portanto, a composição desses compromissos deve ser democrática e horizontalizada, permitindo que os próprios estudantes proponham expectativas comportamentais no ambiente escolar.

Quando alunos criam regras sobre o bullying, por exemplo, agressores começam a entender o comprometimento da parte de muitos colegas que o apoiam e o empoderam. Um pacto coletivo contra o bullying pode trazer um maior aprofundamento moral para os envolvidos nesse tipo de violência, bem como um maior compromisso. Além disso, esses acordos tornam-se um guia de conduta a ser relembrado ao longo do ano letivo, caso situações de bullying aconteçam.

### LIDANDO COM O PRATICANTE DE BULLYING INDIVIDUALMENTE

**1** *Conexão antecede a correção* (NELSEN, 2017). Sem vínculo ou alguma forma de sigilismo, atos puramente punitivos podem ganhar um caráter perigosamente destrutivo. Ao intervir junto a um aluno praticante de bullying, tenha em mente que a correção precisa estar atrelada a uma percepção cuidadosa e acolhedora da parte dos adultos, como citado anteriormente, separando o erro de quem cometeu o erro. Se a agressividade é a defesa utilizada pelo sujeito para dar cobertura a si mesmo, um atendimento punitivo, e até mesmo hostil, servirá somente para ativar suas defesas e



*“A agressividade se transforma em um mecanismo de defesa a partir do desencontro entre expectativas internas e a falta de provisão de cuidados em um ambiente externo no qual a criança está inserida.”*

DONALD WINNICOTT



reduzir as possibilidades de resgate e mudança de comportamento.

**2 Firmeza e gentileza caminham juntas.** Gentileza e firmeza significam demonstrar respeito ao outro sem, no entanto, negociar valores inegociáveis. Ao conversar com um estudante praticante de bullying deixe claro que você desaprova – de forma veemente – esse comportamento, mas sempre em um tom aceitável, que não fira os direitos daquela criança ou adolescente. Eles são estudantes, não vilões, e seus sentimentos precisam ser validados. Pense em frases como “eu entendo que você esteja se sentindo frustrado hoje, e sinto muito por isso. Mas isso não justifica agredir ou prejudicar alguém”.

**3 Seja preciso sobre os fatos ocorridos.** Muitos praticantes de bullying, ao serem confrontados, assumem três diferentes posturas. Alguns optam por recusar o seu envolvimento, entrando em um verdadeiro estado de negação sobre sua participação no ocorrido. Outros tentam minimizar suas ações, acusando outros como culpados. E há aqueles que optam por responsabilizar o estudante agredido, justificando o bullying mediante o comportamento do outro. Por isso, é necessário o maior número possível de informações sobre a situação de bullying. Essa estratégia não visa acusar o agressor, mas apresentar informações consistentes a fim de que ele reconheça os fatos e fundamente a sua intervenção. Dados como local, frequência, estudantes envolvidos, testemunhas (evite citar nomes de colegas), formas de bullying, dentre outras, podem auxiliar nesse processo. Tais informações não devem ser utilizadas com um caráter acusatório, mas sim comprobatório.

**4 Utilize uma abordagem restaurativa.** “Ao invés de se aplicar uma ‘lógica tutelar’ (autoridade imposta), é importante que o diálogo seja a principal ferramenta para a prevenção e intervenção, aplicando a ‘doutrina de proteção integral’”. Essa abordagem atual, na qual o direito da criança é exercido de forma prática, fortalece a visão da criança como sujeito de direitos” (MARIELA A. FORTUNATO, 2015).

Um dos direitos fundamentais da criança e do adolescente é o direito de ser ouvido, consagrado no artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança. Aplicar esse direito em uma conversa significa proporcionar condições para que lugares de pertencimento sejam recriados, ressignificados. Nesse ato, reside a possibilidade de ensinar à criança que sua voz fala mais alto que seus atos de agressão e, como adultos, estamos dispostos a ouvi-la. Faça perguntas restaurativas que visem propor ao agressor maneiras práticas e cabíveis de restaurar o dano causado.

Proponha uma reflexão sobre os estudantes mais afetados, como foram atingidos por aquele comportamento, e acompanhe a aplicação da solução proposta pelo estudante ao longo das semanas seguintes.

## RELEMBRANDO PETER

“Ostra feliz não faz pérola.” Essa belíssima frase de Rubem Alves não poderia ser mais adequada ao contexto de Peter. Não desistir dele foi uma decisão que tomei, decisão, muitas vezes, desconfortável. As coisas não aconteceram como em um toque de mágica. Foram necessárias resiliência e determinação. Mas transformar a dor em beleza é um dos papéis da educação. Aos poucos, meu vínculo com o garoto foi aumentando, bem como a importância que as minhas palavras tinham para ele. Com o passar do tempo, aquele semblante de desânimo ao chegar à aula foi se transformando em empolgação e alegria. Ele ouvia tudo com atenção e participava ativamente. Tratava os colegas com respeito e entendia o fato de ter mais afinidade com uns do que com outros. Ele sabia que ali estava seguro e integrado. Ter praticado bullying não o definia. Ele era uma criança incrível e inteligente que por algum tempo esteve equivocada sobre si mesmo. Havia algo maior dentro de Peter que estava, de alguma forma, sendo suprimido por um possível desajuste. Ele era um grão de areia prestes a se transformar em pérola. □

### BENJAMIM HORTA

é diretor presidente da *Abrace – Programas Preventivos e Escola Sem Bullying*.

### PARA SABER MAIS

- CATALANO, R.; MORITA, Y.; OLWEUS, D.; SMITH, P. K. (eds.). *The Nature of School Bullying: A Cross-national Perspective*. Abingdon: Routledge, 2014.
- HORTA, B.; VARGAS NETO, E. J. *Bullying, ética e direitos humanos*. Curitiba: Abrace – Programas Preventivos, 2016.
- NELSEN, J.; GFROERER, K. *Positive Discipline Tools for Teachers*. Lagos: Harmony, 2017.
- OLWEUS, D. *Bullying at School: What We Know and What We Can Do*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2013.

SEUS ALUNOS  
FAZENDO A  
DIFERENÇA  
NO MUNDO

KEPLER

# NOSSA JORNADA É TRANSFORMADORA!

Todos concordamos que a **Educação é um dos caminhos mais poderosos para a evolução de pessoas e comunidades.** Mas, para nós, esse é apenas o ponto de partida e um convite para irmos além!

Acreditamos que todos podem ter acesso aos meios de atingir seu potencial, contando com as ferramentas certas para transformar ideias em ações.

É por isso que Kepler se baseia em quatro pilares fundamentais: **empatia, trabalho em equipe, criatividade e protagonismo do aluno.**

Prontos para decolar? Um universo de possibilidades nos espera!



# EDUCAÇÃO: UM CONVITE AO COLETIVO!

O processo educacional é vivo e amplo, extrapolando os limites de qualquer sala de aula. Em outras palavras, precisamos garantir que exista uma ótima conexão entre os alunos, suas famílias, os professores e todos os profissionais de uma escola. É por isso que temos uma plataforma digital completa!

## PLATAFORMA DIGITAL COMPLETA

Tecnologia educacional de ponta junto com o melhor conteúdo de livros didáticos. A plataforma digital Kepler oferece intuitividade, ambiente interativo e fácil entendimento para alunos e famílias. Aqui o aprendizado vai além da sala de aula.

## RECURSOS DIDÁTICOS

Há dois ingredientes essenciais em todos os materiais que desenvolvemos: a paixão e a experiência de uma equipe que respira educação 24 x 7! E não estamos falando apenas do time da Plataforma Kepler. Afinal, por fazermos parte do Grupo Santillana, Kepler está inserida em um universo de marcas incríveis que produzem materiais didáticos e paradidáticos, criados para promover o desenvolvimento de professores e alunos, bem como as comunidades em que estão inseridas, com um objetivo claro: transformar a educação.


## CONSULTORIA PEDAGÓGICA


Nós realmente estamos do seu lado e você sempre vai ter com quem contar!


- Cocriação de estratégias e definição das melhores práticas
- Cursos de Implementação assíncronos e disponíveis o ano todo!
- Formação contínua no modelo EAD para professores, com certificado
- Equipe de profissionais capacitados para esclarecer dúvidas dos professores ao longo do ano letivo


## ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS

Lembra-se daquela sensação gostosa de se sair bem em uma avaliação? É essa a experiência que buscamos proporcionar aos nossos alunos, sempre de olho no momento em que eles se encontram em sua trajetória acadêmica. Mais do que notas, oferecemos oportunidades para que possam conquistar a autonomia intelectual que irá acompanhar cada estudante por muitos e muitos anos além da escola.

 [plataformakepler.com](http://plataformakepler.com)

 [/plataformakepler](https://www.facebook.com/plataformakepler)

 [@plataformakepler](https://www.instagram.com/plataformakepler)

 0800 772 1045

# Prevenção como política pública

Joinville ganha destaque pelos protocolos para o enfrentamento da violência nas escolas e a promoção da saúde mental e vem inspirando outros estados e prefeituras.

TEXTO *Paulo de Camargo*





**ÀS 9 HORAS** da manhã no dia 5 de abril de 2023, Blumenau foi palco de um dos crimes mais chocantes do Brasil do século XXI. Um homem de 25 anos pulou o muro da creche Cantinho do Bom Pastor e matou quatro crianças a golpes de machadinha, além de ferir outras cinco. O crime de Blumenau já seria trágico e inadmissível se fosse isolado, mas é mais dramático ainda porque se insere em uma série de eventos violentos em escolas e instituições de ensino que vem desestabilizando as relações das comunidades educativas e deixando pesquisadores perplexos.

Conforme um estudo produzido pela equipe da pesquisadora Telma Vinha, da Unicamp, de 27 ataques contra alunos e professores em escolas, em 21 anos, 14 ocorreram entre agosto de 2022 e maio de 2023. Fenômeno de alta complexidade para o qual não há respostas únicas, os ataques violentos nas escolas têm múltiplas causas, e seu enfrentamento passa por políticas públicas em diferentes áreas e por uma reflexão da escola sobre a construção de valores e de um ambiente inclusivo. “A escola pode ser cenário de violência e sofrimento emocional, mas também pode ser um espaço privilegiado de prevenção das violências, de proteção e para a promoção do bem-estar e da convivência democrática”, esclarece Telma. »



» Diferentes redes vêm aprimorando suas reflexões, e um bom exemplo vem de Joinville, município localizado a apenas cem quilômetros de Blumenau. Por absoluta coincidência, na mesma manhã em que ocorria o ataque às crianças, a Secretaria da Educação de Joinville lançava dois documentos que vêm sendo construídos desde 2022: Protocolos de Prevenção à Violência Escolar e Protocolos de Saúde Mental. Apesar da casualidade, a iniciativa de Joinville não nasceu como uma resposta direta aos ataques, mas se insere nas raras políticas públicas preventivas, pensadas coletivamente antes das grandes tragédias.

Segundo Giani Magali da Silva de Oliveira, diretora de Políticas Educacionais da Secretaria de Educação de Joinville, a força da iniciativa se deve, entre outros aspectos, ao fato de ser multissetorial. Envolveu a Secretaria da Saúde, o Ministério Público, o Conselho da Criança e do Adolescente, a Guarda Municipal, entre outros organismos e instituições, a convite do Secretário da Educação, Diego Calegari. A ideia surgiu em meados de 2022 como um esforço para padronizar os protocolos de prevenção e os fluxos de encaminhamento já existentes e previstos na legislação, mas, principalmente, para construir um instrumento de diálogo acessível aos professores, aos demais profissionais da escola e às famílias. “Não são documentos reativos”, salienta o coordenador do Núcleo de Desenvolvimento Integral da Secretaria de Educação de Joinville, Gabriel Horn Iwaya, “mas uma ferramenta para coordenar formações, orientar esforços e alinhar as respostas das escolas às diferentes situações cotidianas que afetam a todos”.

“Os protocolos buscam sistematizar o atendimento às crianças e dar mais assertividade ao nosso trabalho, que é garantir a presença dos alunos na escola e em condições de aprender. São conjuntos de procedimentos que vão permitir uma atuação eficaz em situações de violência ou de questões de saúde mental”, explicou o secretário de Educação em uma das formações já realizadas.

As diretrizes de prevenção à violência escolar e de saúde mental estão inseridas no programa “Busca Pró-Ativa”, cujo objetivo é assegurar o direito ao acesso e à permanência das crianças e dos adolescentes nas escolas públicas do município.

O governo municipal também investiu em outras frentes, a partir do ocorrido em Blumenau, no campo da segurança pública. As escolas ganharam bo-

tões de pânico, câmeras foram instaladas e foi proposto um Grupamento Escolar da Guarda Municipal, com o objetivo de qualificar o trabalho da guarda nas unidades de ensino públicas e privadas, entre outras medidas em implantação pela Prefeitura.

## OS PROTOCOLOS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Com 84 páginas, os Protocolos de Prevenção à Violência da rede de ensino de Joinville preocupam-se em estabelecer conceitos baseando-se na sistematização de diferentes referências. De início, faz uma distinção importante entre a violência que acontece na escola, na forma do bullying e do preconceito, e aquela da qual a escola é vítima, com os ataques extremos. Em todas as suas formas, a violência afeta a vida dos alunos, suas famílias e professores, e deve ser combatida. “Importante observar que a violência escolar impacta o processo de ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes, pois ambientes de aprendizagem instáveis e não seguros afetam o bem-estar dos estudantes”, enfatiza o texto.

A proposta “trata das violências na escola e contra a escola, e busca estabelecer tipologias, como a violência física, psicológica, sexual, contra o patrimônio e, também, a negligência, que requer atenção especial em contextos envolvendo crianças e adolescentes”. Há capítulos específicos para o bullying e o cyberbullying, o racismo e as ações antirracistas, a intolerância religiosa e a xenofobia. Além do quadro de referência, os Protocolos de Prevenção à Violência de Joinville propõem estratégias responsivas, inclusive avançando em discussões sobre mediação, círculos da paz e práticas restaurativas. Alerta sobre as limitações das iniciativas baseadas em sanções – que podem produzir conformidade, mas não promovem reflexão e mudança – e busca a valorização da escuta. “A mediação escolar oportuniza a humanização, novas aprendizagens, o espaço da escuta e da palavra”, explica o documento.

Por fim, o último capítulo é destinado aos chamados Fluxos de Encaminhamento, em diagramas que orientam as equipes escolares a endereçar providências, até mesmo quando necessário acionar instâncias como os Conselhos Tutelares. São sistematizados dez fluxos para questões como a depreciação patrimonial, a agressão verbal, a agressão física, ameaças à escola, entre outros, sempre remetendo às legislações vigentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente. »



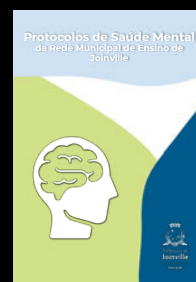
Diego Callegari, Secretário Municipal de Joinville, em apresentação para a formação de gestores escolares de escolas do município

# A EDUCAÇÃO EM JOINVILLE



**CIDADE** do norte de Santa Catarina com pouco mais de 600 mil habitantes, Joinville é conhecida como um dos municípios brasileiros com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Com forte influência da colonização alemã, foi elevada à categoria de cidade em 1877.

Conforme o último censo escolar publicado, o município possuía, em 2022, 199 escolas, sendo 160 pertencentes à rede municipal e, entre essas, 21 rurais. Nas escolas do município, atuam quase dois mil professores. A maior parte dos seus 75 mil alunos encontra-se no Ensino Fundamental – Anos Iniciais (30,5 mil) e Anos Finais (21,7 mil). As escolas municipais registraram avanço no Ideb, que passou de 5,0 pontos, em 2005, para 6,8, em 2021, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Nos Anos Finais, considerando o mesmo período, foi de 4,6 para 5,9. Segundo o censo escolar, ainda, 92% das escolas têm acesso à banda larga, 100% tem água tratada, e 97%, energia elétrica.





## ESTUDO CARACTERIZA VIOLÊNCIA CONTRA A ESCOLA E SUAS CAUSAS

**UM ESTUDO** em curso, coordenado pela pesquisadora Telma Vinha, da Unicamp, e produzido pela Organização Social D<sup>3</sup>e, tem foco nos ataques violentos às escolas e busca encontrar características que se sobressaíam. Na definição estabelecida pelo estudo, os ataques de violência extrema são aqueles ocorridos intencionalmente no espaço escolar, caracterizam-se como crimes de ódio e/ou movidos por vingança (atos infracionais quando autores menores de 18 anos). Caracterizam-se também pelo planejamento e emprego de algum tipo de arma com a intenção de causar morte de uma ou mais pessoas. O estudo traz, principalmente, recomendações para ações preventivas e de remediação. Veja, abaixo, as principais conclusões já divulgadas.

### CARACTERÍSTICA DOS AUTORES

- Jovens, sexo masculino e brancos, em isolamento social.
- Gosto pela violência e culto às armas de fogo.
- Concepções e valores opressores (racismo, misoginia, ideais nazistas).
- Ausência de sentido de vida e perspectiva de futuro.
- Indícios de transtornos mentais.
- Busca por notoriedade — nos últimos anos, matando o máximo de pessoas.
- Percepção da escola como lugar de sofrimento.
- Usuários da subcultura extremista, consumindo conteúdos de ódio.
- Inspiração e admiração por autores de outros ataques.

### PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

- Controle rigoroso de armas de fogo e munições.
- Maior regulação e responsabilização das plataformas digitais.
- Políticas públicas direcionadas às escolas com foco na convivência democrática e cidadã.
- Investimentos na expansão e no fortalecimento da rede de atendimento psicossocial.
- Ampliação dos espaços na comunidade para lazer, socialização, esportes e cultura.
- Responsabilização de quem compartilha vídeos dos ataques e informações dos autores.
- Adoção de programas que auxiliem jovens na desradicalização e reintegração à sociedade.
- Integração dos ataques de violência extrema à legislação de Situações de Emergência.
- Construção de protocolos adequados à realidade brasileira para atuar após os ataques.
- Criação de um sistema integrado de dados sobre esse tipo de violência.

## » PROTOCOLOS DE SAÚDE MENTAL

Elaborado simultaneamente ao documento da prevenção à violência, os Protocolos de Saúde Mental da rede de ensino de Joinville partem do diagnóstico do impacto provocado pela pandemia da covid-19 para o bem-estar emocional de crianças e adolescentes. Para isso, assume a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), que define a saúde mental como “um componente da saúde e do bem-estar que sustenta nossas habilidades individuais e coletivas para tomar decisões, construir relacionamentos e moldar o mundo em que vivemos”.

O documento chama a atenção, em sua introdução, para o papel das instituições educativas. “A escola é o espaço social ao qual crianças e adolescentes dedicam a maior parte do seu tempo e, principalmente, onde desenvolvem relações e competências, ao passo que manifestam importantes aspectos do seu desenvolvimento. Os educadores devem assegurar que a escola seja um ambiente de proteção, atentando-se ao estado de saúde mental dos estudantes para atuar como o primeiro ponto de apoio e encaminhamento”, propõe o texto.

Partindo da legislação específica que deve circunscrever o espaço das ações dos educadores, o documento estabelece parâmetros para o que os educadores podem fazer – e também para o que não podem. “É importante ressaltar, mais uma vez, que a escola e os profissionais da educação não são responsáveis e não podem diagnosticar e tratar a saúde de seus estudantes. Seu papel é de apoio a órgãos e instituições de saúde e demais equipamentos da Rede de Apoio e Proteção à Criança e ao Adolescente”, definem os Protocolos.

Ao mesmo tempo, ressalta a importância de observar sinais que, somados e contextualizados, podem indicar situações de risco que precisam de atenção urgente, como mudanças repentinas de comportamento, brincadeiras sobre suicídio e automutilação, tristeza e isolamento, sinais de violência repetidos, incapacidade de autocuidado, entre outros indicativos.

Por fim, o documento ressalta a importância da formação das equipes para o preparo para a ação intersetorial e até para a tomada de consciência, combatendo estigmas e preconceitos com relação à saúde mental.

## FORMAÇÃO CONTINUADA

Bons protocolos são apenas boas intenções, se não chegam às escolas e promovem transformações. Por isso, a Secretaria de Educação deu início a um conjunto de formações desde o lançamento dos documentos. Foram oito encontros no primeiro semestre e diversas outras ações no segundo semestre, envolvendo orientadores educacionais e outros profissionais. Segundo o coordenador Gabriel Iwaya, os protocolos foram importantes para a formação de 400 novos contratados para atuar nas escolas da rede municipal. Além disso, foram um dos temas centrais da educação de 200 gestores no programa denominado Escola de Líderes. O próximo passo é realizar formações para compartilhamento de boas práticas responsivas no trabalho educativo de enfrentamento do bullying e do cyberbullying.

Enquanto isso, novas formações acontecem para apresentar os protocolos para um número crescente de estados e municípios que se mostram interessados. Já foram feitas apresentações para universidades e conselhos que atuam na rede de proteção à infância e à adolescência. Prefeituras de diversos estados já procuram Joinville para buscar referências – que, afinal, pode ser descrita como um grande esforço de acolhimento e de diálogo. “Temos convicção na postura dialógica para enfrentar esse grande desafio”, finaliza o coordenador. □

### PARA SABER MAIS

- PROTOCOLOS de Prevenção à Violência Escolar da Rede Municipal de Ensino de Joinville. Prefeitura de Joinville. Disponível em: [mod.lk/ed25\\_ps1](http://mod.lk/ed25_ps1). Acesso em: 11 out. 2023.
- PROTOCOLOS de Saúde Mental da Rede Municipal de Ensino de Joinville. Prefeitura de Joinville. Disponível em: [mod.lk/ed25\\_ps2](http://mod.lk/ed25_ps2). Acesso em: 11 out. 2023.



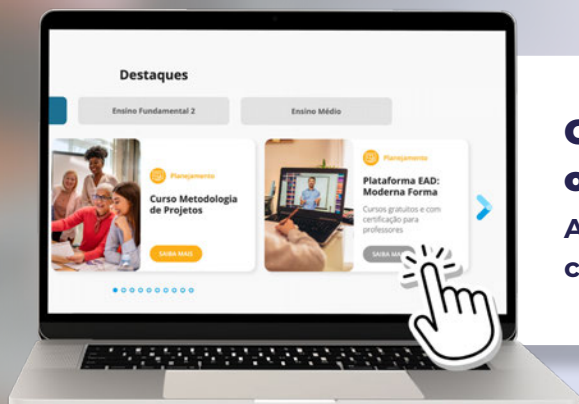
Um programa pensado  
para facilitar o seu  
planejamento.

Com total apoio da **equipe pedagógica** da Moderna, o Moderna Forma é o **programa de implantação** para você aproveitar ao máximo tudo o que o seu material didático Moderna tem a oferecer. **Conheça as três fases do programa:**

**Fase 01**  
Planejador  
interativo

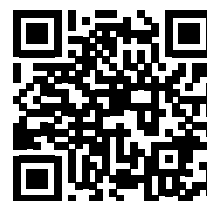
**Fase 02**  
Curso de  
implantação

**Fase 03**  
Encontro  
Digital  
Planejar



**Conheça mais sobre  
o Moderna Forma!**

Acesse o ModernAmigos e  
clique em **Plataforma EAD**





# NOVAS FORMAÇÕES PARA A SUA REDE

Mais uma inovação para a formação continuada dos professores parceiros: **trilhas temáticas de grandes especialistas** com certificação gratuita!



# NOSSOS CURSOS DE 40 HORAS

Trilha  
**1**

Metodologia Débora Garofalo  
de Aprendizagem Mão na Massa

Trilha  
**2**

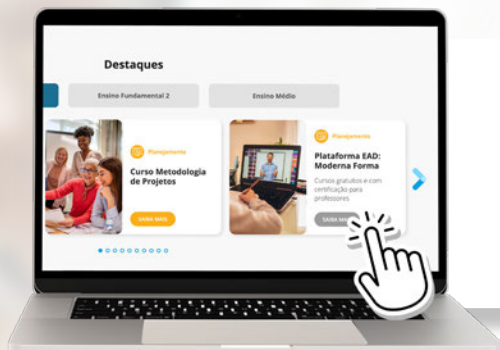
Gestão de sala de aula:  
Um novo olhar para uma nova prática

Trilha  
**3**

Escola mais segura:  
Ações para uma boa convivência

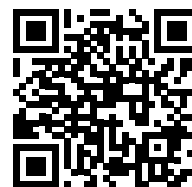
Trilha  
**4**

Educação Inclusiva:  
Da reflexão à ação



**Conheça mais sobre  
o Moderna Forma!**

Acesse o ModernAmigos e  
clique em **Plataforma EAD**





encontro digital

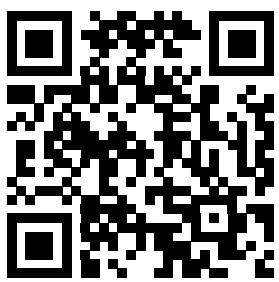
20  
24

planejar

Gestão em sala de aula

27 e 28 fev

Um evento da Moderna  
**100% gratuito e digital** para  
compartilhar experiências  
de planejamento a partir dos  
temas mais relevantes **para as  
escolas públicas.**



Faça a sua inscrição\*:  
**mod.lk/plan2024**

*\* Inscrições previstas para janeiro/2024*



**MODERNA**



**ANOS**

Por uma escola pública



## Escolas que se **reinventam**

Conheça duas experiências na rede pública que atraíram as famílias e suas comunidades em prol do propósito da educação das crianças e de melhorias do entorno.

TEXTO *Ricardo Prado*



Mural no interior da Emef Espaço de Bitita

**A ESCRITORA** Carolina Maria de Jesus — que no início dos anos 1960 se tornaria conhecida ao ter seu livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* publicado — chegou à favela do Canindé, às margens do rio Tietê, na capital paulista, em 1947. Tinha na época 33 anos, estava grávida e desempregada. Ao longo das duas décadas seguintes, ela trabalharia como catadora de papel enquanto à noite escrevia seu diário. Mesmo tendo apenas dois anos de escolarização, Carolina era uma leitora ávida, hábito que adquiriu nos tempos em que trabalhou como empregada doméstica na casa de um médico eminente e teve livre acesso à sua biblioteca.

Seu livro de memórias, *Diário de Bitita*, publicado postumamente em 1986 com o apelido que a escritora teve na infância, inspiraria, décadas mais tarde, Cláudio Marques Neto, o diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental Infante Dom Henrique, a alcançar um grande objetivo: trocar o nome da escola em homenagem à escritora. A saga de Cláudio durou sete anos, envolveu a ação de três vereadores e partiu de uma escolha coletiva da comunidade escolar que mantém vivo o orgulho de dividir aquele espaço, próximo à antiga favela do Canindé, com a vida e a história de Carolina de Jesus. »

» A troca do nome pode até parecer uma ação simples, mas é emblemática quando parte de uma comunidade colaborativa que decidiu homenagear alguém que compartilhou as vivências daquele entorno e estava inserida nas dores daquela comunidade em vez do Infante Dom Henrique, rei português que fundou as bases da empresa colonial escravista portuguesa. Para a mudança, o diretor Claudio precisou recorrer ao apelido de infância da escritora (Bitita) para driblar a proibição de existirem dois aparelhos públicos municipais com o mesmo nome, já que Carolina de Jesus também batiza um CEU (Centro Educacional Unificado) em outra região da cidade. Mas a área de onde a escritora retirou seu sustento e em que seus registros são contados em seu impactante diário era ali, na vizinhança onde hoje se localiza o Espaço de Bitita. Nada mais justo que a troca do nome. E nada mais necessário que existir aquele espaço naquele lugar. Pois esta é uma escola única e que estabeleceu vínculos muito fortes com sua comunidade, bastante heterogênea, mas com um traço comum entre as famílias de seu entorno: a alta vulnerabilidade social.

A Emef Espaço de Bitita fica na região entre os bairros do Canindé e do Pari, na confluência dos rios Tietê e Tamanduateí, e atende, desde sua fundação nos anos 1960, às 300 famílias que ainda moram na área da antiga favela Canindé e a um conjunto de prédios populares chamado Condomínio Olarias – uma área bastante carente da cidade. Esse grupo perfaz cerca de 30% do alunado; outros 40% formam o grupo composto de filhos de imigrantes, especialmente angolanos e latino-americanos (bolivianos, chilenos, peruanos e paraguaios) que vivem no bairro do Pari. Há, também, outras etnias, como paquistaneses, bengalis e afegãos – dentre estes, as crianças que integravam o grupo de refugiados que durante meses frequentou os bancos do Aeroporto Internacional de Guarulhos até terem o asilo político concedido. Na escola, esse grupo encontrou um espaço acolhedor, que reconhece seus idiomas nas placas indicando biblioteca, laboratórios, salas e banheiros.

A escola também conta com cerca de cem alunos que estavam em condição de rua e estão abrigados nos CTAs (Centro Temporário de Atendimento). Como a condição de permanência nas casas-contêineres que integram os oito CTAs instalados na vizinhança da escola é a convivência pacífica, quando há algum conflito, os menores abrigados são transferidos para outro equipamento, em algum bairro distante. Para evitar a transferência dos estudantes, a escola conta com um trabalho bastante intenso de mediação de conflitos. Por fim, o Espaço de Bitita,

neste ano, passou a receber alunos e alunas transexuais, vindos de dois CTAs criados pela Prefeitura para atender pessoas deste grupo em situação de vulnerabilidade.

## COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM

Carlos Eduardo Fernandes Júnior (chamado de Cadu), coordenador pedagógico da Emef Espaço de Bitita, entende e valoriza a diversidade de histórias e influências culturais de seu corpo estudantil, por isso aposta na parceria com as famílias para criar um ambiente mais integrador. “Todas as ações são pensadas para que eles se reconheçam como comunidade de aprendizagem”, explica o coordenador, que há sete anos deixou seu cargo na Secretaria Municipal de Educação pelo desafio permanente de se integrar ao Espaço de Bitita.

Da escolha do novo nome da escola ao formato do boletim apresentado nas reuniões bimestrais, a intenção é trazer os pais e responsáveis para bem perto da escola. Nessas ocasiões, os professores apresentam detalhadamente a progressão dos alunos, tanto em termos acadêmicos quanto socioemocionais, e criam espaços de trocas entre as famílias para que elas se conheçam e criem laços.

Ali há uma equipe docente aguerrida, com baixo índice de faltas e muito comprometida com a discreta revolução pedagógica em curso. O ano letivo é dividido em Roteiros Pedagógicos, que duram em média cinco a seis semanas, e abarcam todos os componentes curriculares em torno de temas geradores. O estudante só avança para o roteiro seguinte com todos os itens do anterior concluídos. “Os pais conseguem acompanhar facilmente se o filho está terminando o roteiro ou não. São oito colunas com todas as disciplinas”, explica Cadu.

O incentivo à participação dos alunos acontece a todo o tempo. Há muitos comitês estudantis que propõem temas que vão de educação antirracista a imigração, da recepção de quem chega à escola ao planejamento do Espaço Semear (uma área externa de plantio de hortaliças), da limpeza e organização de materiais aos diálogos sobre gênero, das artes às atividades de lazer, entretenimento, esportes e comunicação. Há um momento previsto no horário escolar para essas reuniões, nas quais a fala e a escuta atenta são exercidas, às vezes, com o uso de instrumentos simbólicos de fala, como uma singela colher de pau que sinaliza quem está com a palavra. “A gente para a escola por duas horas. Todo mundo vai para uma sala e pensa em ações relacionadas ao seu comitê, e o que eles vão realizar ao longo das próximas quatro semanas”, esclarece o coordenador.

Sobre o cotidiano escolar, o coordenador pedagógico explica que “só a primeira aula é fixa. A partir da segunda aula eles transitam em salas que se organizam de forma multisseriada. Aqui não existe aquela lógica do aluno dentro da sala por cinco, seis horas seguidas. Duas vezes por semana, o estudante se encontra com o seu tutor, um professor que vai olhar para tudo o que ele fez. Investimos muito nesse vínculo entre alunos e tutores. Quando um aluno tem um conflito, quem vai fazer a mediação é o seu tutor”.

Cada professor é tutor de 16 estudantes, em média. Quando



A escritora Carolina Maria de Jesus, cujo apelido nomeou a Emef no Canindé



o assunto é mais complexo, ele pode pedir ajuda à mediadora de conflitos. Professora readaptada por questões médicas, Sorraia El Shaif encontrou na função de mediadora de conflitos, ainda rara na rede pública, um instrumento eficaz para lidar com o caldeirão étnico e hormonal de uma escola tão diversa. A profissional trabalha exclusivamente dedicada a isso, com uma sala neutra onde, por meio do diálogo, trabalha seguindo os moldes da justiça reparativa. “Ela consegue escutar as partes e levar a conversa de forma que as pessoas pensem nas outras, sobre o que aconteceu e como evitar que volte a se repetir. Sempre com muita conversa, tentando resolver primeiro com as crianças. Se nós não conseguimos, chamamos os responsáveis para uma conversa”, explica Cadu Fernandes.

## RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO

Parte importante dos Roteiros Pedagógicos é a questão de pertencimento dos alunos naquele território. “Os professores fizeram um grande mapa do Projeto Político Pedagógico da escola com temas que não poderiam passar despercebidos. Dessa forma, um dos roteiros é sobre as condições e características do trabalho no Pari e no Canindé, abordando o perfil dos trabalhadores, as lógicas de trabalho nesses territórios, as fábricas que se constituíram no Pari e no Canindé durante a revolução industrial tardia da cidade de São Paulo e o histórico da região. Os exemplos são contextualizados no bairro, ou seja, que eles encontram no próprio território. A partir do contexto do aluno, o professor parte para o aprofundamento no livro didático”, exemplifica Cadu sobre o modus operandi dos Roteiros Pedagógicos.

A inspiração, tanto para os roteiros quanto para o reconhecimento e a apropriação do território comum às famílias da escola, veio da troca de experiências e informações com outro grupo de educadores que, do outro lado da cidade, também fez uma revolução pedagógica em uma região até então bastante conflagrada e violenta: o bairro de Heliópolis, que concentra cerca de 100 mil pessoas na Zona Sul da capital paulista. No coração da comunidade de Heliópolis se encontra a Emef Campos Salles, hoje integrada a um CEU e que se tornou um polo cultural e porto seguro para as crianças e os jovens da região.

Em 1999, a Campos Salles viveu uma tragédia: uma aluna de 15 anos, Leonarda, foi assassinada no trajeto da escola para sua casa em uma ação que trazia a marca dos grupos armados que dominavam o local. Recém-chegado à unidade, o então diretor Braz Rodrigues Nogueira não aceitou o toque de recolher anunciado à boca miúda, muito menos a naturalização da violência contra uma jovem estudante, e buscou apoio da Unas (União de Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis e Região) para se unirem em torno da causa da paz. Assim, foi criada a primeira caminhada Sol da Paz, que desde então percorre as ruas do populoso bairro reafirmando o compromisso de todos em fazer de Heliópolis um “bairro educador”. E assim foi e vem sendo feito.

## UM BAIRRO EDUCADOR

Solange Agda da Cruz, que fez parte do grupo que fundou a Unas, lembra que uma das primeiras ações após a caminhada »



FOTO: DIVULGAÇÃO

## COM QUANTOS PAIS SE FAZ UMA BOA ESCOLA?

o **MÚSICO** Marcelo dos Santos soube que a Emef Campos Salles era uma escola pública diferenciada antes mesmo que suas filhas, Yaminah e Dandara, se tornassem alunas na instituição. Elas ainda eram pequenas quando seu irmão mais velho, o pai e ele criaram um cursinho pré-vestibular voltado à população de baixa renda do bairro do Sacomã, na zona sul paulistana, que abriga a comunidade de Heliópolis. Com a proposta do Educafro, a família Santos iniciou, em 2000, um périplo entre as escolas e igrejas do entorno, buscando uma instituição parceira que cedesse salas para as aulas do cursinho – trabalho feito por um grupo de voluntários. Depois de diversas negativas, Marcelo chegou à Campos Salles, à época dirigida por Braz Nogueira, que recebeu a proposta de braços abertos, viabilizando a iniciativa, que durou até 2006. “Ele próprio aparecia aos sábados, quando tínhamos aula no cursinho, para conferir se estava tudo certo”, testemunha Marcelo.

Atualmente, apenas Dandara, a filha caçula, está na escola, e Marcelo é um dos integrantes do Conselho Escolar, que se reúne mensalmente para discutir ações e pensar estratégias para os desafios que surgem. A pauta desses encontros vai desde reparos na quadra ou melhorias na infraestrutura física até a ida de uma comissão de pais à Secretaria Municipal de Educação para questionar o motivo de a merenda de a escola estar reduzida a bolacha e achocolatado.

Do outro lado da cidade, a jornalista Tatiana Oliveira, moradora do Brás, buscava uma escola que fosse, de fato, inclusiva, para

atender as demandas educacionais de sua filha, Maria Helena, que tem hemiparesia, uma condição que compromete aspectos motores e cognitivos. Por meio de uma amiga ela soube que a Emef Espaço de Bitita, localizada no bairro vizinho do Canindé, estava se tornando uma referência em processos de inclusão, já que a instituição abriga 30% de filhos de imigrantes e 11% de alunos com algum tipo de deficiência. “Eu optei por essa escola pelo Projeto Político Pedagógico inclusivo. Nessa escola, minha filha tem uma professora que faz o atendimento especializado no contraturno e percebe a adaptação curricular para que ela consiga acessar os conteúdos, embora não acompanhe o ritmo do restante da turma”, comenta Tatiana.

A escola se destaca pelo cuidado da equipe pedagógica. “Durante a pandemia, quando a escola fechou, o corpo docente se mobilizou com a vizinhança, principalmente com as igrejas e grupos comunitários. Foram mapeadas as famílias com maior vulnerabilidade para a distribuição de cestas básicas, antes mesmo que a prefeitura começasse esse movimento. Os professores visitaram as casas durante a pandemia, para saber se os alunos estavam conseguindo acessar os conteúdos”. Essas discussões aconteciam nas reuniões do Conselho de Escola, presidido, atualmente, por Tatiana. A eleição é feita em um processo rotativo no qual sempre a presidência e a vice-presidência são exercidas por familiares de alunos — outro sinal de gestão democrática.

Na escola funciona um projeto de escolinha de futebol, que atende crianças e adolescentes não só da instituição, mas do bairro. Ativa e operante das 7h às 23h, o Espaço de Bitita, à noite, ainda abriga aulas de EJA e de cursos de português para imigrantes. “Essa é uma escola que, se algum pai ou mãe se atrasa pra pegar seu filho, vai encontrar a criança bem cuidada e sem aquela pressa para fechar logo e ir embora”, exemplifica Tatiana.



» pela paz foi a decisão de abrir a escola para a comunidade. “Era uma época muito difícil. Não havia creche, e a Campos Salles não dava conta de toda a demanda. O primeiro passo dado pelo Braz foi abrir a escola, tanto para os meninos jogarem futebol e empinarem pipa quanto para outras ações”. Uma das táticas do grupo foi entrar para o Conselho Tutelar. “Dessa forma, conseguimos abrir uma representação no Ministério Público para pedir novos equipamentos públicos. A escola se tornou um centro de liderança aqui no bairro. Antes a nossa luta era apenas por morar. Depois, muitos de nós nos formamos e, aos poucos, foram surgindo os equipamentos”, recorda Solange.

Quem acompanhou atentamente essa transformação, desde seus primórdios, foi a socióloga e educadora Helena Singer, vice-presidente da Ashoka América Latina, que, na época, trabalhava na organização não governamental Cidade Escola Aprendiz e iniciava suas pesquisas sobre escolas democráticas e territórios educativos. Ela encontraria a semente dessas duas poderosas ideias naquele movimento nascido como reação à violência e que, agora, buscava trazer ao bairro carente uma série de equipamentos públicos. Eles chegaram, conforme contabilizou a própria Helena em artigo publicado nesta *Educatrix* (edição 17): uma escola de Educação Infantil, uma escola técnica e uma universidade aberta, além de onze Centros de Educação Infantil (CEI), oito Centros da Criança e do Adolescente (CCA), sete núcleos de alfabetização de jovens e adultos e dois núcleos do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, além do próprio CEU. Também foram criadas uma biblioteca comunitária, um teatro-escola e a Orquestra Sinfônica de Heliópolis, uma iniciativa do Instituto Baccarelli que se soma ao Projeto Curumim, ambas ações que apostam na musicalização de crianças e jovens como estratégia de inclusão social e formação profissional. Afora isso, uma rádio comunitária funciona na região e conta com a participação ativa dos estudantes da Emef Campos Salles – que atualmente atende cerca de mil alunos, além de uma centena de jovens e adultos nos cursos de EJA ministrados à noite.

Para Helena Singer, o fator decisivo para o sucesso da iniciativa foi o espírito democrático do então diretor Braz Rodrigues Nogueira. “O diretor precisa ter essa característica de liderança democrática para transformar um ambiente como uma escola. Embora o diretor tenha papel muito importante, ele não é o centro das tomadas de decisão, ou o único responsável pelo bem-estar de todos, o único que tem todas as informações sobre o que acontece na escola, nem o único interlocutor da es-

cola com a comunidade e com a Secretaria de Educação. Uma gestão democrática vai garantir que esses processos sejam todos coletivos. Vai criar uma forma de todos – inclusive os estudantes, desde pequenos – se sentirem tão responsáveis quanto ele pelo bem-estar de todo mundo”, explica a pesquisadora.

## PRINCÍPIOS, MEIOS E FINS

“A transformação [rumo a uma escola democrática] é um processo longo, que requer um investimento de tempo e de esforço. Não vai ser um diretor sozinho que dará conta de fazer isso. Se ele não engajar os professores nesse processo, ele não consegue. É preciso criar um núcleo inicial de pessoas que acreditem e que vão apoiar a direção na constituição desse processo. Às vezes são pais de alunos, às vezes são alunos, às vezes são professores. Ouvindo alguns indivíduos de cada uma dessas categorias é que se vão criando as condições para que a cultura escolar possa ir se transformando. Mas este é um processo longo”, observa Helena Singer, que destaca a importância da escola, como comunidade, de refletir sobre qual seria o projeto de sujeito que ela quer formar. “É preciso pensar em quais são as intenções pedagógicas da escola. Não de uma escola, mas dessa escola, que está nessa área”, sublinha.

Silvia Regina Silva Rocha, a atual diretora da Emef Campos Salles, segue o caminho da gestão democrática e aberta à comunidade iniciada por seu antecessor, que se aposentou. Para enfrentar os conflitos costumeiros a todo ambiente escolar em que se concentram cerca de mil adolescentes e jovens, por exemplo, a direção aposta na mediação entre os pares. Letícia Mendonça Dias da Silva, uma das três coordenadoras pedagógicas da escola, explica como se dá esse trabalho. “Cada salão de estudos, que concentra todas as turmas de determinada série, tem uma comissão de mediação formada por estudantes. São dez membros de cada série, eleitos pelos próprios estudantes no início do ano. Quando eles convocam dois alunos envolvidos em um conflito, há todo um passo a passo para escutarem as partes. Pelo diálogo, eles tentam tirar um compromisso que seja realizável, chamando os estudantes para a responsabilidade por seus atos, que é um dos princípios da escola”.

Além da responsabilização pelos próprios atos praticados, outros princípios norteiam a escola e sua transformação constante: a solidariedade e a autonomia. Sem dúvida, bons princípios que, se trabalhados com transparência e atenção, se transformam em ótimos meios para os melhores fins: a criação de uma comunidade de aprendizes que se apoia mutuamente em benefício de todos – e de cada um. ■

### PARA SABER MAIS

- ASHOKA e Cidade Escola Aprendiz. Portal Movimento de Inovação na Educação. Disponível em: [mod.lk/ed25\\_lr1](http://mod.lk/ed25_lr1). Acesso em: 11 out. 2023.
- SINGER, H. (2019). Território educativo: Como se tornar uma escola transformadora? *Educatrix*, p. 62-7. Disponível em: [mod.lk/ed25\\_lr2](http://mod.lk/ed25_lr2). Acesso em: 11 out. 2023.

**PNLD2023**  
**FUNDAMENTAL 1**  
**MODERNA**

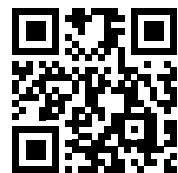
**Objeto 3**  
Obras literárias



# HISTÓRIAS INCRÍVEIS ESCRITAS POR QUEM CONHECE A LINGUAGEM DA INFÂNCIA!

A Moderna apresenta uma seleção de autores renomados e obras literárias que marcaram gerações de leitores.

**São grandes clássicos da literatura infantil agora na escola pública!**



Folheie as obras:  
[mod.lk/fund\\_lit](https://mod.lk/fund_lit)



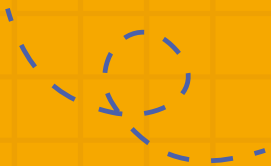


Objeto 3

# PNLD 2024

## ENSINO FUNDAMENTAL 2

OBRAS LITERÁRIAS



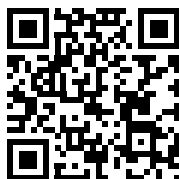
# GARANTA UMA BIBLIOTECA ATRATIVA E DE QUALIDADE PARA SUA ESCOLA!

Conheça nossa seleção de obras literárias aprovadas no **PNLD** para o **Ensino Fundamental 2**.



escolha prevista para  
2º semestre

**2024**



Acompanhe em nosso site  
[pnld.moderna.com.br](http://pnld.moderna.com.br)

# Projetos de vida a favor da inclusão

Como a escola e a família podem contribuir para a criação de projetos de vida inclusivos para crianças e jovens com deficiência?

TEXTO *Roberta Amendola*

**DESDE 2018**, com a publicação da Base Nacional Comum Curricular, as escolas de todo o país vêm conhecendo e implementando a área de Projeto de Vida (PV). Nas aulas desse componente, os alunos traçam metas de autodesenvolvimento (dimensão pessoal), atuação na sociedade (dimensão social) e construção de carreira (dimensão profissional) com base nos seus objetivos a curto, médio e longo prazos e buscam alcançá-los.

Alunos com algum tipo de deficiência vivenciam processos formativos, sociais e inclusivos durante o período escolar que interferem na construção dos seus projetos de vida, e as escolas e a família podem ser agentes impulsionadores dessa trajetória. ➤





## » DO DIAGNÓSTICO DA DEFICIÊNCIA À CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE VIDA: DO “LUTO” À LUTA

Ao descobrir a gravidez, o primeiro pensamento dos pais é imaginar como serão os filhos e projetar futuros para eles. A criança cresce e faz escolhas que podem se alinhar ou não aos planos que foram idealizados para ela.

Essa quebra de expectativas acontece na maioria das famílias. No caso das famílias atípicas, isso pode ocorrer com a detecção de uma deficiência no nascimento ou anos depois. Adna Maria Santos Cruz, diretora da Creche-Escola Berço do Saber, em Feira de Santana (BA), trabalha há mais de dez anos com educação inclusiva e já acompanhou diversas reações dos familiares. “Seja por superproteção, descrença na capacidade, falta de recursos ou de conhecimentos, algumas famílias desestimulam as crianças com deficiência e não oferecem a elas acompanhamento especializado multidisciplinar, como terapias e Atendimento Educacional Especializado (AEE)”.

Por outro lado, ela relata que há também muitas famílias que, passado o período de luto pela quebra de expectativas, se engajam na luta por melhores condições de desenvolvimento para seus filhos e para outros atípicos. Érica Lemos é um desses casos: mãe de um jovem autista, fez da inclusão sua causa e sua profissão. Kursou especializações para conhecer os direitos, as terapias e as possibilidades para seu filho e hoje é gerente de AEE na Secretaria de Educação de Osasco (SP). Engajada, conseguiu que fosse aprovado um decreto-lei em seu município instituindo a Semana da Conscientização do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Adna, Érica e tantos outros profissionais e familiares conseguiram ressignificar o “luto” pelas expectativas desconstruídas e transformá-lo em luta pela inclusão, (re)conhecendo e aceitando a identidade dos seus filhos/alunos.



## DAS FAMÍLIAS À ESCOLA: DIAGNÓSTICO, ACOLHIMENTO E PARCERIA

No caso de crianças que já chegam à escola regular e/ou de AEE com o diagnóstico de uma deficiência, a instituição as acolhe, planeja e implementa um plano de desenvolvimento multidisciplinar alinhado ao planejamento pedagógico da turma. Em outros casos, são os próprios professores que observam as características das crianças e identificam defasagens no desenvolvimento esperado para a idade. Eles alertam os pais para que busquem atendimento médico especializado a fim de confirmar – ou não – a condição e chegar a um diagnóstico com base em análises biológicas e psicossociais.





*“SEJA POR SUPERPROTEÇÃO, DESCRENÇA  
NA CAPACIDADE, FALTA DE RECURSOS  
OU DE CONHECIMENTOS, ALGUMAS  
FAMÍLIAS DESESTIMULAM AS CRIANÇAS  
COM DEFICIÊNCIA E **NÃO OFERECEM**  
**A ELAS ACOMPANHAMENTO**  
**ESPECIALIZADO MULTIDISCIPLINAR,**  
COMO TERAPIAS E ATENDIMENTO  
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)”*

**ADNA MARIA SANTOS CRUZ (BA)**

Nos dois casos, é necessário que as escolas trabalhem com as famílias a aceitação e a revisão das expectativas. “A escola faz primeiro o acolhimento dos pais de crianças com deficiência, que sofrem, não sabem lidar; a escola educa os filhos e os pais ao mesmo tempo, porque é tudo novo para eles”, afirma Adna.

Além dessas famílias, é fundamental educar também as demais famílias do colégio para a empatia, promovendo o respeito e a inclusão desde a primeira infância. Adna conta que na creche-escola em que trabalha havia um aluno com deficiência motora e cognitiva que utilizava um andador para se locomover. Nas tradicionais comemorações de São João, em vez de propor uma quadrilha, que seria inacessível a ele, as professoras escolheram uma música que apresentava a história de um trenzinho. Ele pôde participar de toda a apresentação com os colegas, levando alunos e famílias a reconhecerem que, sim, é possível ser inclusivo.

O ingresso dos alunos em AEE está condicionado à matrícula no ensino regular na própria escola ou em outra. As escolas regulares públicas e privadas devem realizar a adaptação de espaços físicos para garantir a acessibilidade de todos os estudantes, além de formar o corpo docente e sensibilizar a comunidade escolar.

Ana Luiza Lima Braga, coordenadora da Unidade de Educação Especializada José Álvares de Azevedo, em Belém (PA), que atende alunos com deficiência visual e baixa visão, explica como envolve as famílias desde o primeiro contato. “Eu acolho os alunos e as famílias e pergunto: como vocês veem essa criança daqui a 3, 5 e 10 anos? O que esperam que ela seja capaz de fazer? Vocês acreditam no potencial dela?”. Juntos, em parceria com o serviço de assistência social, identificam limites e potencialidades e constroem o projeto de vida que guiará o desenvolvimento do estudante. Esse »

PV se traduz no Plano de Atendimento Individualizado (PEI), que é a bússola para o desenvolvimento da autonomia, a educação integral e a inclusão, sendo revisto constantemente em função das necessidades e dos progressos.

A partir do PEI, nessa AEE os alunos são encaminhados para um ou mais núcleos de atendimento especializado em Habilitação e Reabilitação Educacional (atividades motoras, cognitivas, sociais e da vida diária, incluindo o sistema braile); Educação e Ensino Estruturado (intervenção pedagógica e educação ao longo da vida); Habilidades Motoras e Potencial Físico (independência, uso de bengala e participação em esportes paralímpicos); Produção e Complementação Pedagógica (recursos específicos e adaptações de materiais didáticos); Tecnologia Assistiva e Informática Educativa (inclusão digital); Artes (criatividade).

A instituição promove ainda formação pedagógica para professores e coordenadores, com uma equipe de especialistas em todos os componentes. Ao oferecer aprendizagens e vivências significativas para a vida prática dos estudantes, eles reconhecem e valorizam o papel da escola. Para a educadora Érica Lemos, “é essencial a construção de projetos de vida por alunos com deficiência a partir dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, para que eles vejam a escola como um meio para alcançarem seus objetivos. O PEI está diretamente relacionado ao PV, o que aumenta as possibilidades de o aluno construir relações sociais e ingressar no mundo do trabalho”.

Érica pôde constatar isso com seu filho, hoje com 20 anos, que desde criança recebeu preparação para a vida diária e diversas terapias que fizeram com que evoluísse de nível 2 para nível 1 de suporte no TEA. Esse trabalho de PV também contou com um caderno de metas do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, o que contribuiu para que ele

se preparasse para a vida em uma perspectiva biopsicossocial e se inserisse no mercado laboral. Alunos que possuem um PEI e um PV a curto, médio e longo prazo têm maiores chances de se tornar adultos autônomos e realizados.

### A INCLUSÃO NO PROJETO DE VIDA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Para alguns alunos, a inclusão e o combate ao preconceito se tornam bandeiras que se refletem nas dimensões pessoal, social e profissional do seu PV. Para outros, essas lutas são parte da sua história, mas elas não são vistas por eles como o seu propósito.

A coordenadora Ana Luiza Lima Braga reitera a importância da escola na conscientização sobre o engajamento. “Parte do nosso trabalho é fazer com que as famílias e os próprios alunos vejam que eles fazem parte, sim, da sociedade, que conheçam os seus direitos e lutem por eles. E isso não se restringe a crianças e adolescentes. Muitos adultos com deficiências não são inseridos na sociedade, não tiveram projetos de vida, e sempre é tempo.”

Não é preciso ter uma deficiência ou alguém próximo com alguma condição de saúde para se engajar nessa causa. “Há 29 anos, fiz da luta pela inclusão o meu PV e não me arrependo. Eu me resignifico a cada pessoa com sua história. Não podemos desistir de nenhuma. Comprei a luta, luto junto, empodero as famílias e os alunos a pensar no projeto de vida de ser, de estar. Me pergunto: ‘Que educadora eu quero ser daqui a um tempo? Eu quero ser a educadora que acredita nas possibilidades do indivíduo!’”, afirma Ana.

Seja na dimensão pessoal, social e/ou profissional, a inclusão deve fazer parte do projeto de vida dos alunos com deficiência, dos seus familiares, educadores e de toda a sociedade.



### OS PILARES DO PROJETO DE VIDA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

O primeiro passo para a construção do PV do aluno com deficiência é o reconhecimento da sua identidade e o respeito aos objetivos identificados por ele e seus familiares. Para ele, desenvolver autonomia em uma atividade cotidiana pode ser o equivalente a ser aprovado em um vestibular. Não cabem julgamentos sobre a grandeza dos objetivos ou o quão desafiadores eles são porque os parâmetros são relativos e pessoais.

Desde os primeiros anos escolares, os docentes podem identificar os interesses e as habilidades dos alunos e contribuir para desenvolvê-los, favorecendo o



processo de autoconhecimento e o fortalecimento da autoestima. Os interesses podem se tornar hobbies, ações de intervenção na sociedade ou até a base para a construção de uma carreira.

Essa legitimação da identidade do aluno deve se pautar em quatro pilares (GARDOU, 2006, p. 39 apud MEIRELLES et al., 2017):

- **Reconhecimento:** a validação, pelo outro, da sua existência e identidade;
- **Autonomia:** a validação da sua individualidade e das suas potencialidades;
- **Direito:** o reconhecimento da sua dignidade e do seu papel na sociedade;
- **Dizer e agir:** a inclusão social de forma plenamente autônoma e/ou assegurada por outros que possam traduzir em atos as suas intenções democráticas.

O papel da escola na construção de PV de alunos com deficiência se pauta em dois eixos: nos saberes disciplinares (se preciso, adaptados) e nas vivências socioemocionais. Segundo Meirelles: “A escola precisaria construir, de um lado, uma aprendizagem significativa, autêntica, e por outro lado reforçar aqueles componentes psicológicos que sustentam o conhecimento e a percepção de si, o autorreconhecimento de interesses, coerentes com as próprias potencialidades e limites”. Assim, a escola cumprirá seu papel de formar indivíduos e cidadãos que, munidos com conhecimentos e repertório de si e de mundo, poderão identificar objetivos e perseguí-los.

## PROJETOS DE VIDA A FAVOR DA INCLUSÃO

Ser o mediador na construção de PV a favor da inclusão é um desafio que os professores e os demais integrantes da comunidade escolar devem acolher com dedicação e respeito. Cada aluno é único em seus desejos, planos e potencialidades, independentemente da deficiência, e compará-los é uma atitude excluden-

te, como afirma Mantoan. “A diferença *entre* é subjacente a todos esses entraves às mudanças propostas pela inclusão. Velada ou explicitamente, ao fazermos comparações, fixamos modelos, definimos classes e subclasses com base em atributos que não dão conta das pessoas por completo, excluindo-as por fugirem à média e/ou à norma estabelecida. [...] Para que uma *pedagogia da diferença* seja exercida nas escolas, ela deverá acolher a diferença de todos os alunos. [...] Há, portanto, muita diferença entre a diferenciação para *excluir* e para *incluir*”.

É necessário formação, tempo e comprometimento para o trabalho de projeto de vida com alunos com deficiência – requisitos que, aliás, são essenciais para se trabalhar com educação para quaisquer alunos.

A inclusão, assim como a construção de PV, só se concretiza no contato com o outro. É no coletivo que se reitera a individualidade, é na convivência que se forma o indivíduo. É pelo outro que se aprende, é para o outro que se ensina. É na pedagogia da diferença que o professor inclui e exerce o seu projeto de vida, formando alunos e contribuindo para uma sociedade mais justa. □

### ROBERTA AMENDOLA

é graduada em Letras e mestrada em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em mercado editorial, computação aplicada à educação e projeto de vida. Consultora de inovação, editora e autora de obras didáticas, entre elas GPS – Guia de Protagonismo no Século XXI, pela Editora Moderna, aprovada no PNL D 2021.

### PARA SABER MAIS

● MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar –*

*O que é? Por quê? Como fazer?*

São Paulo: Summus, 2015. p. 84, 85.

● MEIRELLES, M. C. B.; DAINESE, R.; FRISO, V.

A Educação Especial no contexto italiano:

o projeto de vida, da escola à vida adulta.

*Revista Educação Especial*, v. 30, n. 57,

jan./abr. 2017, p. 189–202.

# Edusfera



**SUA ESCOLA  
PREPARA OS  
ESTUDANTES  
PARA OS  
DESAFIOS DO  
MUNDO ATUAL?**



## Você é único.

O jeito de aprender dos  
seus alunos também.



## A plataforma da nova geração.

**Edusfera** é a plataforma de estudos criada para  
atender as necessidades e os desafios do Ensino Médio.

Contamos com diferentes possibilidades de estudos  
multimídia, para que professor e aluno descubram  
como mais gostam de ensinar e aprender.

Vamos aprender juntos, mas cada um do seu jeito.

[www.plataformaedusfera.com.br](http://www.plataformaedusfera.com.br)



Conheça a  
Edusfera, solução  
digital para o  
Ensino Médio.

 /plataformaedusfera

 @plataformaedusfera

 /@edusfera

# leiomundo

Como a nova geração lê.

Prazer em ler,  
ouvir e aprender.

Sua plataforma de *streaming* de livros, audiolivros, contação de histórias e atividades desde a **Educação infantil** ao **Ensino Médio**. Conta com curadoria especializada de obras das editoras **Moderna** e **Salamandra**.





### Biblioteca virtual

Os estudantes têm a acesso a lista completa de obras de literatura de sua faixa escolar, possibilitando explorar livros além dos selecionados pela escola.



### Facilidade de acesso

Os leitores podem fazer **download** na biblioteca da plataforma para usufruírem dos livros **offline**.



### Audiolivros e contação de histórias

Com mais de **180 audiolivros disponíveis** e **diversos vídeos lúdicos** com contação de histórias para a Educação Infantil, produzidos pela atriz, cantora e contadora de histórias, Carol Levy, exclusivamente para a Leiomundo!



### Foco na compreensão leitora

As atividades da plataforma, para avaliar o nível de compreensão leitora, alinhadas à **BNCC**, são baseadas nos critérios de avaliação do **PISA** e pensadas para serem realizadas **antes**, **durante** e **depois** das leituras.

Os maiores autores de literatura infantojuvenil do Brasil, agora no Leiomundo.



Ana Maria Machado



Eva Furnari



Ilan Brenman



Pedro Bandeira




Walcyr Carrasco


e muito mais!



Conheça a solução digital e pedagógica de incentivo à leitura.

 [conheca.leiomundo.com.br](https://conheca.leiomundo.com.br)

 @leio.mundo

 @leio.mundo

# A confusão do Ensino Médio

Com a implementação suspensa pelo MEC em abril, uma consulta pública ampla que se encerrou em agosto e um projeto de lei encaminhado à Câmara em outubro, a reforma do Ensino Médio sofrerá sua própria reforma.

TEXTO *Ricardo Prado*

ILUSTRAÇÃO RICARDO DAVINO







**O ENSINO MÉDIO** sempre foi um ponto nevrálgico da educação brasileira. Até o final do século passado, por um histórico de exclusão, era um filtro que só deixava passar cerca de um quarto dos jovens estudantes que completavam o Ensino Fundamental. Boa parte deles mirava algum curso superior, enquanto uma parcela menor, que havia frequentado o Ensino Médio técnico-profissional, encerrava ali seu processo de formação, ingressando no mercado de trabalho. Eram os egressos das classes mais populares. “Do final do século passado para este, nós saltamos de três milhões para nove milhões de matrículas no Ensino Médio. Enquanto a gente tinha 25% dos jovens dessa faixa etária cursando o Ensino Médio, o segmento era pensado como treinamento para o nível superior e quem não ia para a faculdade fazia os cursos técnicos. Essa dualidade era meio pacificada. Só que, quando o país passa para nove milhões de matrículas, entra no Ensino Médio uma juventude que nunca ocupou este lugar. Então esse é um dado fundamental para entender as disputas atuais”, observa Monica Ribeiro da Silva, professora da Faculdade de Educação da Universidade do Paraná (UFPR) e coordenadora do Observatório Nacional do Ensino Médio.

Esse salto no número de matrículas no Ensino Médio teve início com a expansão da escolaridade na etapa anterior. Embora o Ensino Fundamental seja obrigatório no Brasil desde 1971, ele somente ganharia fôlego a partir da definição das regras de financiamento da educação, em 1997, com a criação do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) — mais tarde chamado de Fundeb (2007) e que passou a incluir as etapas da Educação Infantil e do Ensino Médio.

O Ensino Médio se tornou obrigatório apenas em 2013, ou seja, há uma década. De lá para cá, os desafios foram se multiplicando até culminar no problema de inclusão. Como acolher esse novo alunado e oferecer uma educação de qualidade, que fizesse sentido para esses jovens, muitos deles os primeiros de sua família a alcançarem essa etapa da educação? Afora o novo desafio da inclusão, o fantasma da exclusão continuava a rondar essa etapa da Educação Básica, e as elevadas taxas de evasão escolar não deixavam dúvidas: algo precisava ser feito.

## O EMBRIÃO DA REFORMA

Com a obrigatoriedade e os aumentos dos números de alunos e de evasão escolar, surgiram as primeiras discussões sobre uma necessidade de Reforma do Ensino Médio. Seu embrião pode ser localizado no Projeto de Lei n. 6.840, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que trouxe à baila temas como a jornada em tempo integral e a reorganização dos currículos em áreas do conhecimento. O projeto serviu como caixa de ressonância de diversas insatisfações vindas do chão da escola e dos ensaios e pesquisas de educadores que se voltavam para essa etapa do ensino. As críticas iam do caráter conteudista de boa parte do currículo a uma visão fragmentária do processo educativo, com 13 disciplinas que pouco conversavam entre si. Algumas organizações da sociedade civil e de educadores como a ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) se reuniram em torno do Fórum Nacional de Educação para influenciar as discussões em torno do Ensino Médio por ocasião das plenárias do Plano Nacional de Educação (PNE), que entraria em vigência no ano seguinte, 2014.

De outro lado, fundações criadas por empresas, e que se reuniram em torno da organização Todos Pela Educação, criada em 2006, também se apresentavam como interlocutores dos governos estaduais — os principais responsáveis pela oferta de Ensino Médio no país — nessa discussão que envolvia, basicamente, tornar o Ensino Médio mais atraente para os jovens, freando a curva ascendente da evasão escolar por meio da oferta de uma educação mais qualificada. Essa discussão passava pela necessidade de se estabelecer uma base curricular unificada para todas as escolas do país, algo até então inexistente.

O passo seguinte seria dado em 2015, com a criação de uma Comissão de Especialistas, composta de 116 membros para a elaboração de uma proposta de reforma do segmento e de constituição de uma Base Nacional Comum Curricular, que resultaria na BNCC. No entanto, a discussão seria engolfada pela turbulência política do impeachment da presidente

Dilma Rousseff e a ascensão de seu vice, Michel Temer. Em poucos meses, e por meio de uma Medida Provisória, a proposta do Novo Ensino Médio seria enviada ao Congresso Nacional e aprovada. As discussões de possíveis modelos, que se prolongavam desde 2013 e que colocavam em campos opostos organizações de professores, alunos e estudiosos da universidade, congregados em torno do Fórum Nacional de Educação, e de outro, as fundações que exerciam influência crescente junto às Secretarias Estaduais de Educação, se encerrariam abruptamente com a aprovação da Lei n. 13.415, que instituiu o Novo Ensino Médio.

O modelo vencedor foi o defendido pelas fundações privadas que atuam na educação, que apoiavam maior flexibilização curricular, a criação de itinerários formativos e a redução da carga obrigatória comum a todos os estudantes. Ao outro lado restou alertar que problemas surgiriam uma vez que a Reforma, mesmo mexendo em estruturas importantes do Ensino Médio — como transformar em componentes curriculares ou áreas de saber as tradicionais 13 disciplinas, das quais restariam apenas três de caráter obrigatório (Língua Portuguesa, Matemática e Inglês), e propor um aumento da carga horária anual —, não oferecia as condições e os materiais para essas mudanças.

De fato, a partir de 2020, quando as primeiras redes estaduais passaram a implementar as mudanças previstas, o Novo Ensino Médio começou a apresentar velhos problemas conhecidos dos educadores e pesquisadores da área, como a falta de professores para preencher os itinerários formativos, ou novos, como a falta de critérios pedagógicos para a criação desses itinerários. Do lado dos alunos, rapidamente se constatou que a prometida possibilidade de escolha de itinerários estava incondicionalmente vinculada à capacidade das escolas de oferecerem uma gama diversificada de opções. Escolas localizadas em regiões mais periféricas não conseguiam oferecer a prometida diversidade de caminhos formativos possíveis. Conforme levantamento feito pela Repu »

» (Rede Escola Pública e Universidade) na rede paulista, a primeira a implementar a reforma, 35% das escolas de Ensino Médio ofertavam em 2021 apenas dois itinerários formativos. E das 334 escolas estaduais de Ensino Médio que eram as únicas em seus municípios, 50% também ofertavam somente dois itinerários formativos.

## ITINERÁRIOS QUESTIONADOS

O estreitamento de possibilidades de passar no Enem é a questão que preocupa o jovem Arthur Yan Mello, estudante do 3º ano de Ensino Médio de uma escola pública em Paulínia, interior de São Paulo. Seu sonho é cursar História na Unicamp, mas vê seu objetivo ficar cada vez mais distante ao constatar que as aulas de História estão sendo substituídas por aulas de utilidade duvidosa que compõem os itinerários. “Os professores estão tendo que ‘se virar nos 30’, tentam passar algum conteúdo que possa ser útil porque na minha escola o professor de História está dando aula de Projeto de Vida. E ele nem foi formado para isso!”, se indigna o jovem.

O mesmo drama vive Laura Neris, estudante do 3º ano de uma escola na capital paulista. Ela também sonha ser historiadora, mas em vez de aulas de História, Sociologia e Filosofia, gasta boa parte da carga horária escolar às voltas com um itinerário formativo que ela alega não ter escolhido. “Fiz a escolha, coloquei Humanas em primeiro, só que eu caí num itinerário que se chama “Quem divide multiplica”. Fugiu completamente do que eu queria estar estudando”, lamenta Laura, que também confirma que ela e seus colegas vêm pressionando os professores a abandonarem o conteúdo das ementas dos itinerários formativos e substituí-los pelos que serão exigidos no Enem.

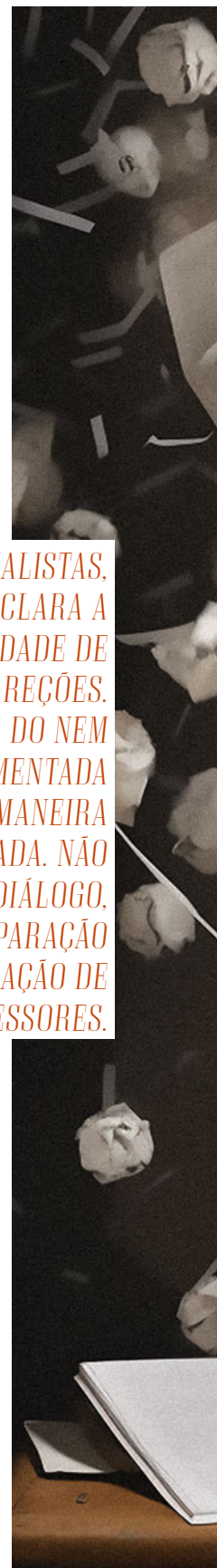
Monique Pessoa, formada em Ciências Sociais pela Unesp e professora de uma Etec na capital paulista, confirma essa pressão por parte dos alunos. “Eu estava numa aula de Filosofia, no 2º ano. Normalmente abordo René Descartes no 1º ano, mas depois da Reforma ficou no 2º, e a aluna pediu para continuar dando

o conteúdo de Filosofia no 3º ano. Só que, pelo novo currículo, não há aula de filosofia”. Ela também confirma o desprestígio da chamada “parte flexível” do currículo por parte dos alunos. “Agora é normal, já entrou para o cotidiano da escola: eu passo e vejo alunos ali no pátio, sem assistir à aula. ‘Por que vocês estão aqui no pátio?’ ‘Ah, professora, é aula do itinerário. Eu só vou para aula de Geografia, História, Matemática, não vou para aula do itinerário.’ E não dá para culpar porque até o professor que está ali não consegue dar essas aulas porque ele não sabe o que fazer com os alunos”, justifica Monique. Ela estende a crítica a outros itinerários disponíveis em outras escolas, alguns até chegaram a ganhar manchetes nos jornais, de tão esdrúxulos, como “Brigadeiro gourmet”, e outros na linha do chamado empreendedorismo. E como corrigir as distorções amplificadas pela Reforma? “Reformar a Reforma não vai mudar a nossa situação”, afirma a professora. Para ela, a atual reforma só pode ter um destino: a revogação.

Para as escolas privadas, a mudança não seria tão disruptiva. Ana Bergamin, coordenadora de Ensino Médio do Vera Cruz, na cidade de São Paulo, conta que após a aprovação da Lei n. 13.415, ela se reuniu com os professores do ciclo e todos se propuseram a pensar coletivamente como se adaptariam à nova legislação. “Era uma questão de estabelecer um novo balanço do tempo didático e, antes de tudo, tiramos algumas premissas, como, por exemplo, o que seriam para nós pontos inegociáveis”, lembra. Ela cita como pontos inegociáveis manter conteúdos das disciplinas de Filosofia, Sociologia, Educação Física e Arte, em coerência com um projeto pedagógico humanista no qual esses saberes exercem um papel central na formação do estudante. Outro item inegociável foi a manutenção da festa de dança e música celebrada todos os anos entre setembro e outubro, por ocasião do aniversário da escola — na qual mais de 200 estudantes de todas as séries sobem ao palco.

Já o desafio em recalibrar o “balanço do tempo didático” estava na Formação Geral Básica, para a qual a nova legislação havia criado um teto de 1.800 horas. Com 3.400 horas/ anuais, e a clara percepção de que todos os seus alunos, sem exceção, miravam a faculdade, o jeito foi criar itinerários formativos que juntassem a fome de aprender com a proposta interdisciplinar do Novo Ensino Médio. Para as Ciências Humanas, Ana exemplifica, “um dos itinerários era sobre outras formas de viver que não a nossa, outras culturas não hegemônicas, no tempo e no espaço. Nesse itinerário temos História, Filosofia e Geografia debruçadas sobre essa questão. Já o de Ciências da Natureza pegou um tema gerador que é a questão do recurso natural. O que é o recurso natural, sob o ponto de vista das Ciências. Então, os saberes da Biologia e da Química entram aqui, juntamente com a pergunta que está posta para toda a Humanidade: como repensar a nossa relação com os recursos naturais. Esse itinerário dialoga com »

PARA ESPECIALISTAS,  
É CLARA A  
NECESSIDADE DE  
FAZER CORREÇÕES.  
A PROPOSTA DO NEM  
FOI IMPLEMENTADA  
DE MANEIRA  
EQUIVOCADA. NÃO  
HOUE DIÁLOGO,  
PREPARAÇÃO  
E FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES.







» o estudo do meio, que costumamos fazer no Vale do Petar [Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira], e que, por sua vez, se junta ao itinerário de Humanas na questão dos quilombos que existem nessa região”.

## UM CAMPO EM DISPUTA

O MEC sustou a implementação do Novo Ensino Médio em abril deste ano e submeteu o tema à consulta popular. De abril a agosto aconteceram 12 webinários, quatro audiências públicas e a entrega de contribuições de 21 entidades educacionais — além da participação on-line, via WhatsApp, de cerca de 140 mil pessoas, entre estudantes e professores. Pressionada, de um lado, pelo Consed, a instância que reúne os Secretários Estaduais de Educação, e pelas fundações privadas que atuam na educação a ajustar sem descaracterizar o espírito da Reforma (ambas publicaram notas após o fechamento da consulta popular defendendo, em linhas gerais, a

manutenção do Novo Ensino Médio), a nova gestão do MEC, que herdou o problema do governo anterior, é questionada por outro grupo, que defende a revogação da Lei n. 13.415. A ANPEd manifestou em nota após o fechamento da consulta popular que “a reforma amplia/produz desigualdades entre a rede pública e a rede privada”. A associação alerta ainda para o risco de “privatização da educação pública através das parcerias estabelecidas com organismos internacionais e empresas privadas com fins de aquisição de pacotes pedagógicos para adequação das escolas à reforma”.

Outra crítica recorrente entre os educadores diz respeito ao balanço entre a parte obrigatória e flexível do currículo. Para a pesquisadora Monica Ribeiro da Silva, do Observatório do Ensino Médio, “ao criar os itinerários formativos e reduzir a carga horária na formação comum, de 2.400 horas por ano para 1.800 horas, estamos retirando a possibilidade de acesso desses estudantes a um conjunto de co-

nhecimentos. Então, se ele faz itinerário de formação técnica ou de humanas deixa de ter um aprofundamento em Biologia, Física, Química, Matemática, Arte e assim por diante. Isso já era sinalizado como situação problemática. Porque isso significa não preparar nem para o ensino superior nem para o mundo do trabalho. É uma fragilização da formação desses seis milhões e seiscientos mil estudantes [matriculados nas redes públicas] e, acrescentando a isso, a enorme desigualdade das condições de oferta entre os estados. Não dá para comparar São Paulo com pequenas cidades, sem wi-fi, sem condições de fazer aquela parte da carga horária à distância. Ou seja, muito do que já apontávamos lá atrás como problemas se confirmou agora com a implementação em 2022 e 2023”, afirma.

No final de outubro, o ministro da Educação, Camilo Santana, enviou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 5230/23, que praticamente encerra a curta experiência do Novo Ensino Médio. Retoma os pontos mais contestados,

como o mínimo de 2.400 horas de Formação Geral Básica para todos os estudantes do Ensino Médio, sem a integração com um curso técnico, e a volta das 13 disciplinas do currículo anterior. Também torna obrigatório o espanhol como segunda língua estrangeira em um prazo de três anos.

Sobre os itinerários formativos, prevê sua troca por Percursos de Aprofundamento e Integração de Estudos, que devem combinar, no mínimo, três áreas do conhecimento, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino. Estes precisarão garantir, no mínimo, dois percursos com ênfases diferentes. Os quatro caminhos de aprendizagem que comporão a parte flexível do currículo terão ênfase nas seguintes combinações de áreas: 1. Linguagens, Matemática e Ciências da Natureza; 2. Linguagens, Matemática e Ciências Humanas e Sociais; 3. Linguagens, Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza; 4. Matemática, Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza. O MEC será responsável por criar os parâmetros de organização curricular para esses percursos.

Além da nova proposta do MEC, correndo por fora está o Projeto de Lei n. 2.601, que revoga o Novo Ensino Médio e também retoma a obrigatoriedade de disciplinas tradicionalmente oferecidas, como Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física, deixando a parte diversificada do currículo, mais reduzida, a cargo dos sistemas de ensino estaduais e distrital. No entanto, a tendência é que a discussão agora se concentre no projeto que veio do governo.

Resta saber o que resultará de tantas consultas, debates e do jogo de pressão entre concepções de ensino e aprendizagem muitas vezes conflitantes. No meio da confusão instalada pela Reforma que mal iniciada se encontra suspensa, milhões de estudantes aguardam, ansiosamente, o desenlace desse projeto de mudança que, por ora, só fez tornar ainda mais agudas as contradições que o ponto nevrálgico da educação brasileira sempre expôs. Permanecemos atentos aos próximos capítulos. ■

OS PERCURSOS DE APROFUNDAMENTO E INTEGRAÇÃO DE ESTUDOS (ITINERÁRIOS FORMATIVOS) DEVERÃO COMBINAR TRÊS ÁREAS DO CONHECIMENTO, COM PELO MENOS DUAS ÊNFASES DIFERENTES.



# Richmond Solution

A solution designed for you!





Hoje, oferecer uma educação flexível, tecnológica e de qualidade é fundamental para o ensino de inglês. Tudo isso se torna possível e mais simples com **Richmond Solution**.



Resultados comprovados por meio de **evidências de aprendizagem** durante todo o processo.



**Certificação internacional\*** para alunos e professores sem custo extra para a escola ou para as famílias.



**Ambiente digital de aprendizagem** com variedade de recursos didáticos.



**Consultoria pedagógica** em uma jornada 360°.

Disponibilizamos **ofertas personalizadas** que respeitam o momento e as necessidades da sua escola.

Agende uma reunião com nossos especialistas.

[www.richmondsolution.com.br](http://www.richmondsolution.com.br)

\*Confira as condições comerciais com o consultor que atende a sua escola.

Quer saber mais?



/Richmond.Br



/richmondbrasil



/@richmondbrasil



/company/richmondbrasil

[rsolution@richmond.com.br](mailto:rsolution@richmond.com.br)

# Proyección

con **SANTILLANA**  
ESPAÑOL

## EDUCACIÓN QUE ROMPE **FRONTERAS**



Ser pioneiro na educação é trilhar um território desafiador.

Para sua escola se diferenciar em seu negócio, convidamos você a **redefinir as fronteiras da inovação** com uma nova língua certificada.

Afinal, a melhor forma de superar a concorrência é criar uma necessidade ainda não explorada!

Para isso, confie em **Santillana Español!**

Módulos flexíveis  
quanto a carga  
horária semanal.

Solução educacional de  
espanhol para todos os  
segmentos escolares.

Alinhada ao MCER  
(Marco Comum Europeu  
de Referência para as  
Línguas)

Agende uma reunião e expanda as fronteiras da  
educação da sua escola.

[www.proyeccion.com.br](http://www.proyeccion.com.br)

# um novo MUNDO PASSA POR AQUI

Apostar no ser humano é o que, no futuro, vai gerar em nossa comunidade aquela sensação boa de olhar para trás e dizer: fizemos as escolhas certas e Crescemos!



## o nosso PROPOSITO É O QUE NOS MOVE

Existimos para garantir o desenvolvimento da inteligência emocional dos estudantes, ampliando sua capacidade de colaborar para a formação de pessoas mais felizes e a construção de uma sociedade mais justa.

## uma missão FOCADA NO SER HUMANO

O que nos une é o objetivo de promover a Educação Socioemocional e intervir positivamente no contexto escolar, ajudando cada um a buscar sua melhor versão.

## a nossa PROPOSTA

O projeto Crescemos propõe o aprofundamento de 10 grandes competências de ordem cognitiva e socioemocional.

Em cada ano escolar será dada ênfase a uma competência específica para que as famílias, os professores e os estudantes possam exercitar e aperfeiçoar de forma intencional habilidades relacionadas a cada uma delas, que chamamos de competência-estrela.

Entre em contato conosco e conheça mais detalhes da nossa proposta.

## os pilares QUE NOS SUSTENTAM

- Desenvolvimento sustentável
- Cultura digital e empreendedora
- Metodologias ativas e aprendizagem significativa
- Bem-estar pessoal e coletivo
- Autoconhecimento



 [www.crescemos.com](http://www.crescemos.com)  
 [/programacrescemos](https://www.facebook.com/programacrescemos)  
 [@programacrescemos](https://www.instagram.com/programacrescemos)  
 0800 772 1041



# Uma nova identidade para **uma nova jornada.**

**Re**pensamos a pedagogia,  
**Re**inventamos os espaços,  
**Re**imaginamos a estratégia e  
**Re**afirmamos o comprometimento.

Com três premissas:

**inteligência de dados,  
metodologias fluidas  
e conectividade.**





# Bem-vindos à **r**evolução

Vem aí um novo **UNOi**  
para a sua escola.



Acesse o QR Code  
e saiba mais!



-  [unoi.com.br](http://unoi.com.br)
-  [/unoibrasil](https://www.facebook.com/unoibrasil)
-  [@unoibrasil](https://www.instagram.com/unoibrasil)
-  [/@unoibrasil](https://www.youtube.com/@unoibrasil)

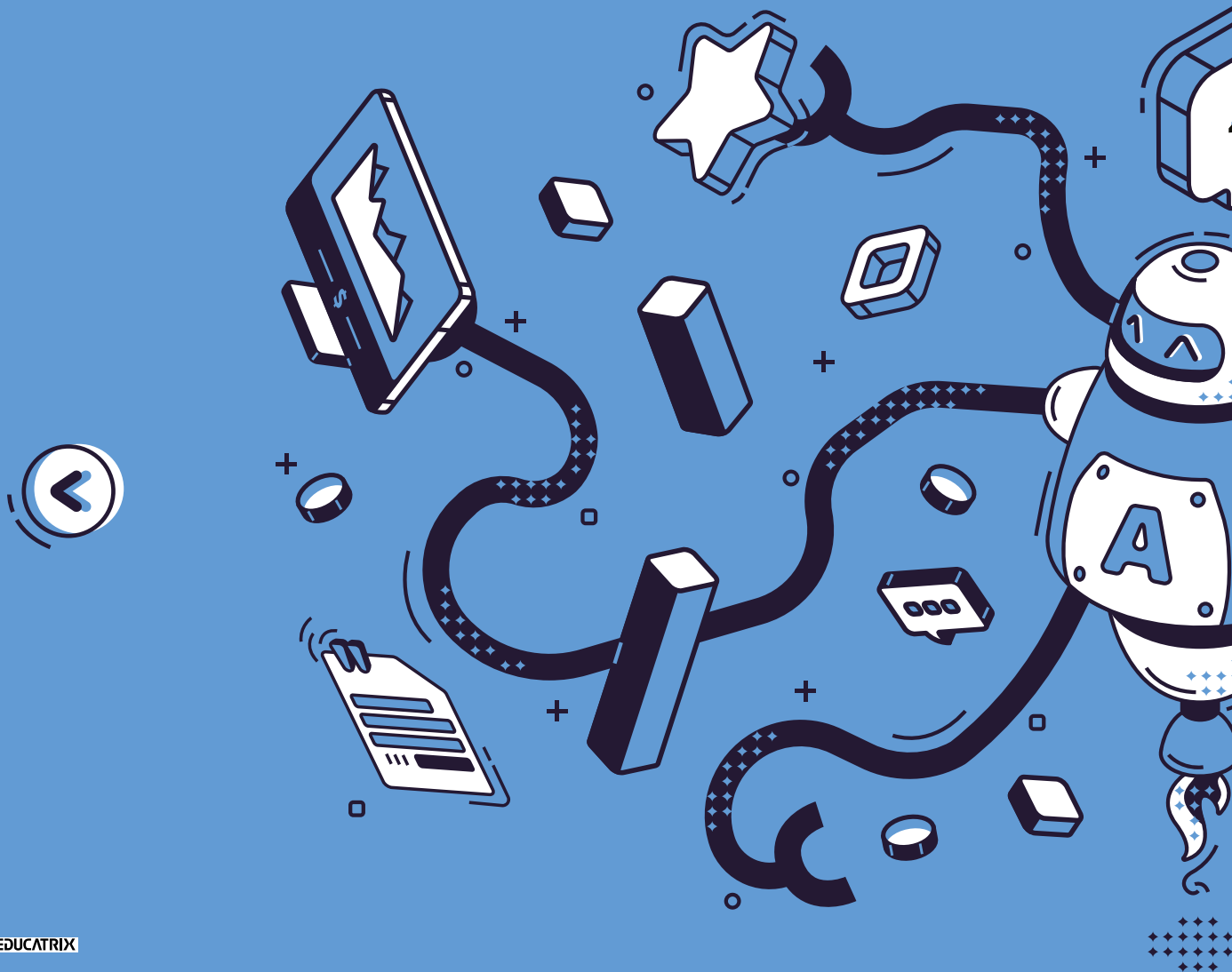




# A hora e a vez da inteligência artificial na escola

Precisamos rapidamente compreender as contribuições efetivas que a Inteligência Artificial (IA) pode trazer para as práticas escolares. Com foco na autonomia docente e discente, e numa IA sempre explicável, podemos ajudar a indústria a desenvolver produtos realmente inteligentes.

TEXTO *Moisés Zylbersztajn*



**TECNOLOGIAS** têm apoiado o desenvolvimento do trabalho pedagógico desde o aparecimento da escola como instituição. Elas potencializam a capacidade didática e ampliam o repertório de professores e o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem do aluno. Uma esferográfica ampliou o acesso das populações ao registro sistemático em sala de aula. A computação em nuvem permitiu o acesso ubíquo a produções individuais e coletivas. O livro didático organizou o conteúdo específico de uma disciplina para apoio ao estudo individual e coletivo. Softwares de simulação, no campo das ciências, ampliaram a compreensão de fenômenos naturais. Um aplicativo digital de apoio ao ensino de matemática, que reúne centenas de situações-problema com soluções e feedbacks programados, pode contribuir para o domínio conceitual e operativo do conteúdo. Um sistema de gestão de provas com questões objetivas, programado para oferecer correção imediata ao aluno e produzir painéis de análise para o professor, também contribui para o aprimoramento das práticas de ensino-aprendizagem.

Todas essas soluções educacionais existem sem que seja necessário utilizar-se de inteligência artificial (IA) e são todas muito úteis às práticas pedagógicas. Por que então propor soluções baseadas em IA nessas práticas? O que tais soluções impregnadas de aprendizado de máquina trazem de benefício adicional às soluções digitais existentes? O que há de novo? Qual é o impacto da IA na educação formal?

As aplicações, baseadas em IA, que se aproximarão cada vez mais das escolas devem impactar sobretudo na automação da avaliação e na personalização da aprendizagem (LUCKIN, 2022). É importante que os educadores estejam atentos a essa automação e a essa personalização para evitar a mecanização do ensino e da aprendizagem. Será preciso reconhecer os recursos que permitirão a professores e alunos encontrar na IA um assistente relevante disponível para aprender conosco, mais do que um instrumento pronto para nos ensinar. Como tirar proveito dessa tecnologia sem sucumbir a sua lógica? ▶



» Há pelo menos três razões para que os educadores se dediquem ao estudo e aos impactos da IA. Inicialmente, o papel da educação e da escola deve ser o de transformar a vida, em toda a sua complexidade, em objeto permanente de estudo. A escola permite esse recuo excepcional (MASCHELEIN, 2013) que retira a criança e o jovem do convívio familiar e laboral para fruir, decifrar e construir compreensão e possibilidade de transformação sobre a vida, o conhecimento e o mundo. Portanto, trazer a IA para a escola significa torná-la um conteúdo a ser estudado. É imperativo que possamos todos compreender sua formulação, seu desenvolvimento e seus possíveis impactos. Antes de usá-la, ou através de seu uso, é preciso desmistificá-la. Para evitar um uso instrumental das tecnologias digitais no ensino, entendendo-as como neutras e impedindo uma apropriação crítica, é preciso, sobretudo, aprender sobre elas (BUCKINGHAM, 2022). A IA deve aparecer nos currículos escolares não como um modismo, mas como mais uma manifestação humana relevante e crítica. Deve também fazer parte da formação docente.

Em seguida, a IA pode contribuir para um ensino voltado à autonomia do estudante, um ensino que privilegia a autorregulação da aprendizagem, que possibilita ao aluno reconhecer seu processo cognitivo, construir estratégias para avançar e consolidar esse caminho usando a metacognição como modo natural de aprendizagem ao longo da vida. Conhecimento robusto, que se transfere para novas situações, dura ao longo do tempo e pode facilitar o aprendizado futuro (ALEVEN, 2013). Soluções baseadas em IA poderão ser assistentes capazes de acompanhar o raciocínio e a produção de alunos e professores e interagirem dinamicamente com esta produção, ampliando-a, revelando novas nuances, produzindo aproximações sucessivas ao conhecimento e sugerindo ideias. Mais do que soluções de IA preditiva, precisamos desenvolver uma inteligência artificial aprendiz, que aprende com seu interlocutor, ampliando seu repertório e sua autonomia cognitiva.

E finalmente, o lançamento do ChatGPT. O chatbot, do grupo dos grandes modelos de linguagem (LLM), usando técnicas de redes neurais profundas para encontrar padrões de grandes conjuntos de textos e relacionando-os com perguntas e diálogos interpretados, gerando respostas, foi desenvolvido pelo laboratório de pesquisa OpenAI e disponibilizado à experimentação pública em 30 de novembro de 2022. O advento do ChatGPT aproxima a IA do grande público ao permitir interação por meio de diálogo, ou seja, inova ao propor

uma solução com interface baseada em linguagem natural – elemento-chave na comunicação humana. Imaginemos nossas pesquisas, indagações e produções que podem agora ser apoiadas pelo ChatGPT. As respostas oferecidas pelo chatbot parecem, por vezes, tão razoáveis e humanas que poderiam levar-nos a confundí-las com “intervenções conscientes” quando são somente arranjos probabilísticos de conceitos, palavras ou frases encontradas em sua base de dados. Esse acontecimento no desenvolvimento tecnológico colocou definitivamente a IA no cardápio da formação pedagógica e na formação dos nossos jovens.

## PREPARANDO A ESCOLA PARA A CHEGADA DA IA

Seguindo na reflexão sobre a construção da cultura de gestão cooperada entre o professor e as agências digitais “inteligentes” (LE MOS, 2014), ampliando as perspectivas de formação desses professores na gestão, apoiada por esses agentes, da aprendizagem de seus alunos, vale observar as características da cultura escolar e da cultura docente que, embora submetidas a validações nacionais unificadas, sempre evoluem de modo distinto. O professor terá interesse e estará capacitado a, através dos sistemas baseados em modelos de aprendizado de máquina, utilizar e aprimorar soluções que aliviem sua carga de trabalho avaliativo, testando as correlações que acredita necessárias? Poderá o professor avaliar e validar as correlações estabelecidas pelo sistema entre atividades avaliativas, rubricas, sequências didáticas, questões, habilidades e evidências, aprimorá-las e editá-las? O sistema apresenta ao professor as evidências de aprendizagem que estão pressupostas para validação das avaliações, da personalização e do avanço do aluno conforme suas interações no sistema?

A qualidade do debate evoluiu ao longo destes cinquenta anos. Passamos a superar a visão do tecnomessianismo e tecnocatastrofismo para uma visão de maior reflexão teórica também a partir da prática, como sustentam Almeida e Moreira (2018). Mas a reflexão acadêmica não alcança o professor. Na área pública, adotamos estratégias considerando definições centralizadas, induzindo pouca autonomia da escola, do município e, por vezes, do próprio estado e “incorporamos sugestões menos apropriadas ou ideais para, pragmaticamente, dotar de movimento a proposta” (PARRA et al., 2018). Na rede privada, invade-se a realidade do professor e “para além dos discursos, parece faltar um compromisso diário, também nas universidades, de valorização dos professores e da sua profissão (NÓVOA, 2018).





Em particular, rótulos recentes da tecnologia educacional (SELWYN, 2015) – por exemplo, aprendizagem adaptativa, metodologias ativas e pensamento computacional – tendem a ocultar formas contestáveis de reducionismo, como a discussão sobre a educação a uma discussão sobre a aprendizagem e determinismo tecnológico.

Postman propõe um conjunto de perguntas que questionam, de um modo original, o caminho aparentemente inexorável da inserção tecnológica na vida.

- ❶ **Qual é o problema para o qual a tecnologia será solução?**
- ❷ **De quem é o problema?**
- ❸ **Quais novos problemas serão criados com a resolução do problema inicial?**
- ❹ **Que pessoas e instituições serão mais prejudicadas por essa nova tecnologia?**
- ❺ **Que mudanças de linguagem estão sendo promovidas por essas novas tecnologias?**
- ❻ **Quais redirecionamentos de poder econômico e político podem resultar dessa nova tecnologia?**
- ❼ **Quais usos alternativos poderiam ser feitos da tecnologia?**

Segundo Selwin, a tecnologia não é neutra e sempre favorece fins específicos enquanto obscurece outros. As tecnologias são produtos de uma indústria em expansão e que envolve muitos interessados, dentre os quais se destacam as grandes

editoras, os conglomerados educacionais e os grandes players (FERREIRA, 2016). A ideia da tecnologia como ferramenta estimula o que Morozov chama de “solucionismo tecnológico”, que é o inebriamento pela ferramenta-solução que passa a ficar, quando incorporada, à procura de um problema para resolver (MOROZOV, 2020).

Cada vez que o “digital” é usado como modificador ou termo qualificador em qualquer um dos sentidos sugeridos acima, ele exerce um efeito normativo. Em primeiro lugar, o digital sinaliza progresso, desenvolvimento e mudança. Cidadania, alfabetização e direitos não são propriedades fixas, mas estão consagrados na lei, nas normas sociais e nas práticas sociais. Quando o modificador digital é adicionado, tais práticas parecem estar em fluxo e não podem mais ser compreendidas sem referência ao digital (PANGRAZIO, SEFTON-GREEN, 2021). E agora, com a chegada da inteligência artificial?

O Ministério da Educação dos Estados Unidos lançou em maio de 2023 um conjunto de recomendações a educadores e agentes públicos sobre a IA e o futuro do ensino e da aprendizagem. A publicação convoca educadores, que já estão submetidos aos algoritmos baseados em aprendizado de máquina em suas vidas pessoais e, em muitos casos, na própria sala de aula, a buscarem referências e se prepararem para a intensificação do uso desses algoritmos nas práticas escolares. »



» O documento articula três razões para justificar sua publicação: (1) a IA pode permitir, especialmente na educação pública, alcançar prioridades educacionais de maneiras melhores, em larga escala e com custos mais baixos; (2) a urgência e a importância surgem por meio da conscientização dos riscos no nível do sistema e da ansiedade sobre potenciais riscos futuros, e (3) a urgência surge devido à escala de possíveis consequências não intencionais ou inesperadas.

Após o documento, várias questões foram dirigidas aos educadores para reflexão sobre a adoção ou possibilidades de adoção de soluções baseadas em IA:

- 1 **Até que ponto a IA permite a adaptação dos pontos fortes dos alunos e não apenas aos déficits? A IA está permitindo melhor suporte para alunos com deficiência e alunos de inglês?**
- 2 **Como os jovens estão sendo envolvidos na escolha e uso da IA para aprendizagem?**
- 3 **A IA está levando a atividades mais restritas (problemas de matemática processual) ou a atividades mais completas, como as atividades destacadas no Plano Nacional de Tecnologia Educacional (NETP), que enfatiza recursos como aprendizado personalizado, aprendizado baseado em projetos, aprendizado de visualizações, simulações e realidade virtual, bem como aprendizagem em toda a escola, comunidade e ambientes familiares?**
- 4 **A IA apoia o aluno como um todo, incluindo as dimensões sociais da aprendizagem, permitindo que seja participante ativo em pequenos grupos e aprendizagem colaborativa?**
- 5 **Quando a IA é usada, a privacidade e os dados dos alunos são protegidos? Os alunos e seus tutores são informados sobre o que acontece com seus dados?**
- 6 **Quão fortes são os processos ou sistemas para monitorar o uso de IA pelos alunos para bloquear vieses ou outras consequências indesejáveis do uso de IA pelos alunos?**
- 7 **Estão disponíveis pesquisas ou avaliações de alta qualidade sobre os impactos do uso do sistema de IA para aprendizagem do aluno? Sabemos não apenas se o sistema funciona, mas para quem e em que condições?**

## UMA EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

Os pesquisadores do departamento de Learning Science, da University College of London, liderados pela professora Rose Luckin, desenvolveram um framework (tabela a seguir) que pode ajudar gestores nas instituições de ensino a refletir sobre como se apropriar de soluções baseadas em IA. Inicialmente, colocam-se algumas questões básicas como: “No que somos bons e no que as máquinas são boas? Como humanos e máquinas podem operar juntos? Quais são as possibilidades e restrições da IA na aprendizagem e no ensino? Como as tecnologias de IA podem ser integradas na sala de aula?” (KENT E DU BOULAY, 2021).



## 1 EDUCAR E ENTUSIASMAR

Envolver toda a equipe da sua organização em aprender sobre IA. O que é? O que pode e o que não pode fazer? Como pode ajudar na escola? Até agora, os professores estão numa posição semelhante à da maioria do público. A IA era uma área “muito ocupada para incomodar” que eles talvez não tenham entendido ou particularmente confiaram, deram prioridades a outras áreas e não sentiam grande pressão em compreender. Com a tecnologia educacional sendo priorizada durante a pandemia, houve uma mudança. A IA está cada vez mais vista como uma ferramenta valiosa para o ensino e a aprendizagem, e um componente do conhecimento que as pessoas precisarão para se desenvolver.

## 2 AJUSTAR E APRIMORAR

Concentrar o pensamento em determinado desafio enfrentado pela organização e considerar se é mesmo algo que a IA pode resolver. Existem recursos na estrutura da escola para ajudá-lo a mergulhar profundamente em seu desafio e trabalhar para filtrar o que pode e o que não pode ser feito e como a IA pode ajudar.

## 3 IDENTIFICAR

Ao decidir o desafio a ser enfrentado, você e seus colegas devem analisar os dados já conhecidos. É provável que seus dados atuais estejam espalhados por toda a sua organização e você pode não ver imediatamente a riqueza sobre a qual está sentado, portanto investir tempo identificando-os e tornando-os adequados para o propósito será recompensador a longo prazo.

## 4 COLETAR

Coletar novos dados no que se refere a seu desafio. Isso pode envolver métodos de captura, como pesquisas e entrevistas, mas deve ser feito de forma ética, com consideração pelas pessoas e sensibilidades envolvidas. Você deve garantir que qualquer viés não se infiltre no conjunto de dados para evitar distorcer seus resultados para todo o processo.

## 5 APLICAR

Aplicar técnicas de IA aos dados e analisar os resultados que surgem. Embora pareça que isso seria a parte crítica do processo, apenas 20% do seu tempo será investido nisso. Os outros 80% vão ser utilizados com a identificação, limpeza e coleta de todos os dados que alimentam a IA.

## 6 APRENDER

Analisar os resultados de sua IA aplicada aos dados do desafio e aprender com eles. Essa é a etapa mais valiosa, pois as descobertas do processo ajudarão não apenas a moldar uma abordagem ou solução para o desafio, mas irão ajudá-lo a entender o seu desafio de uma forma totalmente nova.

## 7 REITERAR

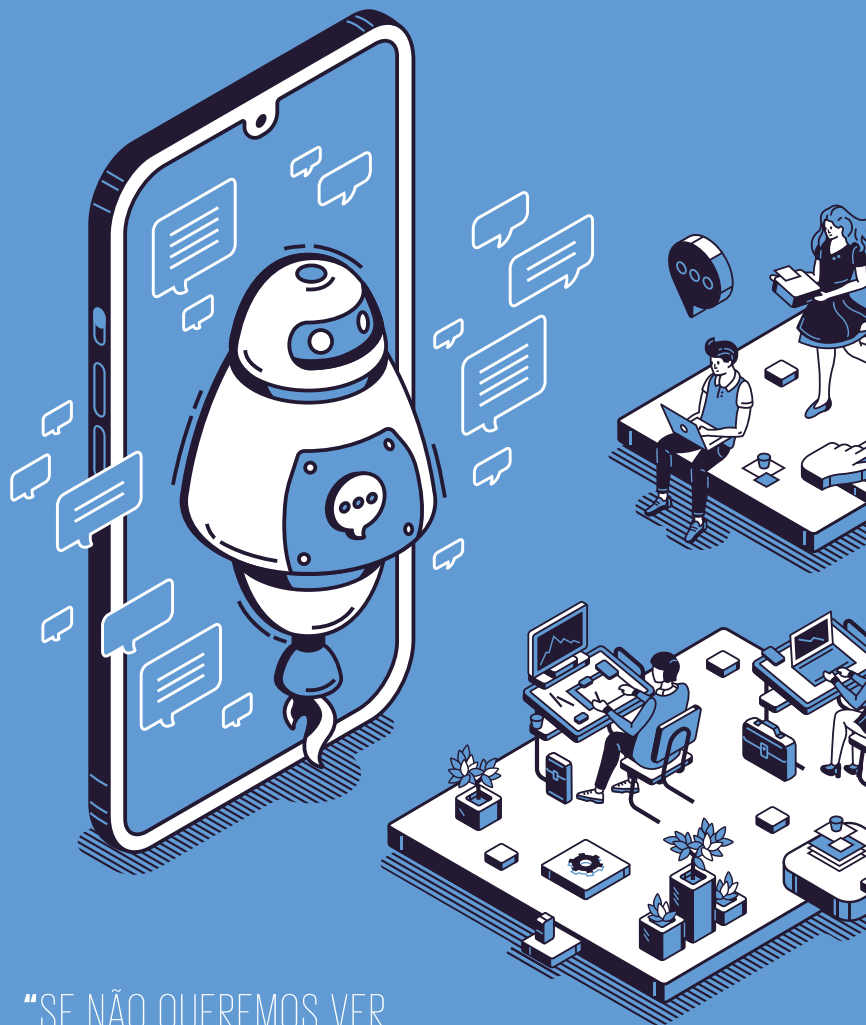
Olhar para as descobertas e voltar para o passo 2 para verificar se seu desafio e sua IA são tão específicos e informativos quanto possível. Lembre-se de que a IA sozinha raramente produzirá uma solução. A IA combinada com a inteligência humana trabalharão juntas para alcançar uma solução. ➤

## » MAS POR QUE ALGUNS TEMEM A IA NA ESCOLA?

Os temores são razoáveis. A quantificação e os sistemas autônomos podem representar uma nova onda de recursos poderosos para rastrear, controlar e quantificar a atividade humana, mas oferecem pouco para avançar o ensino e o aprendizado cotidianos em direções produtivas. Esse medo é justificado em nossa era pós-Snowden de vigilância generalizada e violações de dados pós-Cambridge Analytics. Em parte, porém, esse medo também nasce da falta de consciência sobre as diversas formas que o learning analytics e a IA aplicados à educação assumem, o que é igualmente compreensível – para quem está de fora, essas são tecnologias novas e opacas.

“Segue-se que, se não queremos ver alunos, pais e sindicatos preocupados protestando contra a IA na educação, precisamos comunicar com urgência em termos acessíveis quais são os benefícios dessas novas ferramentas e, igualmente, quão seriamente a comunidade está se envolvendo com seu potencial de ser usado em detrimento da sociedade” (LUCKIN, 2019).

Projetos como o No Child Left Behind nos Estados Unidos (2001), as crises dos sistemas nacionais de educação, os avanços das provas internacionais na avaliação externa e outros eventos de caráter global impulsionam a preocupação com a responsabilidade e o uso mais intensivo de dados nas instituições escolares. Cunha-se o termo DDDM (Data-Driven Decision Making). Aliado a isso, a produção sem precedentes de dados de aprendizagem e de produção didática de alunos e professores nas plataformas digitais, aceleradas pelas tentativas de ensino remoto e híbrido durante a pandemia (2020-2022), cria situações absolutamente inéditas para o uso de dados educacionais na tomada de decisão (DOGAN, 2021).



“SE NÃO QUEREMOS VER ALUNOS, PAIS E SINDICATOS PROTESTANDO CONTRA A IA NA EDUCAÇÃO, PRECISAMOS COMUNICAR COM URGÊNCIA **QUAIS SÃO OS BENEFÍCIOS DESSAS NOVAS FERRAMENTAS** E, IGUALMENTE, QUÃO SERIAMENTE A COMUNIDADE ESTÁ SE ENVOLVENDO COM SEU POTENCIAL DE SER USADO EM DETRIMENTO DA SOCIEDADE”

ROSEMARY LUCKIN



Devemos analisar esse movimento com atenção. Dewey já nos alertava, em 1940, para a simplificação embutida em análises das ciências exatas como modelo para a compreensão do humano, eliminando traços distintivos desse humano (SCHELLING, 2021). Ele argumentava que a “ciência da educação” é particularmente complexa e multifacetada, e fatores passados e presentes influenciam fortemente em quaisquer conclusões que se busca obter. Ele almejava uma ciência flexível e responsiva, que reconhecesse as dimensões lineares e não lineares do crescimento educacional, social e moral do indivíduo.

Mas mesmo diante de fatores como neoliberalismo, controle, big data, ensino híbrido e crises dos sistemas educacionais públicos, podemos produzir muito com os sistemas de análise baseados em IA que, por isso, merecem nosso estudo crítico e nossa atenção permanente.

A capacidade de calcular um valor numérico para representar o progresso de um indivíduo ou de uma instituição, até mesmo de um país, agora é fundamental para políticas e práticas baseadas em evidências. O contraponto a “valorizar o que medimos” é, obviamente, “o que conta nem sempre pode ser medido e o que é mensurável nem sempre conta”. Todas as instituições, a educação não sendo exceção, há muito lutam com a tensão de que as poderosas abstrações fornecidas pela análise quantitativa também perdem detalhes vitais à medida que o contexto é removido. Isso é o que torna o design de métricas para avaliar a qualidade de processos e resultados humanos diferenciados (como ensino e aprendizagem) tão controverso. (LUCKIN, 2020) □

#### MOISÉS ZYLBERSZTAJN

é pedagogo especializado em educação digital. Coordenou, por 16 anos, o núcleo de educação digital do Colégio Santa Cruz em São Paulo. Mestrando em Inteligência Artificial e Educação pela PUC-SP, aproveita a experiência de ter vivido muitas ondas de tecnologia chegando à escola para interpretar este movimento que o advento do ChatGPT parece desvelar.

#### PARA SABER MAIS

- BUCKINGHAM, D. *Manifesto pela educação midiática*. São Paulo: Edições Sesc, 2022.
- FERREIRA, G. M. et al. Metaphors We're Colonised By? The Case of Data-Driven Educational Technologies in Brazil. *Learning, Media and Technology*, v. 45, n. 1, p. 1-15, 2019. Disponível em: [mod.lk/ed25\\_nt1](https://doi.org/10.1080/17513758.2019.1648888). Acesso em: 3 out. 2023.
- FLORIDI, L. AI and Its New Winter: from Myths to Realities. *Philosophy & Technology*, v. 33, n. 1, p. 1-3, mar. 2020.
- GONSALES, P. *Inteligência Artificial, educação e pensamento complexo: caminhos para religião de saberes*. 131p. Dissertação (mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Tecnologias da Inteligência e Design Digital. São Paulo, 2022.
- KENT, C.; DU BOULAY, B. *AI for Learners*. Boca Raton: CRC Press, 2022.
- LEMOS, A. Epistemologia da comunicação, neomaterialismo e cultura digital. *Galáxia*, São Paulo, n. 43, p. 54-66, abr. 2020.
- LUCKIN, R. et al. Empowering Educators to be AI-ready. *Computers and Education: Artificial Intelligence*. Elsevier, n. 3. Disponível em: [mod.lk/ed25\\_nt2](https://doi.org/10.1016/j.compedu.2023.105000). Acesso em: 3 out. 2023.
- MARKEL, J. M. et al. GPTech: Interactive TA Training with GPT-based Students. Proceedings of the Tenth ACM Conference on Learning @ Scale. Anais... In: *L@S '23: Proceedings of the Tenth ACM Conference on Learning @ Scale*. Nova York, ACM, 20 jul. 2023.
- MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. *Em defesa da escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- MCCARTHY, J. et al. A Proposal for the Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence, ago. 31, 1955. *AI Magazine*, v. 27, n. 4, p. 12, 2006.
- MOROZOV, E. *To Save Everything, Click Here: The Folly of Technological Solutionism*. PublicAffairs, 2013.
- MUNIR, H.; VOGEL, B.; JACOBSSON, A. Artificial Intelligence and Machine Learning Approaches in Digital Education: A Systematic Revision. *Information*, v. 13, n. 4, p. 203, 17 abr. 2022.
- NÓVOA, A. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 3, 2019.
- PALEVEN, V.; AZEVEDO, R. *International Handbook of Metacognition and Learning Technologies*. Nova York, primavera de 2013.
- PANGRAZIO, L.; SEFTON-GREEN, J. Digital Rights, Digital Citizenship and Digital Literacy: What's the Difference? *Journal of New Approaches in Educational Research*, v. 10, n. 1, p. 15, 15 jan. 2021.
- PARRA, H. et al. Infraestruturas, economia e política informacional: o caso do Google Suite for Education. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, p. 63-99, 2018.
- POSTMAN, N. *Technopoly: The Surrender of Culture to Technology*. Vintage: Nova York, 1993.
- ROMERO, C.; VENTURA, S. Educational Data Mining and Learning Analytics: An Updated Survey. *Wiley Interdisciplinary Reviews, Data Mining and Knowledge Discovery*, v. 10, n. 3, maio 2020.
- SANTAELLA, L. O ChatGPT veio para colocar a ética humana à prova. *Sociotramas*, 14 mar. 2023. Disponível em: [mod.lk/ed25\\_nt3](https://doi.org/10.1080/19806342.2023.2238888). Acesso em: 3 out. 2023.
- SAYAD, A. *Inteligência artificial e seu impacto no desenvolvimento do pensamento crítico*. 202p. Dissertação (mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Tecnologias da Inteligência e Design Digital. São Paulo, 2022.
- SELWIN, N. *Is Technology Good for Education?* Hoboken: Wiley, 2016.
- TROSHANI, I. et al. Do We Trust in AI? Role of Anthropomorphism and Intelligence. *Journal of Computer Information Systems*, v. 61, n. 5, p. 481-91, 3 set. 2021.
- TURING, A. Turing. *Computing Machinery and Intelligence*. *Mind*, v. 59, n. 236, p. 433-60, 1950.
- VICARI, R. *Influências da Inteligência Artificial no Ensino*. Disponível em: [mod.lk/ed25\\_nt4](https://doi.org/10.1080/19806342.2023.2238888). Acesso em: 3 mar. 2023.
- WU, X. et al. A Survey of Human-in-the-loop for Machine Learning. *Future Generation Computer Systems*, v. 135, p. 364-81, out. 2022.



## UM PROJETO QUE REVOLUCIONA O ENSINO DA SUA REDE.

Com uma metodologia única e eficaz que se apoia em recursos impressos e digitais de qualidade e gestão pedagógica, o projeto envolve estudantes, professores, gestores escolares e gestores das secretarias de educação em ações integradas que desenvolvem as habilidades e competências exigidas nas avaliações oficiais do Saeb.



### RECURSOS IMPRESSOS

- Livros para o aluno
- Guia para o professor
- Simulados com folha de respostas
- Sugestão de abordagem socioemocional no Ensino Fundamental
- Livro do coordenador
- Diário para o professor



### RECURSOS DIGITAIS

- **Aplicativo com internet patrocinada**
- Videoaulas com acessibilidade
- Livros digitais
- Simulados com correção automática
- Avaliação diagnóstica
- Atividades complementares
- Jogos educativos
- Relatórios completos para a rede e escola

Acesse o QR Code ou visite nosso site para saber mais sobre o projeto:

[solucoesmoderna.com.br/  
produtos-de-educacao/aprova-brasil/](https://solucoesmoderna.com.br/produtos-de-educacao/aprova-brasil/)



Mais de  
**4**  
MILHÕES  
DE ALUNOS

## SIMULADOS DE CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E LÍNGUA PORTUGUESA



## ESTRATÉGIAS DE MATEMÁTICA

Livros do 3º ao 9º ano com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento de habilidades matemáticas por meio de diferentes estratégias.



## PRODUÇÃO DE TEXTO

Livros do 3º ao 9º ano com o foco na produção textual a partir de diferentes gêneros textuais. Cada ano escolar apresenta temas relevantes e adequados às faixas etárias, a fim de que os estudantes exercitem a produção de textos.



## CONSULTORIA PEDAGÓGICA

Acompanhamento **especializado** tanto na implantação do projeto quanto na formação docente. **Devolutivas pedagógicas** a cada fechamento de simulado com direcionamento de plano de ação personalizado.





## EDUCAÇÃO INFANTIL

- Diário de histórias
- Diário literário da família
- Cartonados
- Cartela de adesivos
- Caixa com material
- Manual do Professor



## ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

- Diário literário da família
- Bolsa para armazenar os livros
- Diário do contador de histórias
- Cartela de adesivos



## ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

- Diário da Leitura
- Caixa com material
- Manual do Professor

## 4 OBRAS LITERÁRIAS

Um catálogo especial com curadoria pedagógica de especialistas em educação e literaturas infantil e juvenil.



Nossa seleção foi elaborada contando com grandes nomes da literatura, como Pedro Bandeira, Ruth Rocha, Eva Furnari, Walcyr Carrasco, Ana Maria Machado e Ilan Brenman, além de um time reconhecido e premiado com o selo FNLIJ, o prêmio Jabuti, entre outros.

Acesse o QR Code ou visite nosso site para saber mais sobre o projeto:

[solucoesModulea.com.br/  
produtos-de-educacao/territorio-da-leitura/](http://solucoesModulea.com.br/produtos-de-educacao/territorio-da-leitura/)





# CONTANDO HISTÓRIAS, DESCOBRINDO O MUNDO.

O projeto **Território da Leitura** tem como missão oferecer uma curadoria de obras literárias e serviços integrados para construir uma comunidade de leitores, aproximando famílias e ampliando o repertório literário e cultural dos estudantes.

## KIT ENTREGUE PARA A ESCOLA

Além do *kit* do aluno, a escola recebe materiais para a dinâmica de leitura.

## ASSESSORIA PEDAGÓGICA

O Território da Leitura conta com um plano de assessoria pedagógica que visa promover o relacionamento e apoiar o educador desde a implantação do projeto até a sua utilização, contribuindo para o pleno desenvolvimento e a formação de leitores competentes.



## RECURSOS DIGITAIS

DIÁRIO DA  
LEITURA

LIVROS

CURSO EAD  
COM CERTIFICADO  
PARA PROFESSORES

OFICINAS  
FORMATIVAS

AMBIENTAÇÃO E  
MATERIAIS PARA  
O PROFESSOR

VIDEOTECA COM  
CONTAÇÃO  
DE HISTÓRIAS

SOLUÇÕES  
**MODERNA**



# Diversidade como força motriz do mundo

Somos muitos, ainda  
que tão poucos.

TEXTO *Damaris Silva*

**ALÉM DE** um elemento fundamental para impulsionar as reais mudanças na sociedade contemporânea, a diversidade é parte integrante de nossa formação social, política, cultural e econômica. A partir dela, e por meio dela, estão engendradas as reais possibilidades de evolução em todas essas esferas. Especificamente no campo educacional, já é sabido por todos nós a importância da promoção de práticas inclusivas, que culminem na promoção da igualdade. O desafio, porém, é atentar para que esta deixe de ser uma questão periférica em nossas conversas, nossos ideais e em nosso cotidiano. Olhar para a diversidade na educação é uma via de mão única em nosso compromisso contínuo com a formação plena dos estudantes e com a justiça social. »



» Chegamos a um momento em que a “boa educação” ou a “educação de qualidade” se tornaram conceitos que, invariavelmente, exigem o olhar atento aos grupos minoritários e marginalizados, às violências diárias que os afetam e à importância do reconhecimento da diversidade como uma riqueza que contribui para o desenvolvimento humano. Como nos diz Paulo Freire em *Pedagogia da autonomia*: “ensinar é uma especificidade humana”. Para ele, a educação é uma forma de intervenção no mundo baseada no diálogo, na problematização e na conscientização. Em Freire, a educação é uma prática humana que implica o reconhecimento da diversidade, da historicidade e da cultura dos educandos e educadores. Desse modo, a educação deve ser tida como uma prática humanizante e humanizada que envolve dimensões éticas, estéticas, políticas, cognitivas e emancipatórias. Portanto, trazer à educação escolar aspectos que discorram sobre a luta antirracista, por exemplo, é essencial para que a educação para todos seja parte do dia a dia e não seja a exceção ou apenas um projeto isolado.

Em termos de legislação, vale ressaltar que tais práticas vêm sendo ostensivamente inseridas nas políticas públicas educacionais brasileiras. Lembrando um breve percurso, ocorreu em nossa história recente uma vitória histórica do movimento social negro brasileiro com a aprovação da Lei n. 10.639/2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394/1996 e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todos os níveis e componentes curriculares da educação. Essa lei é fruto de décadas de lutas e reivindicações que buscam uma educação mais inclusiva, democrática e, consequentemente, antirracista.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica, estabelece como uma das competências gerais a serem desenvolvidas: “Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as





relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade”. O documento reforça a importância da diversidade cultural como um dos princípios norteadores da educação brasileira e destaca a necessidade de abordar as múltiplas culturas presentes em nosso país como pontos necessários à formação do estudante.

Já com vistas ao cumprimento da Agenda 2030, a Unesco, no papel de agência líder na concepção, na implementação e no monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, traz no objetivo 4 (ODS 4), “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, reconhecendo a extrema importância de todos os esforços, tanto mundiais quanto locais, para a efetivação da garantia do direito à educação de populações em situação de vulnerabilidade, além do objetivo 10, “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”.

Aqui, traz-se à luz a promoção da inclusão social, o fomento da legislação, políticas e ações adequadas à redução de desigualdades como imprescindíveis para que de fato haja um desenvolvimento global sustentável nesta década.

Nesse momento, o desafio está posto e você pode estar se perguntando quais os caminhos possíveis para seguirmos nessa empreitada. Outras questões podem vir à mente: Por onde começar? Qual o primeiro passo para evitar que alunos sejam desvalorizados em sua diversidade? Como garantir a permanência e o aprendizado desses estudantes? As inquietações são muitas e não é nosso objetivo cumprir um checklist com um plano de ação rígido e bem definido. A seguir, vamos exemplificar modos que podem auxiliar no planejamento e no desenho de práticas pedagógicas possíveis, tendo sempre em mente as adequações necessárias às especificidades de cada realidade. »

## » CURRÍCULOS DIVERSOS: INCORPORANDO A DIVERSIDADE NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

O currículo escolar é um elemento crucial para a educação, e para olhar para a diversidade na escola é necessário atentar, inicialmente, para os documentos que a norteiam. Como nos diz Miguel Arroyo em *Currículo, território em disputa*, o currículo na prática de sala de aula é ocasião em que se vivenciam os compromissos ético-políticos que configuram profissionais da educação e estudantes. Para o autor, as diversas lutas capitaneadas pelos movimentos sociais reconfiguram não apenas nossa cultura, como também as identidades docentes, pois “o perfil do profissional e da docência ficou mais rico uma vez que se tornou mais diverso”. Já para Mário Luiz de Souza, em seu artigo “Relações Étnico-Raciais: currículo, avaliação, educação e diversidade”, o currículo escolar é um espaço importante para a discussão das relações étnico-raciais. Ele enfatiza a necessidade de uma educação democrática que respeite a diferença, promova a equidade e empodere os grupos inferiorizados no processo histórico.

Em resumo, o currículo é a base da prática pedagógica e desempenha um papel crucial na qualidade da educação oferecida. Neste momento, já estamos todos cientes de que qualidade e promoção da diversidade são indissociáveis no processo educativo.

Nesse cenário, em 2022, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo lançou um documento específico que passa a compor o Currículo da Cidade e fortalece as práticas de educação antirracista já adotadas pelas escolas da rede municipal. Trata-se da publicação *Educação Antirracista — Orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros*, em que são apresentadas orientações pedagógicas que buscam propor vivências antirracistas como forma de acompanhar e fortalecer a implementação da Lei n. 10.639/2003 com vistas ao compromisso da rede com a equidade, bem como

ações de combate ao racismo durante todo o ano letivo. A obra, com os materiais voltados para as comunidades indígenas — *Orientações Pedagógicas Povos Indígenas* (São Paulo, 2019) — e migrantes — *Povos Migrantes* (São Paulo, 2021) —, propõe a discussão de práticas significativas para fomentar experiências que possam expandir a justiça social e a equidade. Além de respaldar teoricamente os educadores da rede de ensino, a publicação traz exemplos de práticas pedagógicas e depoimentos de educadores do município que reforçam a relevância de ações vinculadas à implementação de uma educação antirracista nas unidades escolares em que atuam.

Na mesma toada, no Ceará, o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana está regulamentado pela Resolução n. 416/2006 do Conselho Estadual de Educação (CEE). Entretanto, nos últimos anos, a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) tem desenvolvido várias ações para fortalecer essa política, incluindo formações específicas com gestores escolares e professores, elaboração de material didático-pedagógico de apoio e participação deliberativa da sociedade civil. Em 2021, a Seduc divulgou o e-book *Educação para as Relações Étnico-Raciais: caminhos e desafios*, que compila experiências e práticas didático-pedagógicas das redes de educação estadual e municipais. O objetivo da publicação é estimular o debate sobre a diversidade étnico-racial nas escolas e instituições de ensino ao fornecer um recurso para orientar e realizar atividades durante o ano letivo, culminando com a Semana da Consciência Negra. Além disso, a Secretaria apresentou o documento “Educação para as Relações Étnico-Raciais e Semana da Consciência Negra: Orientações”, que propõe uma abordagem didático-pedagógica que visa apoiar a educação para a diversidade, inclusão e, principalmente, o antirracismo.

Os modelos, tanto em São Paulo quanto no Ceará, representam um avanço significativo na busca por uma educação mais inclusiva e, portanto, voltada à diversidade. Ambas desempenham um papel fundamental ao fornecer diretrizes práticas para a implementação de uma educação antirracista que não se limita a datas ou momentos específicos do ano letivo. São marcos que disponibilizam orientações pedagógicas que transcen-

O CURRÍCULO ESCOLAR É UM ESPAÇO IMPORTANTE PARA A DISCUSSÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. ELE ENFATIZA A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA QUE RESPEITE A DIFERENÇA, PROMOVA A EQUIDADE E EMPODERE OS GRUPOS NEGLIGENCIADOS NO PROCESSO HISTÓRICO.

dem o mero cumprimento de uma obrigação legal, reconhecendo a pluralidade de identidades e experiências dentro da comunidade escolar.

## HIP-HOP NA ESCOLA: A DIVERSIDADE CULTURAL COMO MOTOR DE TRANSFORMAÇÃO

Uma experiência que transpôs o que prevê o currículo na prática ocorreu em uma escola municipal da zona sul de São Paulo, com a transformação do pátio em um palco vibrante. Ali, cinco dançarinos trouxeram a energia do hip-hop para o ambiente escolar, proporcionando uma experiência cultural única para os estudantes. O evento foi organizado pelos coletivos Hip Hop no trem e Coletivo Noroeste e foi idealizado pela vice-diretora Taís Renata Luiz e o corpo diretivo da Escola Municipal Ministro Calógeras. Nele, os alunos tiveram a oportunidade de participar de oficinas de breakdance, organizadas em sessões que duraram o mesmo tempo de uma aula e ocorreram em todas as turmas. Durante essas sessões, os estudantes assistiam às performances e depois criavam suas próprias coreografias, além de terem a oportunidade de dialogar com os arte-educadores que conduziram as oficinas sobre a riqueza da cultura que nasce nas ruas.

Essa abordagem pedagógica, que valoriza a cultura periférica, está alinhada com as práticas educacionais descritas no livro *Educação Antirracista: Orientações Pedagógicas: Povos Afro-brasileiros*. Como prática pedagógica, o hip-hop na sala de aula permite aos alunos que se engajem no processo de aprendizagem ao perceber que seus saberes são valorizados, nesse caso, no âmbito da cultura e da identidade. Trata-se de uma ferramenta poderosa que estimula o protagonismo dos estudantes por meio de palavras, rimas, versos e improviso. O evento na Escola Ministro Calógeras demonstrou o poder da cultura hip-hop como ferramenta para a inclusão social, o empoderamento e o fortalecimento da identidade cultural dos estudantes.

## CONSIDERAÇÕES “INICIAIS”

O percurso que traçamos até aqui nos dá pistas de como e por que devemos construir contextos férteis para a busca constante da diversidade como parte integrante dos processos de ensino e aprendizagem. No livro *Ensinando pensamento crítico*, bell hooks explora o conceito de “pedagogia engajada”, que parte do princípio de que se aprende e se ensina melhor quando há uma interação verdadeira entre educador e estudante. Para isso, é exigido do professor um olhar atento a quem se está ensinando, abrir a sala de aula para momentos de partilha reais, em que parte do tempo pedagógico se dedique ao compartilhamento, reconhecimento e valorização da origem, dos valores, desejos e saberes dos estudantes. O exemplo da escola municipal Calógeras, ao proporcionar tempo para as pessoas se conhecerem e com-

partilharem suas histórias e criações por meio do hip-hop, criou abertura para um ambiente positivo propício ao aprendizado, em que os envolvidos descobriram juntos que podem ser protagonistas no espaço de aprendizado compartilhado e diverso.

Os desafios do nosso tempo nos convocam a repensar e desenvolver novas formas de aprender e ensinar que considerem aspectos de classe, gênero e etnia na implementação de práticas pedagógicas que contribuam para uma educação mais inclusiva, diversa e, portanto, emancipatória. ■

### DAMARIS SILVA

é mestre em Letras, com ênfase na área de Estudos Comparados de Literaturas em Língua Portuguesa pela FFLCH-USP; especialista em Gestão Escolar (MBA USP/Esalq). Atualmente, é diretora de serviços educacionais da Editora Soluções Moderna e colunista da revista Educação.

### PARA SABER MAIS

- CARROYO, M. *Currículo, território em disputa*. São Paulo: Vozes, 2011.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HOOKS, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante, 2020.
- SECRETARIA Municipal de Educação de São Paulo. *Educação antirracista: orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros*. Versão atualizada. São Paulo: SME/Coped, 2022. Disponível em: [mod.lk/ed25\\_cdt](https://mod.lk/ed25_cdt). Acesso em: 8 out. 2023.
- SECRETARIA Municipal de Educação de São Paulo.  *Currículo da cidade - Orientações pedagógicas: povos indígenas*. Versão atualizada. São Paulo: SME/Coped, 2019. Disponível em: [mod.lk/ed25\\_cd2](https://mod.lk/ed25_cd2). Acesso em: 8 out. 2023.
- SECRETARIA Municipal de Educação de São Paulo.  *Currículo da cidade: povos migrantes: orientações pedagógicas*. São Paulo: SME/Coped, 2021. Disponível em: [mod.lk/ed25\\_cd3](https://mod.lk/ed25_cd3). Acesso em: 8 out. 2023.
- SECRETARIA Estadual de Educação do Ceará. *Educação para as relações étnico-raciais: caminhos e desafios*. Fortaleza: Seduc, 2021. Disponível em: [mod.lk/ed25\\_cd4](https://mod.lk/ed25_cd4). Acesso em: 8 out. 2023.
- SILVA, J. A. V.; SILVA, J. D. (orgs.). *Educação para as relações étnico-raciais: caminhos e desafios*. Fortaleza: Seduc, 2021.
- SOUZA, M. L. *Relações Étnico-Raciais: currículo, avaliação, educação e diversidade*. Exitus. Universidade Federal do Oeste do Pará, 2019. Disponível em: [mod.lk/ed25\\_cds](https://mod.lk/ed25_cds). Acesso em: 8 out. 2023.

# SFB

SISTEMA FARIAS BRITO

## PREPARAMOS VENCEDORES PARA A VIDA.



**Levanta e vai pra cima!**  
Junte-se ao sistema  
de ensino tetracampeão  
no Brasil no ENEM.

BRUNINHO  
CAMPEÃO OLÍMPICO -  
VOLEIBOL

**#SFBVENCEDORES PARA VIDA**



Assista a uma  
mensagem especial  
do nosso campeão  
olímpico para você.



Vencer exige muito preparo. É preciso determinação e as ferramentas necessárias para evoluir a cada treino.

Nosso propósito é unir escola, famílias e alunos em uma jornada vencedora e, para isso, oferecemos os melhores recursos para uma educação da mais alta qualidade.

Afinal, nós treinamos juntos!

Conheça o sistema de ensino que realmente **prepara vencedores para a vida!**

## ESSA MISSÃO SE EXPRESSA EM 3 PILARES:



### CURRÍCULO

O SFB oferece recursos e assessoria especializada para que a escola tenha suporte em todas as questões relacionadas a currículo, seja uma atualização de conteúdo ou a necessidade de direcionamento pedagógico e de avaliações que precisem estar conectadas aos movimentos culturais e sociais do mundo.



### AVALIAÇÃO

A avaliação formativa é uma etapa essencial do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que dá ao aluno o controle do seu aprendizado e reflete, também, a prática pedagógica do professor.

Oferecemos à escola uma gama de ferramentas avaliativas, visando a facilitar a análise e o planejamento dos professores.

Dessa forma, proporcionamos melhores condições de organização do tempo e aplicação dos recursos, garantindo que os esforços sejam concentrados nas áreas mais relevantes para a instituição.

Além de soluções educacionais que ampliam as entregas para gestão e corpo docente de sua escola:

- Marketing Educacional
- Formações EAD
- Plataformas Administrativas
- Relacionamento (APPs)



### CONSULTORIA PEDAGÓGICA

Uma escola atenta às mudanças constantes no cenário educacional percebe e planeja todos os setores que a compõem. Por isso, o SFB está à disposição para ser um parceiro que inspira e assessora a escola por completo, com todas as soluções em um único lugar. A consultoria oferecida pelo Sistema Farias Brito se sustenta em 5 diferenciais:

- 1- Implantação do sistema
- 2- Atendimento personalizado
- 3- Encontros de gestores e Jornadas pedagógicas
- 4- Plano de ação
- 5- Cursos EAD

 [sistemafb.com.br](http://sistemafb.com.br)

 /SistemaFariasBrito

 @sistemafb

 0800 772 1050

# O desafio da sustentabilidade e a lição de casa dos gestores



Como tudo no campo da sustentabilidade, é preciso iniciar por um olhar para dentro, nas ações internas da própria organização, e é isso o que estamos fazendo.

TEXTO Luciano Monteiro



**CADA VEZ MAIS**, a palavra complexidade está presente em todos os debates sobre os desafios do mundo contemporâneo. Nada é simples ou se explica por uma causa única, nenhum problema pode ser enfrentado sem o olhar interdisciplinar, não há tema que não apresente uma dimensão local e, simultaneamente, global. E tudo é urgente.

Da mesma forma, o conceito de sustentabilidade perpassa todos os rumos que escolhemos tomar, como indivíduos, coletivos, como planeta. Sustentabilidade envolve novas práticas, estilos de vida, implica decisões difíceis, pressupõe investimentos em uma nova educação – e nada acontece sem forte entendimento do que seja compromisso.

Pois é exatamente pela complexidade desse desafio que a Santillana desenvolveu a estratégia institucional Educação aliada à sustentabilidade, ratificada com o lançamento do seu Plano Diretor de Sustentabilidade, em 2022, na qual assume compromissos ambientais, sociais e de governança.

Novas metas foram integradas à própria atuação da empresa, ou seja, a ação empreendedora em si mesma, promovendo a convergência com a Agenda 2030 da ONU.

Cada compromisso assumido possui metas atreladas e indicadores de desempenho cuja finalidade, em última instância, é tirar as boas ideias do plano das intenções e gerar impacto real e positivo para as pessoas e para o planeta.

Mas como tudo no campo da sustentabilidade, o compromisso não se refere ao que os outros podem fazer: é preciso iniciar por um olhar para dentro, nas ações internas da própria organização, e é isso o que estamos fazendo. Sustentabilidade é de verdade.

Para citar alguns exemplos, ficamos felizes em compartilhar que a sede principal da empresa, no Brasil, se tornou Aterro Zero em 2023. Na matriz, em São Paulo, 100% dos resíduos gerados são reaproveitados. O lixo orgânico vira adubo, o material reciclado volta para a

indústria e o não reciclável é usado para geração de energia para as cimenteiras. Até agosto, último dado disponível antes do fechamento desta edição, foram encaminhadas para reaproveitamento 28 toneladas de resíduos, poupando 136 m<sup>3</sup> em aterro sanitário e gerando 1.100 kg de adubo orgânico, 11.184 kg de resíduos reciclados e 17.722 kW/h de combustível energético.

Associada a essa ação, temos também o Programa de Reciclagem de Lixo Eletrônico: de 2022 até meados de 2023, coletamos e destinamos 4,5 toneladas de resíduos eletrônicos que, se descartados sem cuidado, contaminariam o lençol freático, com risco ao meio ambiente e à saúde por conta dos metais pesados que fazem parte de sua composição. Após a coleta, todo o material foi descaracterizado, separado e vendido para reciclagem.

Sempre com a preocupação de ações sustentáveis constantes, ou seja, que não tenham curta duração nem baixa prioridade, seguimos desenhando novos projetos e implementando com responsabilidade como lição de casa organizacional que todos os gestores, inclusive os gestores escolares, devem fazer.

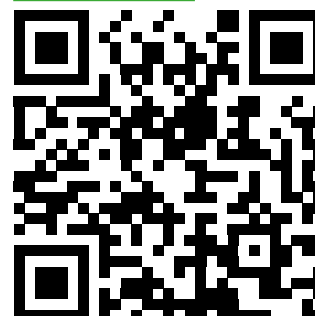
## A DIMENSÃO EDUCATIVA

É preciso pensar na inseparável dimensão educativa que, por sua vez, traz sempre um componente de comunicação na sociedade contemporânea. Assim, dentro do mesmo arcabouço estratégico, a Santillana, por meio de sua Fundação, vem editando e distribuindo publicações gratuitas para a formação de educadores.

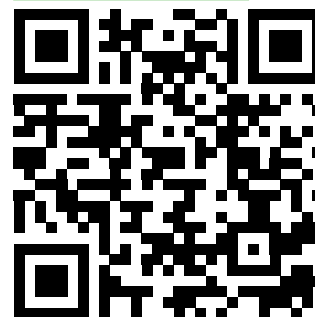
## LIVROS DE REFERÊNCIA

São mais de 100 mil exemplares anuais de obras de referência sobre temas centrais das políticas educacionais, do ensino, da aprendizagem e da difusão de boas práticas. Em nossa biblioteca digital, é possível ler e baixar todos esses materiais. Desde 2019, os títulos passam a ser publicados em formato acessível para pessoas com deficiência visual.

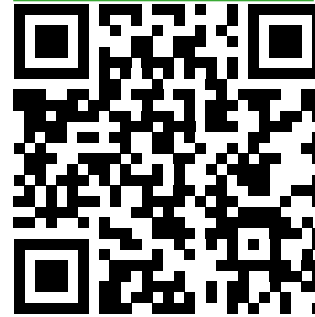
### Podcast Na Escola



### Podcast Educação e Relações Étnico-Raciais no Brasil



### Biblioteca Fundação Santillana





## PODCASTS

Ao mesmo tempo, foram lançados dois podcasts. O podcast *Na Escola*, em parceria com a Editora Moderna, a Fundação Santillana e a Comunidade Educativa Cedac, funciona como um conteúdo complementar ao livro *Coordenação escolar*, recentemente lançado.

Outro podcast que vem se tornando uma referência trata da educação antirracista e chama-se *Educação e Relações Étnico-Raciais no Brasil*. A série, em sua segunda temporada, aborda a necessidade de uma educação democrática e que lute para combater as desigualdades étnicas e raciais na sociedade.

## NOVAS AÇÕES

Todas as ações envolvem redes de parceiros e de especialistas, em um movimento de ação coletiva. Nada se faz sozinho. É preciso envolver cada vez mais atores sociais e, sempre, a escola.

Esse foi o sentido do Prêmio Escolas Sustentáveis, iniciativa internacional da Santillana, da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e da Fundação Santillana, que mobilizou quase 800 escolas apenas no Brasil que apresentaram propostas no campo do ensino e da gestão. O objetivo é reconhecer, incentivar e dar visibilidade às escolas que trabalham com os pilares ESG (do inglês Environmental, Social and Governance — Ambiental, Social e Governança).

No mesmo sentido, lançamos o curso virtual aberto Educação para o desenvolvimento sustentável, destinado a professores e gestores da América Latina. Desenvolvido para tratar da temática da Agenda 2030 e orientar a prática docente, o curso promove ações para transformar o contexto escolar por meio da navegação autônoma e uso de recursos multimídia, com experiências contextualizadas sobre os ODS, destacando avanços na América Latina. A formação estimula os alunos a modificarem seus contextos e o professor a fortalecer a prática docente.

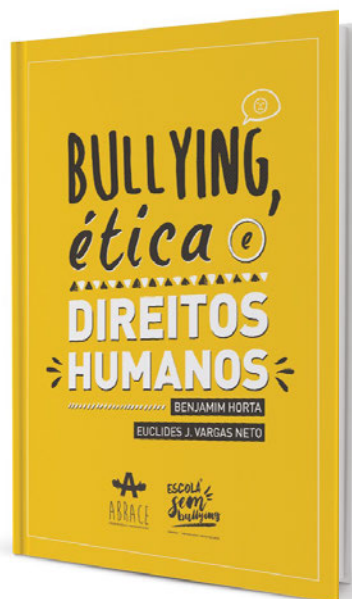
Novas ações se desenham. Agora, precisamos saber mais sobre o que pensam os diretores e professores. Por isso, convidamos a todos a responder à Pesquisa Sustentabilidade nas Escolas do Brasil, coordenada pelo Instituto Significare, sobre até que ponto as escolas brasileiras e seus professores conhecem e assimilam as questões relativas ao Desenvolvimento Sustentável. Para participar, basta acessar em: [https://mod.lk/ed25\\_su4](https://mod.lk/ed25_su4).

Os resultados vão ajudar toda a sociedade, bem como as escolas, a pensar sobre como estabelecer e reforçar compromissos para vencer o desafio mais complexo que vivemos: legar um mundo sustentável e digno para todos e para todas. □

### LUCIANO MONTEIRO

é Diretor Global de Comunicação e Sustentabilidade da Santillana.

# Livros, Podcasts

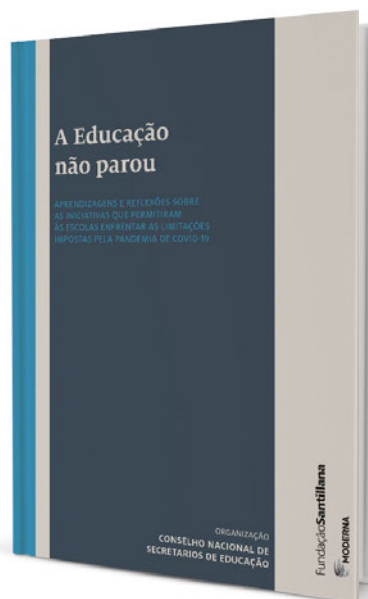


## BULLYING, ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

por *Benjamim Horta e Euclides J. Vargas Neto*

A Abrece – Programas Preventivos® reúne reflexões importantes sobre as marcas que o bullying deixa na vida de crianças e adolescentes. Esta é uma obra indicada para a formação do professor e do adolescente do Ensino Médio no que se refere aos Direitos Humanos, à conscientização ética e moral e sobre como nossos comportamentos individuais influenciam a nossa participação em sociedade. Um convite inicial à valorização do próximo, ao exercício da empatia e à compreensão das diferenças para o desenvolvimento sustentável de uma geração de jovens com poder de transformação coletiva e consciente.

**SAIBA MAIS** À venda em: [https://mod.lk/ed25\\_fv1](https://mod.lk/ed25_fv1).



## A EDUCAÇÃO NÃO PAROU

por *Fundação Santillana, Moderna e Consed*

Relatos reais que mostram a relevância das articulações intersetoriais e a coragem com que as redes de ensino, seus integrantes e parceiros da sociedade civil enfrentaram as ameaças da pandemia e as omissões do governo federal, de modo que fossem mantidos os vínculos que estruturam as relações educacionais. Em meio a tensões e contradições, a Educação resistiu. Trata-se de um convite a olhar para como as forças transformadoras do ecossistema educacional se mobilizaram para preservar a prática educacional como experiência social.

**SAIBA MAIS** Livro digital gratuito para download em: [https://mod.lk/ed25\\_fv2](https://mod.lk/ed25_fv2).



## CARA DE ESPELHO

por *Heloisa Pires Lima*

E se por acaso você encontrasse uma pessoa cuja cara é um espelho? Não qualquer espelho, mas um revelador de algo mais além da faceta que nele se mira: quem é bom, vê bondade; quem é bem-humorado, só enxerga risada; e quem é ruim, só vê maldade. Isso aconteceu na cidadezinha da velhinha na janela. Nessa história, Heloisa Pires Lima trata das complexidades dos encontros: acolher o outro pode ser bem difícil, mas acolher a si mesmo nem sempre é tarefa simples. Como lidar com o embate entre um rosto límpido, capaz de aceitar e espelhar qualquer um que apareça diante dele, e o olhar de quem, enredado nos próprios julgamentos, demonstra desgosto em relação àquilo que sequer provou?

**SAIBA MAIS**

À venda nas principais livrarias do Brasil.

# & Cinema



## NO RITMO DO CORAÇÃO

FILME Amazon Prime Video

Vencedor de 3 Oscars, *No Ritmo do Coração* conta a história de uma família de surdos que comanda um negócio de pesca nos Estados Unidos. Ruby é a única da família capaz de escutar e é o elo de seus pais e de seu irmão com o mundo, ajudando-os com atividades do dia a dia. Aos poucos, ela vai se reconhecendo em uma grande paixão: cantar. Seu professor a encoraja a tentar se inscrever em uma faculdade de música para viver um novo sonho. A adolescente então se vê entre dois mundos: continuar ajudando o negócio da família ou ir atrás dos seus sonhos.

**SAIBA MAIS** Disponível em: [https://mod.lk/ed25\\_fv4](https://mod.lk/ed25_fv4).



## DIVERSITALK

PODCAST Mais Diversidade

Produzido pela consultoria Mais Diversidade, o *DiversiTalk* é um podcast apresentado por João Torres e Ricardo Sales que traz episódios temáticos quinzenais com convidados para conversas relevantes abarcando temas como educação antirracista, comunicação não violenta, feminismo, saúde mental, liderança feminina e diversidade geracional. Uma dica muito valiosa para quem quer ficar conectado com as novas tendências.

**SAIBA MAIS**

Disponível em [https://mod.lk/ed25\\_fvs](https://mod.lk/ed25_fvs).



**LEONARDO TEIXEIRA "LOW"**  
é artista e ilustrador, desenvolve  
estilos de caligrafia de rua e criação  
de personagens. Paulistano adepto da  
cultura hip-hop, do skate e do universo  
do grafite: [www.lowart.com.br](http://www.lowart.com.br).



PODCAST

# EDUCAÇÃO E RELAÇÕES

## ÉTNICO- RACIAIS

2<sup>a</sup>  
TEMPO  
RADA



O podcast **Educação e Relações Étnico-raciais no Brasil**, nasceu do reconhecimento da Fundação Santillana de que uma educação para a transformação tem que se posicionar contra o racismo e todas as formas de violência. Desenvolvido em parceria com **Nilma Lino Gomes**, consultora de Políticas Antirracistas da Fundação, aborda a necessidade de uma educação democrática, que assume o compromisso de combater as desigualdades étnicas e raciais. Já estamos na segunda temporada e tivemos a participação de diversas

vozes de educadoras e educadores que constroem práticas pedagógicas antirracistas. Profissionais com uma atuação competente e desafiadora em atendimento a **Lei 10.639/03** que altera a LDB ao instituir a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas da Educação Básica. Em comemoração aos 20 anos da **Lei 10.639/03**, lançamos neste ano um selo comemorativo para ressaltar a importância dessa lei e sua aplicabilidade.

Escaneie aqui e  
escute agora!



Fundação **Santillana**



[redes.moderna.com.br](https://redes.moderna.com.br)

## As principais tendências educacionais com o olhar de especialistas renomadas.

O blog Redes Moderna traz temas e práticas para contribuir com a formação e os melhores resultados das equipes.

Conheça nossas colunistas:



**MAZÉ NOBREGA**

Literatura



**DÉBORA GAROFALO**

Educação inovadora



**EMILLY FIDELIX**

Ativar!



**MARA MANSANI**

Olhares



**JANINE RODRIGUES**

Escola Diversa